

2ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Biodiversidade, Áreas Protegidas, Florestas e Educação Ambiental - CTBio

Brasília/DF. 21 de setembro de 2021

(Transcrição ipsis verbis) Empresa ProiXL Estenotipia A SRa. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) - Bom dia a todos. Para quem não me conhece eu sou Beatriz Milliet, eu sou Secretária de Biodiversidade e presido aqui a CTBio. Eu queria agradecer a presença de todos. Dar boas-vindas e comentar que nós já temos quórum. Nós estamos aqui 09h39 da manhã e a gente tem quórum aqui para começar a nossa reunião, embora não estejam ainda os representantes de todas as entidades. Na verdade, pela nossa lista aqui o que está faltando é apenas algum representante por parte dos Municípios. É possível que entrem aí um pouquinho atrasados, mas para o bem aqui dos nossos trabalhos para que a gente não atrase, nós temos dois dias de reunião pela frente. Vamos dar início aos nossos trabalhos. Como esta é a Primeira Reunião da nova conformação aqui de CONAMA. Eu gostaria de passar aqui em uma rodada de apresentação, a gente vai primeiro uma rodada de apresentação por aqui, pelos que estão presenciais e depois a gente passa para quem está, né, os participantes que estão via virtual, e aí só para falar assim: um pouquinho nome, entidade, quem está representando. Primeiro, a gente vai passar pelos participantes mesmo e depois a gente também apresenta aqui quem são convidados, tanto virtualmente, quanto aqui presencialmente. Então, eu vou começar aqui passando para se apresentar o meu suplente. Por favor, Olivaldi.

O SR. OLIVALDI ALVES BORGES AZEVEDO (Secretário Adjunto da Biodiversidade) – Bom, bom dia a todos. Olivaldi Azevedo, sou Secretário Adjunto da Biodiversidade. Trabalho com a Beatriz aqui no Ministério do Meio Ambiente. Sou suplente dela na Câmara Técnica.

O SR. CARLOS ANDRÉ OSÓRIO CARNEIRO (BICUDA) – Bom dia. Sou Carlos Osório, jornalista, estou representando as Entidades Ambientalistas em Âmbito Nacional, zonas ecológicas.

 A SRª. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Eu só vou pedir, por favor, para quem puder falar e abrir a câmara, quem puder, porque daí quem está em casa também pode..., quem está em (...) também consegue enxergar.

O SR. RODRIGO ALEXANDRE AZEVEDO ARAÚJO (IMADEA) – Bom dia. Eu sou Rodrigo Araújo, eu sou do Estado do Mato Grosso. Represento o Instituto Matogrossense de Direito e Educação Ambiental, IMADEA. Também como entidade ambientalista. É uma honra estar presente com todos vocês. Obrigado!

O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTANA (MAPA) – Bom dia. Posso falar?

48 49 50 51	A SR ^a . MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) - Pode falar.
52 53 54 55 56	O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTANA (MAPA) – Eu sou Roberto Lorena, representante do Ministério da Agricultura. Bom dia a todos. Eu espero uma boa reunião.
57 58 59 60	A SR ^a . MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Muito obrigada! Alberto, se quiser se apresentar.
61 62 63 64 65	O SR. ALBERTO VINICIUS DANTAS OLIVEIRA (Governo do Estado da Bahia) – Eu sou Alberto Vinicius, representante do Instituto do Meio Ambiente do Estado da Bahia, da Secretária de Meio Ambiente, representando a Dra. Márcia Teles.
66 67 68 69	A SR ^a . MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Muito obrigada! Giovana, se quiser se apresentar virtualmente.
70 71 72 73 74 75	A SRª. GIOVANA ROSSATO SANTI (Governo do Estado do Rio Grande do Sul) – Bom dia a todos. Eu sou a Giovana Santi, eu estou representando a ABEMA pelo Rio Grande do Sul. Trabalho na FEPAM, que é Fundação Estadual de Proteção Ambiental. Obrigada e boa reunião a todos.
76 77 78 79	A SR ^a . MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Muito obrigada! Deixa eu ver se tem mais aqui. Alexandre Enout.
80 81 82 83	O SR. ALEXANDRE ENOUT (CNC) – Sim. Bom dia. O meu nome é Alexandre Enout. Eu sou representante da Confederação Nacional do Comércio. Boa reunião para todos. Obrigado!
85 86 87 88	A SR ^a . MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Bom dia. Muito obrigada! Caminha.
89 90 91	O SR. MARCO ANTONIO RAMOS CAMINHA (CNS) – Bom dia a todos. Marco Antônio Caminha, eu sou da Fiesp, eu estou aqui representando a CNS aí em uma parceria que a Fiesp tem com a CNS.

A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Muito obrigada! Eu acho que também a Rita, que é representante do Ministério da Economia, que está aqui como suplente também, está em videoconferência. Rita. Eu não sei se ela mudou, se quer se apresentar. De qualquer forma, o Roberto, que é o titular pelo MAPA, já se apresentou.

A SR^a. RITA ALVES SILVA (MME) – Bom dia a todos. Presidente, desculpe, eu estava aqui falando, mas o meu áudio estava sem funcionar. Bom dia a todos. Eu sou Rita Alves, eu sou representante do Ministério de Minas e Energia. A senhora quando me citou falou Ministério da Economia, mas é Minas e Energia. Então, bom dia. Desejo a todos um bom trabalho hoje, uma boa reunião.

A SRª. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Muito obrigada, Rita! Seja bem-vinda. Agora eu vou passar para os convidados que estão aqui presentes participando conosco. Eu vou passar a palavra primeiro para quem está virtualmente, que eu creio que seja um convidado apenas que seja como virtual, que é o Maurício, e depois a gente vai falar aqui, apresentar quem está aqui presencialmente. Maurício.

O SR. MAURÍCIO DA CRUZ FORLANI (Ampara Silvestre) – Olá! Bom dia a todos. Eu queria agradecer a participação. Espero que a gente tenha uma boa reunião. Eu sou o Maurício Forlani, trabalho na Ampara Silvestre e vai ser um prazer aqui participar com vocês. Obrigado!

A SRª. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Muito obrigada, Maurício! Então, a gente pode começar... Tainan, se quiser se apresentar.

A SR^a. TAINAN BEZERRA DE OLIVEIRA (Grupo de Trabalho de Fauna da ABEMA) – Bom dia. Eu sou Tainan, eu sou nesse momento coordenadora do Grupo de Trabalho de Fauna da ABEMA, e estou aqui como convidada, e também sou funcionária do Instituto Estadual do Meio Ambiente do Espírito Santo.

A SRª. ANA CAROLINA DALLA VECCHIA (Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente/São Paulo) – Bom dia. Eu sou Ana Carolina, eu vim aqui pelo grupo de trabalho da ABEMA também. E estou funcionária especialista ambiental da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

139	A SR ^a . Maria Beatriz Palatinus Milliet (Presidente do Ctbio) – Muito
140	obrigada! Agora do lado de cá, eu peço para o próprio Luís Fábio puxar aqui.
141	
142	
143	O SR. LUÍS FÁBIO SILVEIRA (MZUSP) – Bom dia a todas e todos. É um prazer
144	está aqui. Eu sou Luís Fábio Silveira, Diretor Científico do Museu de Zoologia da
145	Universidade de São Paulo, e curador das coleções de animais no Museu.
146	
147	, , ,
148	O SR. JOSÉ MAURÍCIO BARBANTI DUARTE (Nupecce/UNESP) - Bom dia. O
149	meu nome é Maurício Barbanti, sou da UNESP de Jabuticabal, coordenador do
150	Núcleo de Pesquisa e Conservação dos Cervídeos.
151	
152	O OD OFFICE DODEDTO O CODDINUO (CODET/MADA)
153	O SR. SEBASTIÃO ROBERTO S. SOBRINHO (CSPET/MAPA) - Bom dia a
154	todos. Eu sou Sebastião Roberto, eu sou um dos coordenadores da Câmara
155	Setorial PET do Grupo de Aves. E agradeço a oportunidade, e uma boa reunião a todos.
156 157	todos.
158	
159	O SR. JOSÉ EURICO SELMI (CSPET/MAPA) – Bom dia a todos. Eu sou o José
160	Selmi, e sou representante do Setor Produtivo na Câmara Setorial PET do MAPA.
161	Agradeço o convite e é um prazer participar com todos vocês nessa reunião. É
162	isso.
163	
164	
165	A SRa. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) - Muito
166	obrigada! E os nossos colegas aqui Danilo e Halisson aqui representando o
167	ICMBio e o IBAMA também puderem se apresentar.
168	
169	
170	O SR. DANILO DO PRADO PERINA (ICMBio) – Bom dia a todos. Aqui é o Danilo
171	Perina, eu falo do ICMBio.
172	
173 174	O SR. HALISSON PEIXOTO BARRETO (IBAMA) - Bom dia. O meu nome é
175	Halisson, () IBAMA, coordenador do Instituto da Área de Monitoramento da
176	Fauna.
177	r dana.
178	
179	A SRa. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) - Muito
180	obrigada a todos! Agora todos já se conhecem, eu acho que a gente pode dar aqui
181	início à reunião. Passar aqui ao próximo item da pauta, que é a eleição de Vice-
182	Presidente da Câmara Técnica. Gostaria de perguntar aqui quais seriam os

candidatos para serem representantes aqui vice-presidente. Lembrando que o vice-presidente é sempre o mesmo durante o mandato. Então, eu gostaria de saber aqui quem se candidata a essa importante missão para que a gente possa partir para a eleição.

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Com licença, o Olivaldi não é o vice?

A SRª. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Não. Ele é o meu suplente como representante do meio ambiente, mas, por exemplo, se eu precisar me ausentar, ou se por algum dia eu não puder presidir a Câmara Técnica, quem preside é o vice-presidente. O Olivaldi ele é o suplente no caso do MMA, ele votará pelo MMA na minha falta, mas ele não é o vice-presidente. Então, a gente precisa eleger um vice-presidente, que é quem preside na minha falta a Câmara Técnica. Um candidato de cada vez, por favor, gente.

O SR. ALBERTO VINICIUS DANTAS OLIVEIRA (Governo do Estado da Bahia) – Eu vou me candidatar, então, pelo Estado da Bahia.

A SRª. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Muito obrigada! Só deixa eu aqui fazer um comentário, eu vou pedir para todo mundo toda vez que for falar, para falar o nome e a entidade que representa, porque fica mais fácil para a nossa transcrição e depois para a ata.

O SR. ALBERTO VINICIUS DANTAS OLIVEIRA (Governo do Estado da Bahia) – Vinicius Dantas, Inema/Bahia.

A SRª. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Ok. Temos mais algum candidato? Então, eu acho que podemos passar aqui para a eleição, porque aprovam a eleição do Vinicius, o nosso colega da Bahia, para ser vice-presidente, mantenham-se como estão. Os que tiverem algum ponto contrário, por favor, se manifestem. Vinicius, o meu vice-presidente está eleito. Bem-vindo. Por unanimidade. Exatamente. E agora passamos para o item 3 da pauta, que é a aprovação da transcrição *ipsis verbis* da Primeira Reunião Ordinária da CTBio, ocorrida em 04 de fevereiro de 2020, documento que está à disposição no site. Todos que tiverem a favor da aprovação, por favor, mantenham-se em posição. Caso contrário, por favor, manifestem-se.

227 228 229 230 231	A SRª. GIOVANA ROSSATO SANTI (Governo do Estado do Rio Grande do Sul) – Giovana, FEPAM/Rio Grande do Sul. Eu me abstenção, porque eu não participei do evento.
232 233 234 235 236	A SRª. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Ok. Então, eu acho que a gente tem que anotar aqui a abstenção da Giovana. Tem mais aqui. Alguém falou levantou a mão, de quem é.
237 238 239	A SRª. MÁRCIA CHAME (FUMDHAM) – Márcia.
240 241 242 243	A SR ^a . MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Márcia Chame, a titular pela Fundação Homem Americano. Márcia.
244 245 246 247	A SRª. MÁRCIA CHAME (FUMDHAM) – Bom dia a todos. Eu também me abstenho por não ter participado da reunião.
248 249 250 251 252	A SRª. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Ok. Muito obrigada! Quem mais está aqui com a mão levantada? Alexandre está com a mão levantada. Alexandre.
253 254 255 256	O SR. ALEXANDRE ENOUT (CNC) – Sim. Eu não participei também da última reunião. Alexandre Enout, CNC. Me abstenho.
257 258 259 260	A SRª. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Ok. Obrigada! Então, nós temos três abstenções. Mais uma participação. Danielle.
261 262 263 264	A SRª. DANIELLE DE ASSIS ANDERY (Governo do Estado de Minas Gerais) – Bom dia a todos. Danielle do IF de Minas. Eu sou suplente do Rio Grande do Sul. Também abstenção por não ter participado da última.
265 266	A SR ^a . MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) - Só um

ponto, Danielle. A Giovana está online também, a Giovana é a titular. A gente

consegue considerar um voto só, o voto de vocês está alinhado? Eu preciso saber

o voto aqui de Giovana, porque como a titular também está online, é um voto por

representante. Giovana se puder se manifestar.

267

268

269

270271272

A SR^a. GIOVANA ROSSATO SANTI (Governo do Estado do Rio Grande do Sul) – Sim. Eu já me manifestei pela abstenção. Obrigada!

275276277

278

A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Obrigada! Rodrigo.

279280281

O SR. RODRIGO ALEXANDRE AZEVEDO ARAÚJO (IMADEA) – Rodrigo Araújo, Imadea. Eu me abstenho por não ter participado da reunião.

283 284

285

286

289 290

282

O SR. MARCO ANTONIO RAMOS CAMINHA (CNS) – Marco Antônio Caminha, CNS. Eu também acompanho o voto dos companheiros...

287 288

A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) - Ok. Bom, então.

291292

293294

295

298

299

300

301

302

303

304

305

306 307

308

309

310

311

312313

314

315316

317

318

O SR. MARCO ANTONIO RAMOS CAMINHA (CNS) – Presidente, Marco Antônio Caminha, da CNS. Também me abstenho por não ter participado das reuniões anteriores.

296 297

> A SRa. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) - Certo. Anotada a sua abstenção pela CNS, Caminha. Então, nós temos quantas abstenções? Cinco abstenções. E o restante dos manifestantes que, ou dos participantes aqui, dos representantes que não se manifestaram, aprovam. Então, está aprovada, porque é por maioria simples. Está aprovada a transcrição. E passamos aqui a Ordem do Dia, o assunto que realmente todos nós esperamos ter aqui uma rica discussão. O Processo 02000.000978/2015-91, que é a Minuta de Resolução que estabelece a lista das espécies da fauna silvestre brasileira que poderão ser criadas e comercializadas como animais de estimação, e altera a Resolução Conama nº 394, de 6 de novembro de 2007, que estabelece os critérios para a determinação de espécies silvestres a serem criadas e comercializadas como animais de estimação, e dá outras providências. O que a gente aqui costuma chamar de Lista PET. Então, eu abro aqui a palavra. A gente tem discutido esse tema desde 2015, é uma discussão longa e muito rica, a gente realmente ficou aqui um tempinho por várias situações, inclusive envolvendo mudanças, a gente acabou ficando um tempo sem nos reunir oficialmente agui como Câmara Temática para discutir esse tema, por isso eu pedi para o Olivaldi, que é o meu adjunto e o meu suplente, que está aqui com o processo em questão dentro do MMA. Então, eu peço para o Olivaldi fazer uma apresentação de como que esse processo caminhou aqui dentro nos últimos tempos. Em seguida já vou pedir agui para a ABEMA fazer também a sua manifestação. A ABEMA já havia

solicitado anteriormente fazer a sua manifestação, falar um pouquinho dos trabalhos que têm sido feitos no âmbito de ABEMA em relação ao tema. E depois, eu passo aqui a palavra para os demais que queiram também se manifestar e falar como tem atuado no tema no processo nos últimos tempos. Então, Olivaldi, a palavra é sua.

324325326

327 328

329 330

331

332

333334

335

336 337

338

339 340

341

342

343344

345

346

347

348

349

350

351

352 353

354

355

356

357

358 359

360

361

362

363

364

323

319

320

321 322

> O SR. OLIVALDI ALVES BORGES AZEVEDO (Secretário Adjunto da Biodiversidade) - Olivaldi Azevedo, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade. Bom, se nós pegarmos o processo que está disponível lá no site do CONAMA, houve um documento, um ofício destinado à minha pessoa, eu até na época era diretor do IBAMA, fazendo alguns questionamentos, se não me engano, são 4, ou 5 perguntas, que eu vou inclusive passá-las aqui. E aí como disse a Presidente, ficou um tempo... Está dando microfonia. E houve um tempo, mas por motivos alheios ao CONAMA, a Câmara Técnica, e nós obviamente não paramos de discutir, apesar de a Câmara Técnica ter sido paralisada. Pois bem, então, como o processo estava conosco, nós nos reunimos também aqui com as vinculadas, IBAMA, ICMBio, tratando bastante com a ABEMA, isso através do poder público, mas sem deixar de conversar também com o setor produtivo, o Selmi, o Sebastião que estão aqui; sem deixar de conversar com a Academia, o professor, inclusive com o pessoal do Paraná. Falamos com o Maurício, que temos hoje aí online junto com os convidados da Juliana da Filand. Enfim, nós, de certa forma, nos deixemos para tentar chegar a um bom termo quando tivéssemos como estamos aqui hoje com uma oportunidade de nos reunir novamente. Então, o que eu vou fazer aqui é dar o histórico, principalmente para os colegas que estão chegando hoje, no sentido de não ter participado outrora dessas discussões, eu acho que vai valer muito mais a pena essa apresentação para aqueles que não tiveram a oportunidade de ter participado das outras reuniões, até para a gente fazer um nivelamento de informação e de conhecimento. Então, pois bem, esse é o processo, como a Presidente já passou. Está pequenininho, que é para a gente ficar um pouquinho para sentir dificuldade, mas para caber tudo em uma transparência fica mais fácil ser pequeno, mas fica melhor para entender. O ofício do qual eu me referi é esse que está ao lado direito nosso, nº 1.211, que está lá no Processo do CONAMA, vocês podem ter acesso a ela, está lá online. E um dos questionamentos dos 5 que eu disse, um dos questionamentos é esse daí: (...) da fauna silvestre poderá ser comercializada? Ou seja, se houve manifestação na sua razão, necessidade ou não. Esse documento veio para mim, porque eu também tive histórico e estava aqui no Ministério, estava no Governo e tive histórico do Governo anterior, ou seja, da Câmara Técnica do Governo anterior, porque eu participei das outras Câmaras Técnicas. Então, era alguém que participava das Câmaras Técnicas e estava no Governo, e havia mudado um pouco a corporeidade, ou seja, os integrantes da Câmara Técnica. Então, houve processo da Câmara Técnica, à época, de fazer alguns questionamentos a mim por ter participado lá do início, não do início-início, que isso já tem mais de 10 anos, mas desde 2018 a gente participa das reuniões. Então, eu sei um pouco do histórico. Mas, é interessante até fazer esses questionamentos da razão,

necessidade, ou não, e eu tenho aqui talvez a razão maior é com o pessoal sobre diversidade biológica, a própria CDB no seu art. 9º, ela trata da conservação em si. Então, uma das estratégias de conservação, e desculpe aqui querer dar aulinhaa, mas na verdade é só para a gente se situar mesmo, a própria convenção sobre diversidade biológica, ela diz como estratégia de conservação, a conservação em *situ*, ou seja, a conservação fora do seu ambiente. Pois não.

371 372 373

365

366

367368

369

370

(Intervenção inaudível). Ex-sittu

375 376

374

377

378

379380

381

382 383

384

385 386

387

388

389 390

391

392

393

394

395

396

397

398 399

400

401

402

403

404 405

406

407 408

409

410

O SR. OLIVALDI ALVES BORGES AZEVEDO (Secretário Adjunto da Biodiversidade) - Como eu disse. Eu não disse ex situ? Eu falei ex sittu. Desculpa. Ex sittu, então. É o vigor que atrapalha às vezes. Ex sittu. Eu até e assustei agora. Então, eu não vou aqui mencionar o que estava escrito nas alíneas, porque isso está lá para todo mundo enxergar, mas eu destaco a razão de dispensa de maleta que a gente possa ter como, até como forma de conservação, muitos têm a ideia de uma (...) dessas que é só para o bem estar de alguém, de ter um animal, ou então, para aquele que vai comercializar e receber algo em troca, não é só isso. Faz parte de uma estratégia internacional a conservação ex situ. Ok. Como nós temos a Resolução CONAMA 394, citada inclusive nesse processo, que lá no art. 1º estabelece os critérios a serem considerados para a determinação das espécies da fauna silvestre, cuja a criação e comercialização poderá ser permitida como animais de estimação, Resolução CONAMA 394, aprovada em 2007, que prever essa possibilidade. Mas, essa Resolução ela dava competência ao IBAMA para estabelecer a lista. Como diz a Lei Complementar 140, o próprio IBAMA, a Procuradoria do IBAMA diz que não seria de competência do IBAMA, por conta da Lei Complementar 140, e tem o CONAMA para estabelecer os critérios da Resolução 394, ou seja, quais animais poderiam e quais são os critérios para esses animais serem criados com essa finalidade, porque o CONAMA não teria mais essa competência devida a surgência da Lei Complementar 140. Bom, eu destaco aqui que a Lei Complementar 140, ela diz que os Estados têm competência para aprovar o funcionamento de criadouro da fauna silvestre. E aqui eu destaco, senhores, a importância do CONAMA, porque estabelecer critérios é competência do CONAMA segundo a Lei 6.938, é a Lei de Política Nacional de Meio Ambiente; estabelecer critérios, padrões, enfim, é de competência do CONAMA. Então, eu penso que há uma..., pode haver, na verdade, uma divergência de posicionamento, ou um equívoco, entender que os Estados, eu não quero aqui entrar, mas suscitar isso, é meramente suscitar, porque isso já está estabelecido, a gente já está trabalhando para isso, então é só para suscitar, que o CONAMA tem essa competência de estabelecer o critério, mas quem aprova o criadouro são os Estados. Então, a importância do CONAMA é de estabelecer exatamente esses critérios para que o Estado possa ter algo palpável na aprovação, ou não, de criador. Muito embora, e a Tainan, que é do Instituto do Meio Ambiente do Estado do Espírito Santo, que participou também conosco de todas essas discussões lá

atrás, embora a ABEMA tenha se reunido para tentar preencher a lacuna da inexistência da Resolução do CONAMA, eu vejo que uma Resolução dessas pelos Estados, poderíamos ter alguns problemas como vou indicar a próxima discussão como, por exemplo, criar um bicho em determinado Estado e outro Estado não admitir a criação daquele bicho, já imagino o seu João, que tem um animal como pet no Estado de São Paulo autorizado e se muda para o Estado do Espírito Santo, que não admite aquele animal, é um caos tremendo isso aí. Então, eu estou só suscitando aqui a importância do CONAMA estabelecer critérios para que a gente possa ter mais segurança jurídica, no sentido de olha o País, enquanto Conselho Nacional de Meio Ambiente, tem que ter as espécies que elas são admitidas como pacíficas, porque é um Colegiado, como pacífica para que se possa criar em todos os Estados, óbvio que algum Estado, ou não, pode não aprovar um criadouro de determinada espécie, porque é de competência dele, só que o Estado poderá não permitir alguém entrar no seu Estado, porque comprou em outr. Então, a gente tem que diferenciar muito bem isso de criação para aquele indivíduo que comprou, ou que adquiriu um animal pet, ele adquiriu um animal pet com uma lista publicada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente, eu acho que ele ganha falta de vigor, no sentido de esse animal é um animal de estimação como o cachorro, como um gato, enfim, essa é a ideia, e ele vai comigo por pertencer agora como queira, pertence a minha família, ele vai comigo para onde eu for, me mudando, ou não; agora nada impede de o Estado X dizer: eu não quero criação desse animal aqui pelas razões x, y e z, isso é possível, porque a Lei Complementar diz que quem aprova o criadouro são os Estados. Então, eu só fiz essa ressalva, porque é importante para estabelecer a importância de uma Resolução como esta, para dar tranquilidade as pessoas que vão encher de pet silvestre, perto da comunidade, e para as pessoas que vão adquirir. E aí tem que distinguir muito isso, inclusive nas discussões de quem entra e quem sai, ou seja, de qual animal entra e qual animal saí, porque a gente não pode confundir a pessoa que vai ter um animalzinho em casa com aquele que fez a criação dos animais. Então, no texto da Resolução, e a gente já fez isso lá atrás, talvez a gente possa até rever e discutir isso, porque faz parte da Câmara Técnica a gente ver o assunto, enquanto não aprovado geralmente, voltar aos assuntos faz parte do regulamento. Então, eu gostaria de citar até usar isso, uma coisa é guem vai criar, porque a gente tem lá regras, e outra é aquele que vai ter o animal como pet, caso que não pode reproduzir, que ele não pode reproduzir, que ele tem que cuidar muito bem desse animal, que ele deve ter um espaço adequado, aí vai como um cachorro, como um gato. Então, não confundamos as coisas e não diminuímos o tamanho do valor de uma Resolução como esta, que vai dar uma segurança jurídica aqueles, aqueles que querem ter um animal em casa, hoje é difícil para aqueles que querem ter um animal em casa, do que aqueles que vão produzir o animal para aquele que quer ter um animal em casa. A importância dessa Resolução, no meu ponto de vista pessoal, eu só estou exatamente levantando o tema para aquele que tem animal em dia e tem a segurança jurídica desde que ele cumpra as regras que a gente estabelecer aí, bem estar-animal, é importante não reproduzir e aí vai. Ok. Então, essa criação versus posse que eu coloquei é exatamente isso, nós temos uma criação, nós temos a posse, uma não

411

412

413 414

415

416 417

418

419 420

421 422

423

424

425 426

427

428

429

430

431 432

433

434

435

436

437

438 439

440

441

442

443

444 445

446

447 448

449

450

451

452

453 454

455

é contra a outra, mas os Estados deveriam usar para aprovar, ou não, a criação. O CONAMA ele vai disciplinar os animais que a gente pode ter em casa. O Estado não vai autorizar nenhum aqui, mas o Estado tem competência para isso. Mas, a importância da Resolução é exatamente aquele Estado que permitir alguém pode ir lá adquirir esse animal e ter em casa. Eu coloquei normas heterogêneas aí, necessidade de monitoramento e controle de convergência. Isso foi citado, inclusive, no processo lá atrás do IBAMA, quando o (...) o processo aqui ao CONAMA. Então, a gente precisa dessa homogeneidade, caso contrário nós teremos normas heterogêneas. Imagine a seguinte situação, por mais, e olha que eu sou amigo de, nós somos, né Beatriz, amigos da Presidente da ABEMA hoje, éramos amigos do Presidente anterior, colegas de serviço, a gente nos dava muito bem, a Tainan, que está há muito tempo conosco; Ana Carolina, que é de São Paulo, foram 30 anos da PM de São Paulo, que trabalhávamos muito junto na Secretaria de Meio Ambiente. O que eu quero dizer é que por mais hercúleo, por mais que seja a ideia da ABEMA de produzir uma Norma, nada impede de produzir uma sugestão de Norma para os Estados, porque ela não tem a competência de impor aos Estados uma regra igual a todos. Eu tive uma preocupação, por exemplo, hoje a ABEMA chega à conclusão que essa espécie está (...) como um processo do CONAMA, ou o que nós estamos tentando fazer, e muda-se o Governo e o Governo fala: "não, eu não quero, no meu Estado eu não quero mais isso."; e o outro fala: "não, no meu Estado eu também não quero mais isso". Então, eu acho que o CONAMA dá sustentação jurídica para que não haja esse posicionamento muito mais rapidamente como poderia acontecer se cada um dos Estados fizessem uma regra, porque insisto competência para aprovar nos Estados, não se discuti isso, mas o regramento disso eu penso que realmente o IBAMA acertou lá atrás no processo quando encaminhou isso ao Conselho Nacional de Meio Ambiente. Bom, também como eu disse aquele foi o primeiro questionamento a mim. Esse é o segundo questionamento, terceiro e quarto questionamento. Eu falei 5, são 4 questionamentos. Com isso é possível ver a sua negativa, eu vou suscitar algum exemplo de impossibilidade de a gente tentar uma lista negativa, que é a mega diversidade nossa. Imagina e a todo instante nós estamos encontrando espécies novas. Aí eu colocaria na lista negativa já de cara, não, quer dizer, é muito grande esse País graças a Deus, e 20% da diversidade mundial não é para qualquer um. Eu achei mais fácil e mais racional, muito embora admita outro posicionamento, até uma nova discussão sobre isso, admitimos isso, mas no dia a CDB chegou a conclusão que a lista é positiva, quando na verdade praticamente seria mais racional no sentido de ser mais fácil de produzir, não mais racional, porque é mais inteligente, racional seria mais fácil de a gente inserir animais ali naqueles que não estão em Cetas, obviamente eles não poderiam ser criados. Mas, nada impede, a gente até propôs a Resolução do peso, que será mexida, ou não, mais adiante, a gente propôs que essa lista tem que ser revista a cada períodos, até para a gente pensar em retirar algum, ou inserir outros, porque os estudos mudam, a Academia estuda mais, os Estados aprendem mais, as criações que existem podem estar dando problemas, ou não, "olha que fantástico, está tudo lindo e maravilhoso", você ver tudo isso acontece, eu preciso ter o período, cada período a gente rever isso, o Secretário rever a

457

458

459 460

461

462

463

464

465 466

467 468

469

470

471 472

473

474

475

476

477 478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490 491

492

493

494

495

496 497

498

499 500

501

lista. Então, optou-se por uma lista positiva, os países, os espécimes vão mudando, inclusive, de espécie para espécie transformando em 3/4, né Tainan, nesse período mesmo. Tainan, aconteceu isso com a espécie que é a espécie e já têm mais duas, ou três que se subdividiram. Então, eu acho que é mais fácil, eu acho não, é objetivo. Os critérios utilizados para a construção da Lei foi com as devidas justificativas. Nós temos apresentado a nós. Eu faço uma homenagem a Mirela, que nossa colega do IBAMA, que colocou na cabeça que a Mirela, da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, que propôs uma matriz, que é um ponto de partida ali bastante robusto, para que depois estudássemos aquela matriz e chegássemos a um acordo. A matriz é relevante, porque ela fundamenta a entrada, ou saída de uma espécie, ela fundamenta. Então, amanhã todos nós estaremos tranquilos com a nossa consciência, porque as espécies que estão listadas passaram por uma matriz carregada de aspectos técnicos, muito embora, graças a Deus, dentro de aspectos técnicos e objetivos sempre tem alguma subjetividade do técnico. Isso é natural, eu estou aqui com dois professores, um da UNESP, um da USP, por mais técnico e mais objetivo que seja a ideia de um critério há ali um grau de subjetividade que é inerente ao critério, e é por isso que um grupo de 20, 30 pessoas, que estão ali para exatamente o máximo possível você diminuir essa subjetividade e diminuir, mitigar essa subjetividade, e trazer o mais possível aspecto para a objetividade. Então, é óbvio que se eu passar os critérios aqui individualmente para cada professor que existe nesse País, por exemplo, na Academia, eu tenho certeza que nós teremos resultados diferentes, por mais que os critérios sejam objetivos, mas não vai ser algo totalmente divergente um do outro, não é disso que eu estou falando. Eu estou dizendo que em 380 e poucas espécies 10% delas pelo menos, 5%, aqui eu estou chutando, mas haverá uma divergência nesse critério, na minha concepção, na naquilo que eu enfrento, naquilo que eu já trabalhei na minha vivência, na minha vida, esses critérios eram muito mais do outro professor. Eu estou citando o professor por conta exatamente da ciência. O outro professor, que já estudou: "não, você está enganado". Mas, das 380 e poucas espécies pode ter certeza que mais de 300, todos, o voto daqueles critérios chegarão a conclusão perto da que tudo tem. Todos nós somos consensuados para administrar. Então, a matriz ela fundamenta, mas ela precisa, mais uma vez eu insisto, graças a Deus, do ser humano, (...) do Ministério, o computador gerava para mim (...), porque eu preciso do professor Luís Flávio, que aprendeu ao longo da sua vida sobre determinada espécie; eu preciso da Tainan, que licenciou a vida inteira criadouros; eu preciso do professor Barbanti, que estuda e assim por diante; o Selmi, que trabalha com isso e é da Câmara PET; o Sebastião, que a vida inteira trabalhou com passeriformes. Então, precisa dessas pessoas, principalmente para indicar o critério lindo e maravilhoso que está sendo aplicado com muito subjetivo, ou não. Então, precisa de subjetividade, caso contrário à gente vai cometer um absurdo tanto para inserir, quanto para retirar o animal. Então, a matriz é a nossa base. Duvido muito que alquém queira retirar a matriz, até pode se dizer, pode se questionar um ou outro critério, mas nós precisamos de algo que fundamente a saída e a entrada de um animal, por quê? Porque pode ser judicializado, porque alguém pode não gostar daguele animal, porque o Ministério Público tem total

503

504

505 506

507

508

509

510

511 512

513514

515

516

517518

519520

521

522

523524

525

526

527528

529 530

531

532

533

534

535

536 537

538

539

540

541

542543

544

545546

547

poder e competência para questionar, porque nós mesmos que estamos atrelados nisso para a gente poder ter tranquilidade na hora de criar uma lista. Então, eu creio que cremos lá atrás naquele que foi construído que a matriz ela dá um suporte muito, muito, muito bom gosto para nós, tanto o técnico para ter tranquilidade também maior ao sair, quanto o jurídico para possíveis questionamentos. Então, os critérios utilizados são aqueles estabelecidos na 394 e esmiuçados pela matriz, com carga de pontuação dos Estados e com perguntas objetivas lá: esse animal é isso, sim, ou não; se sim, vai catalogar; se não, não. Enfim, mas, de qualquer forma é óbvio que a gente vai tornar transparente essa matriz para todos, para o mundo inteiro depois que a gente chegar a conclusão de que essa é a matriz para que todos possam esmiuçá-la, criticá-la e assim por diante, porque apenas (...) não haveria nenhuma possibilidade de criar uma matriz dessa para exóticos e silvestres dadas as características de cada espécie. Então, trabalhamos só com nativos, mas já chegou no CONAMA uma verba para discussão de domésticas, exóticas e silvestres. Então, cada qual o seu devido lugar. Bom, eu rapidamente vou dizer o que aconteceu. Três oficinas coordenadas pelo IBAMA propostas por essa Câmara de Biodiversidade. Em 2018, 17 a 19, 6 e 7 de agosto, 19 e 23 de novembro de 2018, está aqui o Sebastião que participou, Selmi, Tainan, Ana Carolina, eu acho que também participou, participou também. Eu talvez não tenha visto uma discussão que é tamanha democracia como foi isso aqui, foram mais de 20 técnicos aí discutindo espécie por espécie, tratando espécie por espécie da matriz. Então, para construir a matriz foi lá atrás e para rodar as espécies. Isso, a matriz já havia sido aprovada. Então, o Presidente, à época, criou um Grupo de Trabalho não oficial, sob o ponto de vista de Grupo de Trabalho, mas um grupo aprovado pela Câmara Técnica e que faria algumas oficinas para rodar as espécies da matriz, até para sentir se a matriz estava boa, ou não, dentro das experiências de cada um, o professor Luís Fábio participou das oficinas, o professor Barbanti participou das oficinas, Tainan, algum outro professor que você se lembra que tenha participado, enfim, tem uma professora de Minas Gerais, se não me engano. Me desculpe aqui. pois não.

579 580 581

582

549

550

551552

553

554

555

556

557 558

559 560

561

562

563564

565 566

567

568

569 570

571

572573

574

575 576

577

578

O SR. JOSÉ MAURÍCIO BARBANTI DUARTE (Nupecce/UNESP) – É o Leonardo de Minas. Leonardo Maciel da UFMG.

583 584 585

586

587

588 589

590

591

592

593

594

O SR. OLIVALDI ALVES BORGES AZEVEDO (Secretário Adjunto da Biodiversidade) – O Leonardo Maciel, da UFMG. O professor Barbanti que me lembrou. E aqueles que eu não me lembro, desculpa a falha da memória. Foram intensas reuniões, julgo que tenha sido importantíssima, no sentido da participação de muita gente e grupos heterogêneos. Nós tivemos ali organizações não governamentais, ministérios ambientalistas, Estado, União, IBAMA, ICTBio, setor produtivo e rodando as espécies, o que mostra que é (...) a gente pensar diferente, nós somos (...) e podemos todos nos reunir, e pensar em algo em comum. E nós temos que ter a exigência de que por mais que eu queira uma espécie, e até aquele carro um bom senso, a inteligência, a racionalidade de ele

indicar para o outro lado, que aqueles (...) ele tem razão, a técnica, a inteligência, a racionalidade, o bom senso e o contrário da mesma forma, aquele que não quer aquela espécie, mas a inteligência, a racionalidade, a matriz, enfim, está indicando se ele tem que abrir mão . Então, eu creio que essas oficinas representam muito bem, Presidente, o que é isso aqui, que é o CTBio, é a gente se reunir e bater forte um no outro, mas ao final temos o resultado que seja técnico, seja admissível por técnico, seja admissível por qualquer um da sociedade, seja admissível pelo noticiário, seja admissível pelos, enfim, seja admissível, não quer dizer que seja a coisa mais linda e maravilhosa do mundo, mas que seja admissível. É possível isso, não tem nenhum absurdo aqui, porque perfeito só aquele que criou tudo isto. Pois bem, aí essa oficina, a terceira, nós tivemos aí olha só 16 instituições que rodou 300 e poucas espécies. Já parou para pensar o que é isso? É uma loucura. 300 e muitas espécies, eu julgo que talvez tenha sido realmente o trabalho mais difícil que a gente tenha feito na Câmara Técnica. Daí só para a gente lembrar, a matriz da 22ª Reunião houve a possibilidade (...) pelo grupo, é natural que isso aconteça algumas espécies rodadas nos Ministérios, surgem dificuldades e eu peço a Tainan aqui, e aqueles que participaram que se eu tiver faltando alguma coisa, por favor, peguem o microfone e me ajudem a lembrar. E aí categorias você vai ter répteis, mamíferos, passeriforme, desse total 53 não podem analisar, nós conseguimos terminar aquilo que nos propuseram e não conseguimos rodar a 389, ficaram 53 espécies. Então, tem uma lacuna aí que o seguinte daqui em diante: o que nós temos de oficial da CTBio são essas oficinas, o que foi feito por mim por conta de ter recebido a incumbência do CONAMA lá atrás, o que foi feito pela ABEMA são subsídios, aliás, podem ser subsídios, podem ser subsídios, né, podem ser subsídios, ou aquilo também pode ser subsídio para as nossas discussões aqui. Então, que fique bem claro que o que a ABEMA fez e que nós aqui do Ministério, representado por mim, por conta de um pedido da CTBio junto com o ICMBio e IBAMA, e muitas vezes em conjunto com a ABEMA, não tem o cordão, aliás, não tem nem competência, nós não tínhamos competência para isso, para gerar alguma lista de espécies. O que nós fizemos, e eu vou mostrar adiante o resultado dessas reuniões, foi simplesmente tentar rodar aquela 56 faltantes para subsídio, eu vou (...), para subsidiar a Câmara Técnica quando voltássemos a discutir o tema, como é hoje. Rodamos a área e chegamos à conclusão, concordamos com isso? Não. Concordamos que esse a gente precisa discutir, porque esse é o fórum adequado a isso, discutir aquilo que muitos não concordam, ou aprovar aquilo que muitos concordam. De acordo, Tainan? Pois bem, em 29 de outubro de 2020, (...) do Departamento de Espécie do Ministério do Meio Ambiente, CTFlor, o IBAMA e do ICMBio, poucos podem dizer. Fizemos algumas oficinas técnicas, eu não vou aqui ater muito a isso, porque como eu disse (...) colocado depois para que todos enxerguem. Então, a ideia aqui é nivelamento de conhecimento mesmo. Nessas reuniões, nesses dias aí, o encaminhamento deles é realmente conhecer (...), apresentar uma matriz ouvida pela ABEMA, a ABEMA na época mexeu em algum ponto da matriz, mas o interessante do estudo é que isso foi subsídio, a ABEMA com os seus técnicos tentaram, tentaram não, modificaram não os critérios, mas a forma de enxergar os critérios, a forma de enxergar alguns critérios e o resultado guando voltaram às

595

596

597 598

599

600

601

602

603 604

605 606

607

608

609 610

611

612613

614

615 616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628 629

630

631

632

633

634 635

636

637

638

639

espécies foi muito parecida com a matriz, muito parecida com matriz estabelecida pelo CONAMA. Óbvio que a matéria vai demorar um pouquinho para se fazer em duas, mas lógico que, se mudou a possibilidade de você chegar ao critério, lógico que você muda o resultado, lógico, mas eu sinceramente se vocês mudarem aí o que foi o resultado, eu creio que esperava alguma divergência. Então, assim, mas isso a gente vai ter a possibilidade de discutir depois, é outro assunto. Compartilhar que a ABEMA também promoveria a oficina (...) para 380 novas espécies, ou seja, ela reveria todas aquelas espécies e isso como ABEMA, não como CONAMA, e eu vou frisar aqui a única discussão oficial sobre lista da PET foram as oficinas 2018, (...) listadas aqui, aliás, eram outros. Então, era outra composição de CONAMA. Pois não, Selmi, só se apresenta, por gentileza.

652653654

655 656

657

658 659

660

661 662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674 675

676

677

678

679

680

681

682

683 684

685

641

642

643 644

645

646

647

648

649 650

651

O SR. JOSÉ EURICO SELMI (CSPET/MAPA) – José Selmi, Câmara Setorial PET do MAPA. Eu gostaria só de fazer algumas adições aí à fala do Olivaldi. Na verdade, foram oito oficinas, antes da construção da matriz houve três, ou quatro oficinas aqui em Brasília, onde membros de todos os grupos que compõem o CONAMA, IBAMA, ICMBio, ABEMA, o setor produtivo, ONGs, todo mundo participou na construção da matriz. Então, nunça nesses, para todo mundo ter uma ideia, essa discussão da Lista PET ela tem quase 14 anos, a Resolução CONAMA original foi feita há 14 anos atrás, e foi dado um prazo ao IBAMA de 6 meses para apresentar a lista. Então, nós estamos tratando aqui de um assunto de suma importância, ele está tratando há mais de 13 anos. Nesse período todo nunca houve um exercício tão democrático, tão plural, tão participativo quanto às oficinas que foram feitas em 2018. É que eu gostaria de adicionar isso e o critério inicial para definição, e para a construção dessa lista foi o total de espécies que haviam sido licenciadas pelo IBAMA, quando a criação comercial estava devidamente regulamentada e funcionava. É autorizado pelo IBAMA, ele tem esse período de funcionamento de poucos anos que fez com que vários empreendimentos, e eu quero dizer empreendimentos criadouros, que são os empreendimentos que estão licenciados pelo IBAMA para produzir as espécies, esses empreendimentos ao longo desses quase 10 anos de que houve a liberação da abertura de criadouros, eles passaram por um crivo rigoroso do IBAMA, levava alguns anos, pelo menos mais, ou menos o número de tempo que levava para te liberar para licenciar um criadouro comercial é de pelo menos 3 anos. Então, havia um processo ultra detalhado, ultra rigoroso, aonde a cada espécie que fosse aprovada precisava ter manejo, recinto, nutrição, reprodução e tal, e só depois de satisfeitas todas essas dúvidas, esses requerimentos de empreendimentos era que era dado à autorização, ou seja, a matriz do que nós estamos vendo aqui partiu das 380 e poucas espécies da nossa fauna, que ao longo de quase 10 anos foram devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais pelo IBAMA. Então, não é que essa matriz partiu da fauna brasileira e vamos passar por essa matriz, partiu daguilo que já havia sido licenciado, de acordo com processo extremamente criterioso e moroso. Então, é só reafirmando aí, foi na nossa opinião do setor produtivo o período mais plural, mais democrático, todo mundo participou, todo

mundo discutiu, todo mundo participou das oficinas. Então, é um período bastante positivo aí todos esses 14 anos. Obrigado!

688 689

690

691

692

693

694

686

687

O SR. OLIVALDI ALVES BORGES AZEVEDO (Secretário Adjunto da Biodiversidade) – Obrigado, Selmi! Eu vou passar a palavra ao Maurício, que está online, e depois eu vou terminar a apresentação. E aqueles que, por gentileza, quiserem comentar alguma coisa com certeza será dada a palavra, mas aí só para a gente terminar e não se alongar. Mas, como eu passei a palavra para o Selmi, eu vou passar para o Maurício e a gente continua. Tudo bem, Maurício?

695 696 697

698

699

700

O SR. JOSÉ MAURÍCIO BARBANTI DUARTE (Nupecce/UNESP) – Tudo bom. Olivaldi, se você quiser terminar a apresentação, eu posso falar depois sem problema nenhum.

701702703

704

705

706 707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

719

720

721

722

723

724

725 726

727

728 729

730

731

O SR. OLIVALDI ALVES BORGES AZEVEDO (Secretário Adjunto da Biodiversidade) - Está ok, Maurício. Então, eu vou terminar. Aí como a Presidente quiser, a gente discute os temas. Obrigado! Pois bem, adiante, nós temos aí uma linha do tempo lá atrás, as oficinas, a 21ª Reunião, depois de 2020, desculpe, em 2019 quando passou para mim aqui (...); 2020 nós tivemos as oficinas que o MMA é vinculado, mais os especialistas da ABEMA, (...) e assim por diante; e a apresentação de 2021, a gente está nessa reunião. Só para a gente não estender muito rapidamente a linha do tempo. A terceira Oficina IBAMA 2018 teve esse resultado. A gente inventou de colocar aqui espécies, mas o que na verdade interessa são as espécies e não os núcleos, porque eu posso ter aqui 253 espécies aprovadas e isso ser irrelevantes sobre o ponto de vista das pessoas que queiram (...), se eu aprovar 253 espécies, eu não quero nenhum bicho desses, ou então, o setor produtivo, não se trata de criar esses pedidos, esses números não servem realmente para muita coisa, a não ser para entender a grandeza, para a gente ter noção da grandeza desse País, mas eu não me apegaria aos números e sim as espécies que eram realmente o resultado final dessa (...). Está bom? Mas, só para vocês terem uma ideia que 85% foi aprovada, 18% reprovadas, não houve consenso dos 2% e aí faltaram... O que mais... Esses são os que estão listados, (...), não interessa isso para a gente agora. Mas, o que me chamou atenção nessas oficinas que mais de relevante, eu digo mais relevante considerando que o que é oficial é CTBio, e o que foi relevante para a gente na discussão dessas oficinas em separadas foi o subsídio. Mas, o que eu vejo de mais relevante nisso tudo é o seguinte: a gente chegou realmente à conclusão que aquilo que a gente tirou lá atrás, isso aqui é sugestão, a gente tirou um dia lá atrás, porque a (...) agora é a responsável em 2018 e a gente depois de discutir muito isso, a gente chega à conclusão de que é necessário sim termos no corpo da Resolução, ou um anexo relacionado à guarda responsável, eu citei aí coisas manuais, porque foi citado isso nas oficinas. Mas, algo que..., e como nós teremos, aliás, estar muito, muito adianta, só falta um colega assinar um

documento que ele veio para terminar a Plataforma Nacional de Faunas, foi instituído por esta Câmara Técnica, um dia que eu também participei da reunião, com certeza a gente estava aqui, participou da confecção da Resolução, que criou a Plataforma Nacional de Faunas Silvestres. E a Plataforma Nacional, dentre outros objetivos, ele tem exatamente esse que é colher..., e nada impede de a gente colocar nessa plataforma algo que indivíduo tenha feito como curso, será que ele vai conseguir passar do curso? Então, não se trata disso. Se trata de ele receber as informações necessárias para ele ter aquele teste. Como a gente está produzindo agui. Presidente, na Secretaria um curso para cães e gatos, que logo. logo, esse mês ainda, nós já vamos ter isso online. Você quer ter um cachorro, ou gato, olha a melhor forma de você criar cachorros e gatos. Nós estamos construindo isso com o setor privado, setor produtivo, nas organizações não governamentais, amparo das divulgações, e o Maurício está aí e pode dizer isso, apesar de ele ser silvestre, mas o amparo é doméstico. Estamos ouvindo muitas pessoas (...) esse curso, por quê? Principalmente essa pluralidade que vai ajudar a gente ter contra visões de como ser tratado o seu pet. Então, nessas oficinas a gente a essa conclusão de que agora o responsável deve voltar, mas isso é sugestão, para a gente discutir isso depois, deve voltar ao texto original da nossa Resolução, admitida essa possibilidade. E outra conclusão que a gente tem. existem espécies que se encontram melhor em outras finalidades que não a pet. A gente nas nossas oficinas, inicialmente inclusive a gente chegou a alertar (...), mas há entre nós aqui o IBAMA, o ICMBio, (...), ABEMA, tem animais que passam pela matriz, que são admitidas pela matriz, mas aquele animal, por conta das características dele, apesar de não impor os problemas ao meio ambiente e as pessoas que terão esse animal, ele não tem a característica de pet, eu estou citando isso, porque talvez nós tenhamos que a Câmara Técnica chegar a um bom termo, por que como um animal é pet, ou pode ser pet? (...), foi até o professor Luiz Paulo, ou foi o Gustavo, que levantou isso. Então, o camundongo não é pet, porque isso, isso e isso. Na verdade, tem passado pela... Então, eu peço que nós teremos que ter esse feeling no momento de passar animal, ou não passar animal, quer dizer, esse animal ele tem condão de ser pet. E quando a gente (...) aqui é mera divagação mesmo, aquela coisa que você teve que pegar, beijar e carinho. Difícil escrever isso, é difícil expor isso num texto, apesar de alguns Estados até já terem contado, ou feito em Leis, Resoluções, mas eu acho que a gente não pode perder isso, a lista PET teve uma matriz, ela é objetiva, mas eu preciso daquele consenso nosso, daquela (...), se não é um PET não pode ser acompanhado como animal pet. Isso pode parecer subjetivo, mas não, porque nós vamos dizer que aquilo não era um animal pet por isso, isso, isso e isso. Então, é subjetivo, porque passou pela matriz objetiva, mas a inteligência humana diz: não, não podemos considerar isso como animal pet. Então, isso foi suscitado nessas reuniões nossas para trás, que a gente traz isso para vocês, eu acho que deve retomar, eu penso que devemos retomar e é óbvio deve retomar ao Colegiado e o Colegiado específico. Ok? Sem resultados, mas são sinceramente eu penso que se a gente tivesse tentado por ser um mero número e está muito mais..., o que é muito mais importante é a espécie e não o produto. Danilo, outra questão bem importante do outro encaminhamento, o entendimento que nós chegamos às

732

733

734 735

736

737

738

739

740 741

742 743

744

745

746 747

748

749

750

751

752753

754

755

756 757

758

759

760

761

762

763

764

765 766

767

768

769

770

771 772

773

774775

776

oficinas, é que nós podemos ter um anexo com uma lista de espécies consensuadas 100%, por quê? Porque tecnicamente da matriz indicou sim, e a inteligência humana depois desse texto disse não, é pet, tranquilo, podendo ser um animal que não trará problemas ao meio ambiente e às pessoas, enfim. O Anexo II que abrange as aprovadas, mas com algumas condicionantes, que a inteligência humana diz: olha passou pela matriz, a inteligência humana disse que é admissível, entretanto eu acho que o texto, por conta da técnica, que deva ter umas condicionantes diferenciadas para ver se possa admitir esse pet. Aí citou como exemplo, né, que o (...), ou o canário da terra pode ser entendido como uma espécie invasora, mas já está estabelecida. Então, pode se admitir esse canário da terra em Anexo II com alguma condicionante diferenciada. Era isso que ele tinha tida como Anexo II, ou seja, damos um exemplo, mero exemplo, por espécie com dificuldades especiais por conta de zoonose. Estão admitindo os papagaios da vida, araras e tenha aqui algo diferente de qualquer pet, por conta de respeitar a espécie e respeitar o indivíduo que você está adquirindo, e as espécies que foram estabelecidas na primeira Resolução. São alguns pontos que a gente..., que eu acho de importância realmente para essa Câmara Técnica, são esses pontos levantados tanto pela ABEMA, quanto pelo IBAMA, ICMBio, têm essas oficinas que foram realizadas ao arrepi da CTBio. Fora que não foram oficiais, mas eu acho que traz subsídio para as próximas discussões. Ok? Me desculpe delongar um pouco mais, mas eu acho que esses dois dias servem para isso, não é Presidente? Obrigado!

800 801 802

803

804

805

806

807

808

809

810

811 812

813

814

815

816

817

818

819

820 821

778

779

780 781

782

783

784

785

786 787

788 789

790

791

792793

794 795

796

797

798 799

> A SRa. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) - Muito obrigada, Olivaldi! Eu agradeço. Eu gostaria aqui só de pedir. O Maurício está aqui na fila, que representará..., é convidado representando o Amparo Animal. E o Roberto Lorena, do MAPA, também está na fila. Só que eu gostaria de pedir licença, como eu antes do Olivaldi fazer a explanação pelo Ministério do Meio Ambiente, eu tinha colocado que eu convidaria... Eu acho que tem mais alguém com o microfone aberto. Obrigada! Eu tinha mencionado que eu convidaria a ABEMA a fazer a sua explanação. Maurício, eu peço licença só para a gente não... Não sei, eu acho que está dando microfonia. Tem algum microfone aberto? Eu não sei se quem está fora está ouvindo, mas aqui está um terror. O volume dá reunião é aquela fala, eu não sei por que não estava dando pelo Olivaldi. Bom, o que eu ia mencionar é o seguinte, pelo bem da informação que eu dei anteriormente; Maurício, eu vou te pedir só mais um pouquinho de paciência, eu vou passar a palavra para a ABEMA, que eu tinha mencionado que eu ia passar a palavra para que a ABEMA pudesse explicar..., para que a ABEMA possa fazer a sua explanação sobre o andamento do tema dentro da ABEMA. Em seguida, eu vou passar a palavra para o Maurício, o nosso convidado representante da Amparo Silvestre; e em seguida, eu vou passar a palavra para o Roberto, membro da CTBio, representante do Ministério da Agricultura. Então, ABEMA tem a palavra.

A SR^a. TAINAN BEZERRA DE OLIVEIRA (Grupo de Trabalho de Fauna da ABEMA) – Tainan, Espírito Santo. Eu coloquei dois arquivos aí. Eu gostaria que você colocasse do 1 ao 3, por favor.

827 828 829

824

825

826

A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Os nossos técnicos aqui estão responsáveis aí.

831 832 833

834 835

836 837

838 839

840

841 842

843

844 845

846

847

848 849

850

851

852

853

854

855

856

857 858

859

860

861

862

863

864

865

866 867

868

869

830

A SRª. TAINAN BEZERRA DE OLIVEIRA (Grupo de Trabalho de Fauna da ABEMA) - Ok. Antes de, eu coloquei a matriz aí, para vocês já vão dando uma olhada. Eu vou compartilho do que o Olivaldi falou. É o seguinte, nós, enquanto Estados, aguardamos o retorno do CONAMA, a ABEMA ela se movimentou bastante, porque a gente têm vários assuntos que é de total interesse dos Estados a questão das listas, entre outros assuntos que são pertinentes e que devem ser tratados em conjunto, e a gente sem vislumbrar futuros próximos para o CONAMA, nós resolvemos ir trabalhando. Então, nós não estávamos trabalhando, eu acho que talvez tenha tido um entendimento equivocado, o nosso objetivo não era publicar listas estaduais e sim a gente estava trabalhando, estávamos trabalhando aguardando o retorno do CONAMA e até pensando, tentando visualizar como seria se o CONAMA não retornasse. Então, chegamos até a conversar a possibilidade de Portaria do Ministério Interministerial, o que fosse para que isso saísse. Desde o início de 2017, quando foi formado o Grupo de Trabalho da ABEMA de fauna, os Estados se posicionaram, os representantes dos Estados, que são representantes formais indicados pelos seus órgãos ambientais dentro da ABEMA, se posicionaram a favor da lista positiva, assim como também se posicionaram de que a lista deveria sim sair, foi nacionalmente, eu não falo nem no âmbito federal, mas sim nacionalmente ter esse entendimento do animal (...) colocado. Então, sempre foi de entendimento dentro da ABEMA de que listas, tanto listas de animais de estimação da fauna silvestre, quanto de espécies exóticas, quanto de espécies domésticas, agora a gente não chama mais de domésticas por termo biológico, mas sim isentas de autorização de manejo de fauna pelos órgãos ambientais. Essas listas devem sair em nível nacional para que isso seja seguido por todos os Estados. É um trabalho da ABEMA vem fazendo junto aos Estados que já possuem listas, que são três Estados, o Estado do Rio de Janeiro, Estado do Paraná e o Estado do Alagoas, e o mais difícil de trabalhar tratar de uma Lei Estadual, mas até o pessoal do setor produtivo tem contribuído com isso para que essa lista seja revista, ou seja retirada as listas de dentro de Leis, revistas dentro de Lei com uma coisa um pouco (...), ou ela meio que imutável um âmbito difícil de mudar. Então, neste aspecto, nesse quadro que a gente estava olhando a ABEMA falou: "não, vamos continuar trabalhando", assim como o Ministério também continuou trabalhando, nós continuamos trabalhando. A matriz proposta em 2018 pela ABEMA e foi elaborada pela Mirela, e aí foi trabalhada dentro do Grupo de Trabalho de Fauna e trazida ao CONAMA, ela passou por uma alteração que ao ver, a época, poderia trazer algum problema de interpretação. Acabou acontecendo alguns pontos, mas como disse o Olivaldi,

a interpretação, a forma de enxergar uma pergunta, então ela ficou muito objetiva de sim ou não, ela acaba sendo, na verdade, se é sim, ou não na matriz, mas ela acaba (...), eu entendi a pergunta assim, então eu vou falar não; eu entendi a pergunta assim, eu vou falar sim. Alguns aspectos até foram levantados durante a última reunião de 2018 na antiga Câmara Técnica como, por exemplo, a questão da análise dos aspectos sanitários de doenças, de zoonoses e a ABEMA, algum trabalho que veio desenvolvendo, ela conseguiu buscar um critério para responder às questões de zoonose e a questão de risco as populações buscando dentro do Ministério da Saúde, e dentro do próprio MAPA, que aspectos que vão existir para a classificação de doenças, ou para convocações de doenças de informação obrigatória, porque a gente pensa no meio ambiente, na questão ambiental, na fauna desenvolvia, mas também a gente pensa na questão de produção animal. Então, a gente tem esses aspectos, a gente tem doenças hoje dentro daquilo que a gente sabe, dentro de implicações que podem, inclusive, interferir na questão de aves de reprodução (...). Então, nesse sentido e dentre outros situações que a gente viu de problemática, a gente pegou simplesmente a Resolução 394 todas as perguntas e desenvolvemos uma matriz. Um dos aspectos que a gente também achou crítico à época, dada nas oficinas de 2018 e houve uma contra participação de especialistas por causa do tempo que teve para o convite desses especialistas da época para as questões das reuniões, o Ministério do Meio Ambiente ficou de convidar especialistas, uma quantidade de especialistas para participação das oficinas e quando foi chegando à data da oficina principal, ele não tinha esse número de especialistas e pediu para o setor produtivo indicar alguns especialistas, e não pediu para o resto do grupo indicar esses especialistas. Esses foram alguns dos problemas levantados na época, isso você pode pegar nas transcrições. Então, a ABEMA falou: vamos fazer uma contraprova, que na verdade como foram (...) bem para todos, essa oficina ela serviu para a gente tentar fazer uma avaliação da matriz, mais ou menos isso, e não é oficial é claro, é oficial da ABEMA. Então, ela não faz parte da CTBio, essa análise foi feita, e o objetivo era fazer essa avaliação, e trazer para a CTBio: "olha a gente consegue responder algumas perguntas e fazendo essa avaliação a gente chegou nesse ponto". Nesse sentido também da questão dos especialistas, nós notamos como a matriz é e muito técnica, como as perguntas são muito técnicas, todas aquelas perguntas da Resolução 394, elas são extremamente técnicas, elas foram respondidas por pessoas que entendem do assunto, que trabalham com animais e é claro como o Dr. Olivaldi também, tem gente que..., tem especialistas que vai por um caminho e tem especialistas que vai por outro caminho. Então, buscamos pessoas diversas e foram no total 23 especialistas, somente especialistas que participaram da nossa avaliação. E a gente teve pouca instituição, veio 19 instituições diferentes, sendo a maioria mesmo da Academia, a maioria que participaram eram da Academia. Então, nós fizemos, a nossa matriz foi essa, depois a gente pode disponibilizar para vocês, inclusive a gente já encaminhou isso, encaminhou já há algum tempo para o Ministério do Meio Ambiente para compor a um processo para vocês verem que não é oficial, mas é um documento, uma avaliação que foi feita das mesmas espécies e que rodaram na matriz de 2018, e ela tinha uma fase excludente, como foi no caso da matriz de 2018, e a

870

871

872 873

874

875

876

877

878 879

880 881

882

883

884 885

886

887 888

889

890 891

892

893

894 895

896

897

898

899

900

901

902

903 904

905

906

907

908

909

910

911

912913

914

segunda parte da matriz é uma matriz de pontuação, e foi dado o mesmo peso de pontuação para todos os critérios, cada um dos critérios da Resolução CONAMA 394. Uma das coisas que não foi avaliada diferente do que aconteceu em 2018 na matriz, foi à questão de espécies ameaçadas de extinção, por quê? Porque não conquistaram os critérios da Resolução 394. Então, a 394 não considerava que a espécie era ameaçada, ou não. Então, a gente fez uma pergunta tentando ser o mais objetivo o possível em cada pergunta dessas, se vocês quiserem dar uma olhada, eu não vou passar uma por uma, eu acho que cada um tem que olhar isso, é um pouquinho mais difícil de eu ficar explicando ponto a ponto. Então, essa avaliação foi feita na parte superior dos critérios excludentes e na parte inferior aos critérios de pontuação. E no final, nós tivemos uma pontuação de corte que era 269 essa pontuação de corte, o que estava na 269 foi aprovado pela matriz e acima de 269 foi reprovado pela matriz. Um dos pontos diferentes também que nós colocamos foi: sem informação, se uma espécie tinha mais de três respostas sem informação, ela também era excluída, considerando o pouco conhecimento sobre as espécies. E o terceiro ponto que a gente traz aqui para vocês, é uma questão da ABEMA e a gente bate fortemente nisso, é que nós gostaríamos e a gente é favorável de que fosse avaliado em nível de subespécie, quando é que existir, porque nós queremos preservar pela conservação da biodiversidade. Então, a gente tem, por exemplo, no caso da (...) e hoje..., era três subespécies a época da avaliação de 2018 e hoje está dividido em três espécies. Quando a gente tem, e a gente conversando (...), quando a gente tem subespécies muitas vezes, não em todos os casos, nós temos subespécies por considerar ainda que existe uma porta para alguns casos instabilidade taxonômica. Então, é possível sim ou retomar real uma espécie, ou se dividi em outra espécie; pode permanecer como subespécie? Pode, mas (...). Muitas das nossas perguntas também foram: dessa espécie estar em..., vocês podem ver a nossa pergunta dar para responder isso. Você conhece a área de distribuição original dessa espécie? É conhecida? Às vezes por ser subespécie a resposta foi não, não é conhecida, é conhecida de uma subespécie e das outras não. Então, o que nós fizemos foi isso. Então, a gente solicitou aos especialistas que levasse, durante a oficina levasse o nome de se a espécie possuía subespécie e levasse a subespécie. Nós temos problemas nas existências hoje com a criação, eu acho que o Sebastião pode lembrar o nome de que tem uma ave que ela ocorre mais no Sul da Mata Atlântica, no Centro Sul da Mata Atlântica e isso ocorre no Norte, e que a gente tem uma dificuldade que a espécie do Norte, que na verdade é uma subespécie, a anilha fica apertada, porque não é a mesma subespécie, você tem uma diferenciação e por isso, e outros aspectos que a gente tem visto de outras espécies que a gente tem visto, outra estafa que a gente tem visto, a ABEMA vem colocar e a gente solicita que seja analisada por essa Comissão, e por essa Câmara que a gente considere o trabalho no nível de subespécie visando a preservação da nossa biodiversidade. Ok. Aí você pode colocar no segundo arquivo, por favor, que é a nossa obrigação. Eu queria deixar claro também que nós temos todas as referências bibliográficas que a gente solicitou que os pesquisadores apresentassem, os especialistas enviassem isso quando fundamentado. E nós solicitamos e a gente tem todas essas referências, e a gente faz as referências, e

916

917

918 919

920

921

922 923

924 925

926 927

928

929

930 931

932

933

934

935

936 937

938

939

940 941

942

943

944

945

946

947

948

949 950

951

952

953

954

955 956

957

958959

960

essa matriz ficou considerada, eu não estou dizendo como ponto final, mas como uma contraprova, ou como uma complementação de avaliação, não significa que esse é o resultado final, que essa Câmara vai tratar. Eu coloquei o errado, não era essa não. É o resultado final. É outra (...).

A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Você tem o *pendrive*?

A SR^a. TAINAN BEZERRA DE OLIVEIRA (Grupo de Trabalho de Fauna da ABEMA) – Talvez eu tenha passado errado.

A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Está bom. Eu vou pedir aqui um pouquinho de paciência para quem está virtual. Está tudo certo? Eu vou pedir aqui um pouquinho de paciência para quem está virtual, a gente está aqui só trocando os arquivos, teve aqui uma confusão, a gente já passa e continua a palavra aqui com a ABEMA.

A SRa. TAINAN BEZERRA DE OLIVEIRA (Grupo de Trabalho de Fauna da ABEMA) - Presidente, eu posso continuar? Então, assim, vocês vão ver os resultados que a gente vai colocar, os resultados referentes a passeriformes foram basicamente iquais. Então, a matriz ela avaliou, os passeriformes foi uma avaliação muito tranquila, a gente teve duas espécies só diferentes que foram reprovadas e aí a gente tem todas as explicações de por que essas espécies foram aprovadas na matriz. No caso de mamíferos, tinha passado uma espécie, mas a ABEMA se (...) que essa espécie realmente não tinha condições, a matriz não é perfeita, mas a gente avaliou novamente essa espécie, que essa espécie realmente a ABEMA considera que essa espécie não (...). E as grandes discrepâncias aconteceram, que realmente aconteceu em (...) e em umas outras aves, (...), porque passou menos e em outras aves, porque passou mais, a gente teve essa diferença pra os dois lados. Então, assim, essas avaliações elas foram estritamente técnicas. Então, foram as mesmas perguntas, mas os critérios foram os mesmos, mas as perguntas foram diferentes, às vezes quando você muda a pergunta muda à resposta, mas todas essas respostas têm, foram embasadas em questões técnicas. Como disse o Olivaldi, a gente fez as avaliações, depois dessas o resultado da oficina, nós fomos convidados para a oficina, para participar dessa oficina em janeiro, nós viemos até aqui para participar das oficinas, e nós discutimos e de lá saiu esse resultado secundário que foram essas respostas. essa lista dessa oficina de janeiro. Então, na verdade, a oficina de janeiro ela foi uma junção do resultado final da oficina da ABEMA com a discussão junto com o Ministério, ao final puxada pelo Ministério do Meio Ambiente. A gente não considerou isso final, porque o documento não tinha sido fechado, quando a gente repassou os resultados para toda a ABEMA, para o GT da ABEMA. Então, a gente

espera que esses resultados não sejam considerados no nosso posicionamento aqui diante de vocês, do (...). Mas, a ABEMA está aberta a ouvir como sempre, desde que nós estamos trabalhando juntos, a gente está para ouvir. E assim, acreditamos que a gente poderia fazer um somatório de avalições dessas (...), dessas considerações que vieram a posteriori com a oficina da ABEMA, foi um trabalho técnico também, pode não ter sido oficial da Câmara Técnica, mas foi um trabalho que também foi árduo, foi difícil, mas que a gente conseguiu uma resposta, inclusive quando nós publicamos, eu acho que muitos de vocês, principalmente (...), vocês quatro subiram, a Presidente mandou e a gente falou que não era a resposta oficial, mas o pessoal leu só a lista e não avaliou o que estava escrito na Nota Técnica, que a gente disse que não era o posicionamento final da ABEMA, que não era (...) publicarem, e que sim era uma avaliação técnica e isso estava na Nota Técnica. Então, teve uma repercussão ruim que nós não divulgamos, nós não publicamos a lista, nós passamos a resposta para quem participou. Foi isso que foi feito e as pessoas que participaram, que divulgaram aí essa Nota Técnica e as respostas da Nota Técnica. Então, a ABEMA nunca divulgou isso como sendo a sua opinião final. Isso só para deixar claro. E aqui está o resultado final, então, da oficina, a gente deixou ali o pacto de conservação dos (...), lembrando que isso não foi considerado dentro da matriz, vocês podem ver, por exemplo, as espécies criticamente ameaçadas passaram na oficina, passou pela nossa matriz. Pode passar aí. Ali não foi retirado também e não foi considerado..., a gente não fez essa avaliação desse resultado, porque aqui a gente poderia considerar como espécie, como espécie seja um animal de estimação. Então, essa de outras aves. Em passando as aves colocar para mostrar. Os psitacídeos ali do lado, ao lado de outras aves. Bem, as espécies, mas é o resultado de cada matriz, psitacídeos. E a gente também teve um trabalho de correção bibliográfica, a gente tinha os especialistas e a gente aproveitou nesse momento para fazer a revisão bibliográfica. E pode descer para mostrar os resultados, por favor. Para baixo. São poucos mesmos. E no caso dos passeriformes, que aí é uma maior quantidade... Também a gente vai disponibilizar, a gente passa e deixa ali como o pessoal da mesa para disponibilizar para vocês os resultados. No nosso entendimento o trabalho conjunto de avaliação desses resultados seria muito importante, a gente tem ali uma matriz de 2018 com uma problemática aí registrada, né, e isso até foi uma das coisas que a gente teria que resolver. Ficou para o fim de 2018 e a Primeira Reunião de 2019, que acabou a Câmara Técnica de Biodiversidade, que ela mudou, ficou registrada que era uma problemática e a gente gostaria de resolver essa problemática. Além disso, a gente sabe que tem algumas espécies que são de grande relevância, que serão trazidas aqui para a criação comercial, e não só para a criação comercial, nacional, mas também para a criação internacional, assim também como o interesse do público em determinadas espécies, porque você tem uma grande quantidade tráfico, tem um grande interesse naquelas espécies e a ABEMA está aqui, está disposta a discutir, mas tudo embasado, a gente está com o levantamento, porque nós somos os técnicos também de trabalho, a gente está com uma Câmara Técnica de Trabalho. Então, todos os

1008

1009

1010 1011

1012

1013

1014 1015

1016 1017

1018 1019

1020

1021

1022 1023

1024

1025

1026

1027

1028 1029

1030

1031

1032

1033 1034

1035

1036 1037

1038

1039

1040

1041 1042

1043

1044

1045

1046

1047

1048

1049

1050 1051

estudos, todas as decisões tem que ser muito bem embasadas. Eram essas as considerações colocadas. Muito obrigada!

1055 1056 1057

1058

1059

1060

1061 1062

1063 1064

1053

1054

A SRª. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Muito obrigada, Tainan! Representando aqui a ABEMA. Agora seguindo a lista, eu vou passar a palavra para o Maurício, convidado, representando a Amparo Silvestre. Só queria deixar claro que depois eu vou passar a palavra para o Roberto, que tinha solicitado. Eu vou dar a palavra a todos que quiserem falar aqui do fórum. E gostaria também já de deixar registrado que eu mesma gostaria de fazer alguns comentários. Maurício, a palavra é sua. Só para a gente seguir a mesma regrinha, lembre-se que apresentar agora, tem a palavra agora (...) se apresentar e falar a instituição que representa.

1065 1066 1067

1068

1069

1070

1071 1072

1073 1074

1075

1076

1077

1078

1079

1080

1081

1082

1083

1084

1085

1086 1087

1088

1089

1090

1091

1092

1093

1094

1095 1096

1097

1098

O SR. MAURÍCIO DA CRUZ FORLANI (Ampara Silvestre) - Maurício Forlani, Ampara Silvestre. Agradeço as explanações aí da colega Tainan, do Olivaldi. Eu acho que eu queria..., eu vou pegar um pouco da fala de cada um e eu acho que tem pontos que são importantes de a gente colocar aqui quando a gente fala do comércio de animais silvestres, e a interface com conservação. Quando a gente pensa em conservação ex situ, ou seja, a conservação fora do ambiente natural, existe argumentos que dizem que a comercialização dos animais é uma ferramenta ativa na conservação e quando a gente olha estudos como tese em 2016, ou Franca 2008, a gente vê e a própria IUCN ela mostra que a conservação ex situ é um momento que se tem uma série de dados, e você aplica esse método de conservação que envolve reprodução em cativeiro, mas não necessariamente a comercialização. Então, a gente não pode confundir conservação ex situ com comércio de animais, porque o comércio de animais ele gera fenótipos diferentes, ele tenta moldar comportamentos dos animais, isso não se aplica especificamente a atividades de conservação ex situ. Pode contribuir em algum momento? Pode contribuir em algum momento, mas a gente tem que entender isso de maneira clara, comercialização é comercialização; conservação ex situ insere outros critérios, uma série de protocolos que não necessariamente a criação comercial vai trazer. E aí o pessoal cita muito a Ararinha Azul, eu queria só colocar isso, mas se a gente for fazer uma avaliação histórica de onde está vindo esses exemplares da Ararinha Azul, vem de origem ilegal. E aí é um outro ponto que eu queria falar. Quando a gente fala de comércio no Brasil é a sobreposição com o tráfico ilegal. Então, a gente tem que tomar muito cuidado quando a gente for, se a proposta for expandir muito para algumas espécies, a permissão de criação, o que os dados nos mostram é que você vai ampliar o mercado de espécies e está muito provavelmente ao comércio ilegal vai acompanhar junto, isso porque os passeriformes da criação amadorista são as espécies mais traficadas. Mas, de qualquer forma, eu figuei muito feliz de ouvir o Olivaldi falar de uma questão que é o que é um animal pet? Que foi uma coisa que a gente já conversou em algumas reuniões antes realmente e isso eu acho que tinha que ser um ponto muito importante antes até mesmo dos critérios da matriz, mas o que é o animal pet? É

o animal de companhia do dia a dia? Então, tem uma série de animais que a gente está discutindo e que a gente põe os técnicos para discutir dentro das 386 espécies aí, que elas não são passíveis de ser pet. E aí a gente perde tempo em discussão e contra argumentação para animais que realmente não se enquadram de nenhuma forma nesse cenário. Então, coloco aqui um pedido muito importante de a gente realmente focar no que realmente poderia ser considerado como animais passíveis dessa compra comum de qualquer cidadão, sem especificação técnica, sem nenhuma qualificação de manejo prévio dos proprietários. Tem um ponto que eu acho que é muito importante a gente colocar aqui que vai na questão da Lista PET estadual, da Lista PET que vai sair do CONAMA, dos critérios que vão sair do CONAMA. Hoje a gente tem várias listas estaduais e aí o problema é tem listas que não têm critérios para seleção, inclusive elas são no modelo que o Olivaldi falou que o CONAMA, de maneira assertiva, já definiu lá atrás que não seria o método de elaboração, que seriam as listas negativas. Então, a gente tem que tomar cuidado e pensando na gestão da fauna, pelo menos na minha visão, é muito mais coerente você ter uma Lista PET única para todos os Estados da Federação, por quê? Porque a gente está falando que um animal ele pode ser invasor e potencialmente invasor de um outro Estado, "mas aí eu compro no meu vizinho e transfiro ele para o meu Estado". Então, isso vai ser um problema de dificuldade, inclusive para a questão de fiscalização ambiental, porque é liberado em um Estado, não é liberado no outro, os animais não respeitam barreiras políticas. Então, eu acho que seria muito importante a gente caminhar para uma visão de uma Lista PET única no Brasil, porque se a gente por pipocar com um monte de lista em cada Estado, vão ter várias aberrações em vários Estados, vão ter várias espécies que podem ser tanto nocivas para a saúde humana, ou para o meio ambiente sendo liberadas. Basta à gente olhar hoje as que a gente tem e a gente vai ver grande diferença, grande discrepâncias entre elas. Então, eu acho que faz muito sentido todo esse esforço que vem sendo feito de discussões técnicas envolvendo várias entidades, para que a gente realmente consiga estabelecer os melhores critérios, assim como as matrizes que foram colocadas aqui e isso realmente seja aplicado para todo o País, e não simplesmente uma normativa para orientar os Estados, porque isso pode se transformar em outras ferramentas, e que eu acho que isso vai fazer ao longo prazo, talvez, um problema maior de gestão do que uma facilitação, do que facilitar e ordenar esse sistema, principalmente pensando na questão de invasão. Hoje as espécies do mercado pet elas estão entre uma das maiores causas de bio invasão, o Brasil é exemplo de algumas e um ponto importante é quando a gente pensa na questão dos exóticos, que foi colocado, a gente tem que tomar muito cuidado, principalmente na questão do meio ambiente. Eu, na minha visão, acho que os exóticos eles trazem maiores riscos, hoje a gente já tem circovírus, bornavírus, que são doenças exóticas, doenças que não ocorrem no Brasil e acometem, principalmente os nossos psitacídeos, que já são encontradas em uma série de criadouros. Então, a gente tem que tomar muito cuidado com o processo de liberação, incentivo de espécies exóticas. Há se dizer que os Estados liberaram uma série de espécies exóticas que são proibidas há muito tempo no Brasil. E uma das coisas que eu queria colocar, que eu vi que a lista da ABEMA ela traz

1099

1100

1101 1102

1103

1104 1105

1106

1107 1108

1109 1110

1111

1112

1113 1114

1115

1116

1117

1118

1119 1120

1121

1122

1123

1124

1125

1126

1127 1128

1129

1130

1131

1132 1133

1134

1135 1136

1137

1138 1139

1140

11411142

1143

isso é: qual é a disponibilidade desses 386 espécies no mercado? E aí isso eu falo de novo pela questão do tráfico dessa sobreposição que todos os dados mostram do tráfico com o comércio de animais. Muitas das 386 espécies não têm uma quantidade significativa de planteis, às vezes tem um, dois animais em cada plantel. Então, aí também seria um bom ponto de corte de espécies que ainda não estão dentro do mercado, que a gente não teria a necessidade de estar incentivando, porque isso muito provavelmente vai trazer tantos problemas de bem-estar e vai poder abrir novas oportunidades para o comércio ilegal. Eu acho que eram essas as minhas colocações. Eu agradeço.

115411551156

1157

1158

1159

1145

1146

1147 1148

1149

1150

11511152

1153

A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Muito obrigada, Maurício! Passo agora a palavra para o Roberto, representante do Ministério da Agricultura, só novamente lembrando, apesar de eu estar falando o seu nome, para você se apresentar no início da fala. Obrigada, Roberto!

1160 1161 1162

11631164

1165 1166

1167

1168

1169 1170

1171

1172

1173

1174

1175

1176

1177

1178 1179

1180

1181

1182

1183

1184

1185

1186

11871188

1189

1190

O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTANA (MAPA) - Olá! Bom dia a todos novamente. Roberto Lorena, do Ministério da Agricultura. Bom, eu sou representante do Ministério da Agricultura há algum tempo. No momento, eu estou apenas nessa Câmara. Bom, trabalhei bastante na LC 140 e hoje ela sim é a nossa preocupação para a aplicação. Então, se por um lado a gente não pode dizer ao Estado que ele não pode liberar, ou que ele não pode aceitar tais espécies, porque essa é uma atribuição estadual; por outro lado, eu entendo que há necessidade de uma coordenação nacional, disso eu não tenho dúvida, é interesse dos Estados, inclusive para diminuir a insegurança jurídica. Mas, a gente tem que se ater a legislação, determinar ao Estado o que ele pode, ou o que ele não pode licenciar, não me parece ser mais uma atribuição federal desde a LC 140. Eu acho que a gente tem sim que trabalhar o tema, mas no sentido de orientação, a gente pode até ter uma lista nacional, mas ela não pode ser fechada, ela tem que ter a abertura para cada Estado inserir, ou tirar, conforme a sua condição socioeconômica, conforme as suas condições ambientais, conforme os seus interesses econômicos. Então, é recomendável que a gente tenha para facilitar a coordenação nacional, mas a gente não pode simplesmente dar uma ordem ao Estado e dizer..., mesmo porque eles têm conselhos ambientais estaduais e municipais. Alguns cuidados a gente tem que tomar, por exemplo, a possibilidade de confusão entre um animal pet e um animal para produção, a gente tem que deixar expresso, claro que nós estamos falando de pet e não estamos falando de produção, que vai ser outra legislação, que não cabe a nós. É muito interessante também à gente ter esse incentivo para combate da ilegalidade, é melhor a gente trabalhar a regulação, no sentido de combater ilegalidade, a produção ilegal desses animais, e também pensando na forma de um incentivo econômico a conservação da biodiversidade. É difícil achar que as pessoas vão trabalhar pela proteção da biodiversidade e pelo gosto; vão gastar o seu esforço, o seu dinheiro, sua energia de uma forma altruísta. Então, se a gente entrar, por exemplo, com novas espécies é um incentivo a essa conservação.

Bom, nesse sentido, então, a minha ideia seria resgatando a discussão da semana passada, onde nós verificamos que a gente não podia nem se quer perceber a necessidade, ou não, de colocar a lista na reunião passada, ou o desfecho da reunião foi esse, a gente não sabe nada sobre o assunto, não sabemos nem se de fato precisa a lista. Eu acho que pelo que foi apresentado, sim, a lista seria recomendável, mas ela não pode ser fechada, porque, além de ter um problema jurídico com essa determinação ao Estado, é ter um problema de não ver a realidade. Veja, durante tantos anos o CONAMA praticamente, vamos dizer, toda a legislação ambiental proibiu animais silvestres usados como pet e aí fechou os olhos para a realidade, e era tudo proibido, proibido, dava punições, multas, até cadeia dava. E aí um dia nós tivemos que fazer uma Resolução no próprio CONAMA admitindo que as pessoas tenham animais silvestres como pet. Isso já tem uns 10 anos, ou mais. Então, dessa forma, antes de a gente entrar na discussão de como, quais os critérios da lista, eu acho que a gente tem que ir qual é o ordenamento geral dessa Resolução, ela vai ser fechada, ela vai ser obrigatória, ela, por exemplo, ela pode considerar se um Estado não quer um criadouro de determinada espécie, mas se alquém vier de outro Estado, a Resolução tem que garantir a ele um direito nacional, porque ele comprou no outro Estado onde era permitido, e ela tem que ser permitido em todo o País. Então, esse tipo de aspecto mais geral das linhas de trabalho, seria mais interessante à gente abordar primeiro para depois se preocupar com outro aspecto, que é muito importante, quais os critérios de escolha, como será a lista e assim por diante. Está ok. Era só isso. Obrigado!

A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Muito obrigada, Roberto! Nós temos aqui mais alguns inscritos. Aqui pela ordem de inscrição, convidado Selmi, que vai falar; em seguida o membro Rodrigo; e depois a ABEMA pediu novamente aqui a palavra. Então, Selmi, a palavra é sua.

O SR. JOSÉ EURICO SELMI (CSPET/MAPA) – José Selmi, Câmara Setorial PET do MAPA. Eu queria fazer algumas rápidas ponderações aí sobre os comentários do Maurício e também sobre os comentários recentes aí do membro do MAPA, o senhor Roberto Lorena, que foram bastante pertinentes. Primeiro a definição do que é um animal de estimação, é muito importante à gente entender o que é um animal de estimação. O setor produtivo considera que a definição de um pet é uma definição essencialmente mercadológica, histórica, não é uma definição acadêmica. Um animal de estimação é qualquer animal que tem qualquer tipo de relação direta com o ser humano que envolve afeição, e essa afeição não necessariamente depende de contato íntimo e toque. Eu posso dar exemplos bem básicos e vou ser bem breve para exemplificar o que eu estou falando. No mundo todo as pessoas têm aquários com peixes, peixes são pets, é uma parte importante do mercado pet, só que as pessoas não pegam o peixe no colo, não fazem carinho, mas é uma parcela relevante do mercado pet mundial, da mesma maneira que as pessoas tem pavões no mundo inteiro, no Brasil inclusive o pavão

azul é considerado uma espécie doméstica, hoje com a mudança da forma de entender essa legislação de espécies entra de licenciamento ambiental, um pavão não é um animal que você faz carinho, mas ele vive no jardim de uma propriedade, de um sítio, de uma chácara, de uma casa e é considerado a séculos um animal de estimação. E canários, pessoas têm pássaros de canto, aquilo é um pet, as pessoas criam esses anilhares de espécies de passeriformes no mundo tudo há séculos, se não há milênios, e são animais de estimação com o mesmo nível de envolvimento emocional. Então, o setor produtivo, o mercado entende que pet é aquela espécie onde existe uma intensidade emocional grande entre humanos e a espécie, não está necessariamente relacionada ao conceito de pegar no colo e fazer carinho. É muito importante a gente entender isso. Eu gueria fazer um..., aproveitar as palavras aí que o senhor Roberto Lorena, que cabe muito com as minhas sobre conservação. É muito bonito falar sobre conservação, mas nós precisamos ser realistas. Hoje no Brasil e no mundo todo o grande empecilho à conservação é o recurso financeiro, o dinheiro. E a maior parte das iniciativas mundiais de conservação foram embasadas em algum tipo de atividades que gera dinheiro, que gera lucro. A África e a África do Sul, especificamente, tem uma série de regras e regramentos ambientais que estimulam o uso sustentável da fauna local nativa. Então, existe uma exploração controlada legal que não só cria salário, renda para a população local, como cria renda para a preservação dos parques, não só de visitadores, mas de fazendas de uma série antílopes, o que são abatidos, que a carne é vendida, que é consumida. Então, a gente tem que entender que o ser humano na vida moderna dele faz uso rotineiro da fauna e da flora de todos os recursos naturais, e que espécies silvestres também fazem parte do nosso estilo de vida, e que quando isso é feito de maneira legal, controlada, como estípula a Lei, isso é extremamente positivo para a conservação. Eu vou finalizar falando sobre a questão de conservação aqui no Brasil. O Brasil é signatário da Cites, a Cites é a Convenção Internacional sobre o Comércio de Espécies Ameaçadas, a Cites deixa claríssimo nas suas nas suas recomendações que as espécies principalmente as espécies ameaçadas, sejam reproduzidas em ambientes domésticos ex situ como forma de conservação e a partir do uso comercial dessas espécies. E o Brasil como signatário da Cites adere as mesmas recomendações. Vale a pena citar que todos e qualquer criadouro, empreendimento comercial no Brasil licenciado de espécie ameaçada é obrigado a manter todos os indivíduos nascidos em primeira geração, o que nós chamamos tecnicamente de F1, pela vida toda no empreendimento sendo comercializados como reserva natural para projetos de conservação, ou necessidade de estudos. Então, hoje o empreendimento comercial que foi licenciado para criar paradas, qualquer espécie (...), ou de outra ordem de aves, ou de outro tipo de animal que faça parte da lista de espécies ameaçadas da Cites por investimento, é obrigado a ter a vida toda os indivíduos F0, se por acaso ele começou a empreendimento com animais que foram apreendidos, se ele começou com indivíduos nascidos em primeira geração em ambiente doméstico, durante a vida toda ele está mantendo a sua própria todo o plantel desses indivíduos. Então, sim, atividade comercial é uma ferramenta poderosíssima e superimportante para a conservação. Nós temos um problema

1237

1238

1239 1240

1241

1242

1243

1244

1245 1246

1247 1248

1249

1250

1251

1252

1253 1254

1255

1256

1257 1258

1259

1260

1261

1262

1263

1264

1265 1266

1267

1268

1269

1270 1271

1272

1273 1274

1275

1276

1277

1278

1279 1280

1281

sério no Brasil hoje, nós participamos, o setor produtivo, em vários desses projetos e iniciativas governamentais, estaduais e federais, porque não existe recurso, não existe local e nem dinheiro para a criação dessas espécies que vão ser destinados a reintrodução. Então, eu gostaria de deixar isso claro. Obrigado!

A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Muito obrigada, Selmi! Agora eu passo a palavra para o Rodrigo, que está aqui inscrito, nosso membro pela Imadea.

O SR. RODRIGO ALEXANDRE AZEVEDO ARAÚJO (IMADEA) – Rodrigo Araújo, Instituto Matrogrossence de Direito e Educação Ambiental, Imadea. Primeiro, eu quero parabenizar a todo mundo que já participou de todos esses estudos anteriores a esse Conselho que foi composto.

A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Rodrigo, eu acho que está dando microfonia, porque os microfones estão um pouco sensíveis, afasta um pouquinho o microfone na hora de falar, que eu acho que vai melhorar um pouquinho essa microfonia que a gente está ouvindo.

O SR. RODRIGO ALEXANDRE AZEVEDO ARAÚJO (IMADEA) - Então, esse Conselho foi composto recentemente, tomamos posse em 10 de agosto. Então, a gente tem que levar em consideração tudo que foi feito, porque teremos um mandato curto de 1 ano apenas, provavelmente tudo que a gente discutir ao longo desse ano, os próprios Conselheiros terão aprovado. Então, eu tive a oportunidade de dar um pouco (...) que teve dificuldades no site do CONAMA, percebi que o arquivo era um arquivo estruturante e agora foi mostrado um outro diferente daquele que a gente (...), mas ele é o final, na realidade ele é o ponto final. Então, essa lista, no meu ponto de vista, a entidade ambientalista há 20 anos, ela é uma lista que ela vem dá uma garantia jurídica a quem já possui o seu pet. a quem já procura esse pet, a quem já comercializa o pet, esse é o grande objetivo de dar uma garantia jurídica. Acreditamos que ela é uma lista que vai normatizar essa questão no País, mas eu acredito também que ela não pode ser impositiva aos Estados, até pela peculiaridade de cada região do nosso País, Região Amazonas, Cerrado, como os biomas diferentes né. Porém, se a gente tiver uma lista diferente para cada Estado, a gente vai ter uma colcha de retalhos que vai criar um imbróglio e vai acontecer aquilo que o Olivaldi falou, de você transitar (...) vizinhos, de Estados vizinhos onde aqui eu posso..., e assim. Mas, eu digo que não existe outro caminho a não ser normatizar os (...) federal e os Estados fazerem as suas adesões de forma ponderada, de forma peculiar e tentando uma legislação maior, que é a Resolução do CONAMA, mas que ele possa ser sanado. A oportunidade de ele acatar, ou não determinadas situações. É complicado? É. Mas, esses (...) do CONAMA ele não pode ser dispositivas. É

como eu penso. Essa Resolução ela vai ser alterada né, a gente vai alterar a Resolução, a 384. Tem uns questionamentos aqui. Tem uns questionamentos que eu estava anotando aqui e eu acho que para a gente poder ter uma questão de encaminhamento, hoje eu desconheço como cada Estado pensa sobre essa lista. Eu conheço a perspectiva do nosso Estado do Mato Grosso, eu conheço aquilo que a Secretaria de Meio Ambiente pensa, mas eu não conheço aquilo que o Estado, meu vizinho, o Mato Grosso do Sul, tínhamos o mesmo bioma, pensa. Então, eu não posso deliberar sobre o que vai diretamente atingir prejudicando, ou prejudicando a outros Estados da Federação. Então, aquilo que a gente for deliberar sobre essa Resolução tem que ser muito bem pautada para que a gente não incorra em uma, vamos dizer assim, em uma (...) que venha forçar um Estado a aceitar algo que vai prejudicá-lo. Então, esse é o grande ponto dessa Resolução. Eu acho que ela é pertinente, eu não participei, já foi construído, mas eu parabenizo todos os técnicos com propriedade que fizeram tudo muito bem feito, muito bem qualificado, mas a gente quando for para aprovação dessa Resolução, a gente deve lembrar quem é que vai utilizar isso e por que vai utilizar isso. Então, em tempo eu faço o registro que deve ser (...) final, que ela propôs, o que a gente estudou é um outro, até parece que é o mesmo conteúdo só mostra a explanação. É uma (...) diferente. Eu gostaria de deixar pontuado. Eu agradeço.

1347 1348 1349

1350

1351

1352

1329

1330

1331 1332

1333

1334

1335

1336

1337 1338

1339 1340

1341

1342

1343 1344

1345

1346

A SRª. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Muito obrigada, Rodrigo! A ABEMA tinha pedido a palavra e em seguida o professor Barbanti agui seguindo também a palavra. Pode falar?

1353 1354 1355

1356

1357

1358

1359

1360

1361

1362 1363

1364

1365

1366

1367

1368

1369

1370

13711372

1373

1374

A SRª. TAINAN BEZERRA DE OLIVEIRA (Grupo de Trabalho de Fauna da **ABEMA) –** Tainan, ABEMA. Bom, primeiro eu vou fazer uma colocação na fala do Selmi. É o seguinte, nós seguimos essa discussão que o Olivaldi abriu sobre o que é animal de estimação, a gente está embasado na Resolução CONAMA 489, que lá já foi definido pelo CONAMA o que é animal de estimação. Então, a gente vai ter aquilo que é um animal de companhia. Então, a partir do momento em que se trata de um animal de companhia, que está definido, é assim que a gente entendeu tanto a ABEMA, quanto na avaliação que tinha no Ministério, baseado em uma Resolução que já foi aprovada na Câmara Técnica anterior e também estava discutindo a própria Lista PET. Nós levantamos, inclusive isso foi motivo de discussão na reunião passada, e tem uma (...) diferente teria que alterar a Resolução CONAMA 489. Então, a gente se baseou no que está na 489, que é animal de estimação é animal de companhia. Ok? Seguindo a avaliação, o que foi falado pelo Rodrigo, como pelo Maurício, eu estou aqui representado a Associação Brasileira de Entidades de Meio Ambiente junto ao seu Grupo de Trabalho que discutiu, que vem discutindo desde 2017 junto com representantes oficiais dos governos estaduais, a lista, assim como outros assuntos relativos à lista, então, nós somos representantes oficiais dos 26 Estados e do Distrito Federal. Então, o que a gente vem colocando aqui é aquilo que os Estados estão colocando, em sua maioria, por votos e por decisão de que os Estados entendem

que a lista, ou a lista única é o mais adequado para esse País. E os Estados têm sim a liberdade pela Lei de autorizar, eu acho que o Olivaldi colocou isso muito bem interpretação jurídica, mas eu acho que a Resolução e a nossa visão, ela tem que dizer qual é o máximo de espécies, quais são as espécies no seu máximo que poderão ser criadas dentro do País. E isso é uma questão de normatização e a normatização este Conselho pode fazer. Estamos aqui os Estados representando, a gente tem duas cadeiras estaduais, então, os Estados estão aqui representados, os Estados estão organizados, você pode dizer: "não, mas a gente só tem dois Estados agui representando, ou seja, os Estados da Bahia e os Estados do Rio Grande do Sul", mas não, a gente está agui, a gente faz reuniões, a gente fez várias reuniões antes dessa Reunião da Câmara para poder discutir e colocar a pauta em posicionamento dos Estados. Ok? E isso todos os resultados que são discutidos pelos Estados técnicos são levados para o Secretário, são levados para os diretores das instituições dentro da Plenária da ABEMA. Então, temos uma Plenária e essa Plenária é discutida, e é votado caso seja necessário, se aquilo é a posição dos Estados, ou se não é a posição dos Estados. Um outro ponto, eu acho que ele se confundiu um pouco sobre a matriz. Aquela matriz que eu apresentei, ela dá a oficina que a ABEMA realizou, não que a Câmara Técnica realizou. Eu só pedi para disponibilizar para que os senhores tivessem (...). Não, então eu não sei, mas eu pedi aqui para que os senhores pudessem olhar a partir de agora, a gente tinha encaminhado o documento para vocês, a Nota Técnica, para o Ministério do Meio Ambiente e a gente está solicitando que isso faça parte de um processo, não que ela seja a matriz aprovada, apesar de a gente definir essa matriz, esse resultado, mas não que ela seja aprovada, que ela faça parte de um instrumento técnico que foi feito para a avaliação. E dentro disso assim, nós entendemos que como o CONAMA, dentro do seu Regimento, ele prevê Grupos de Trabalho e a gente entende que a gente deveria ter algum momento para a gente juntar tudo isso, juntar as publicações, as normas de (...), porque desde 2018 algumas coisas foram descobertas, algumas espécies (...) e outras... Então, a gente tem alterações que a gente pudesse pegar todo esse arcabouço e a gente pudesse fazer uma discussão de um Grupo de Técnico, que é essa previsão né, que tem lá no CONAMA dentro da Câmara Técnica, que a gente pudesse fazer essa discussão final e aí trouxe um resultado, que aí seria oficializado aqui dentro do CONAMA, trouxesse esse resultado para cá para apreciações de todos. A gente, como ABEMA, faz proposta do Grupo de Trabalho para a gente pegar todas essas informações, todas essas discussões que ocorreram lá dessa parada do CONAMA complementares, não é um trabalho (...) que o de 2018 não vale, mas é complementar ao que foi analisado em 2018, aquela matriz de 2018, mas a gente faz o requerimento.

1375

1376

1377 1378

1379

1380

1381

1382

1383 1384

1385 1386

1387

1388

1389 1390

1391

1392

1393

1394

1395 1396

1397

1398

1399

1400

1401

1402

1403 1404

1405

1406

1407

1408 1409

1410

1411

14121413

1414

1418 1419

1415
1416 A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Muito obrigada! O professor Barbanti tem a palavra.

O SR. JOSÉ MAURÍCIO BARBANTI DUARTE (Nupecce/UNESP) - Maurício Barbanti, UNESP. Bom, eu gueria primeiro fazer uma pergunta assim, porque para mim existe um vácuo do ponto de vista legal de alguém que cria um bicho, que não é para pet e nem para abate, por exemplo, eu crio Jacutinga, e eu vendo para programa de reintrodução. Onde está a regra para esse empreendimento? Onde esse empreendimento vai cair? Porque se ele é conservacionista, ele não pode fazer, pelas regras os criadouros conservacionistas. Então, veja e aí vai de encontro ao que o Selmi falou, quer dizer, quem paga a conta? Os programas de produção de animais em cativeiro para a introdução. Então, eu acho que essa pergunta fica como um... A Lista PET talvez não tenha nada a ver com isso, mas em um certo momento alguns Estados estão ampliando a mesma ao invés de uma Lista PET, uma lista de animais, ou uma lista de animais que não são permitidas para a criação comercial, e aí comercial fica independente do uso, do uso, da finalidade que você vai criar. Então, eu queria só deixar isso um fator importante. Eu acho que assim, do ponto de vista do CONAMA, qual deveria ser a visão do CONAMA para a Lista PET? Porque a Lista PET ela tem um aspecto econômico, de mercado, pessoas ganham dinheiro com isso, pessoas têm a possibilidade de ter animais que tem essa produção de buscar isso no tráfico. Existe um mercado, existe um desemprego, existe a indústria que produz. Então, existe um aspecto financeiro e econômico muito importante. Mas, esse aspecto não é um aspecto que o CONAMA deve estar buscando, o CONAMA deve estar olhando qual o problema que a gente está gerando para as composições naturais. Então, eu acho que essa é a essência que um colegiado técnico do CONAMA está olhando para composições naturais e como a criação comercial ela está tentando (...) a composições naturais. Tem bem os critérios do CONAMA, que o CONAMA determinou critérios que deveriam ser avaliados e tomassem conta para a Lista PET. Eu queria dizer que não concordo com vários deles, eu sou bastante divergente em grande parte deles, mas eu não sou divergente, por exemplo, em um aspecto claro que é invasão biológica. A biológica é um aspecto claro de um problema. Mas, se a gente começa a olhar para o Brasil, nós já temos criadores comerciais. Qual é o problema de potencial invasão biológico no Brasil e potencial (...)? Não é o bicho criado comercialmente, é o bicho traficado, é o bicho apreendido e que é solto pelo IBAMA, pelos órgãos de fiscalização. Esse é o problema. Se vocês pegarem o por cento dos animais apreendidos que são devolvidos para a natureza e são animais legalizados, vocês vão ver que não chegam a 1%, talvez menos que 1%. E aí o que nós estamos discutindo aqui? Então, para mim esta é uma questão de base que eu quero dizer, porque a gente vai depois eu acho abandonar essa discussão e vamos discutir a matriz, eu sou contra a matriz, quer dizer, o que interfere você saber, ou não, a distribuição de uma espécie que você vai vender ela como PET, ou não, quer dizer, isso não tem nada a ver com conservação, isso tem a ver com você vender o animal e ele seja adequado para PET. Eu vou além, eu posso criticar a (...) dos colegas. Eu acho que produção de híbridos para PET seria uma grande solução do problema, imagina você produzir um híbrido estéril, porque alguns híbridos são estéreis, ele vai ter problema? Nunca vai ter problema de invasão biológica. Então, está nas regras aí, por exemplo, não pode fazer isso, por quê? Qual é o sentido do ponto

1420

1421

1422 1423

1424

1425 1426

1427

1428 1429

1430

1431 1432

1433

14341435

1436

1437

1438

1439

1440 1441

1442

1443

1444

1445

1446

1447 1448

1449

1450

1451

1452

1453 1454

1455

1456 1457

1458

1459

1460

1461

1462 1463

1464

de vista de conservação que um criadouro que vai vender um animal para ser pet. ficar na casa da pessoa, esse bicho não pode ser híbrido, esse bicho não vai ser usado para a conservação, ele vai ser pet. Então, eu acho que a gente está confundindo um pouco as instâncias, o objetivo da criação comercial para pet. A criação comercial para pet ela tem, e aí sim, eu acho que ela ajuda muito na conservação, porque ela é um competidor importante para o tráfico, quer dizer, se você não tiver legal o cara vai multar, e por mais que a gente não queira a demanda existe. As pessoas querem ter papagaio, as pessoas querem ter (...), as pessoas guerem ter Curió e se você não tiver a possibilidade de oferecer isso a ele, eles vão pegar na natureza. Então, existe, como o próprio Maurício falou, alguns estudos que eu acho que são (...) de que animais que são liberados para ser pet aumentam o tráfico. Isso não é uma..., isso está no site de que a gente não pode (...) um trabalho na paper, por exemplo, (...) e esse trabalho é usado pelo próprio IBAMA para dizer que animais criados para pet não deveriam ser criados para pet, porque tinha outro lá. Então, assim, eu acho que isso a gente tem que fazer um... Então, assim, eu não sei até que ponto e aí eu gostaria de dizer que a gente passar para matriz agora, se a gente tiver essas espécies, vamos supor que a gente vai ter um número de espécies que vão passar pela matriz. Essa matriz é engessada? Porque se a matriz é engessada, eu acho que a gente está perdendo. Ou a matriz, assim como a lista, não é engessada? Porque a lista, eu sinto que a lista não é engessada, ela vai ser revista, tem todo um processo ali na nova lista né. Mas, se a matriz é engessada, você acaba perdendo a oportunidade de ter uma série de aspectos, assim, isso seria muito importante de serem criados comercialmente, um grande exemplo a gente pode dá vários, que quem começou a criar papagaios em cativeiros foram os criadouros comerciais, eu sou da época que (...) e zoológico não criava papagaio. Era um tabu nos zoológicos ter papagaio, ele não conseguia reproduzir papagaio. Quando os criadouros começaram a pegar, começaram a olhar para isso do ponto de vista comercial e dar atenção para essa lista técnica, a gente vai criar papagaios, e hoje papagaio não é um bicho. Então, a gente não dá essa oportunidade para algumas espécies é relegar a essas espécies até a gente não ser acessível a todas elas, e a gente não tenha controle mínimo sobre a criação de cativeiros, e pode até ser importante para a própria conservação. Então, eu acho que existem esses aspectos e que a gente tem que levar em consideração para que a gente não se perca na discussão achando que a criação comercial para pet ela é o (...) da conservação. Ela não tem que ser, ela não foi feita para isso, ela contribui sim, mas ela não foi feita para isso, não é esse o objetivo da criação, é produzir animais para ficar na casa das pessoas mais adequada. Hoje a gente tem que se preocupar com o bem-estar desses bichos, quando você falou sobre a cartilha, Olivaldi, eu acho que pode ser muito importante, pode ser que faltaram, isso é a palavra mágica para a gente lidar com (...), não só selvagens, mas domésticos, se a gente tiver isso, a gente acaba com os problemas que a gente está tendo, invasão de cachorro, de gado da conservação, solto na rua. E o grande problema ambiental, e aí a gente pode discutir em outros momentos, o grande problema de cães e gatos no Brasil invadindo o nosso ambiente, mas (...), é você a pessoa que está comprando, adquirindo aquele animal poder dar uma condição adequada a partir (...) e dá uma

1466

1467

1468 1469

1470

1471

1472

1473

1474 1475

1476 1477

1478

1479

1480 1481

1482

1483

1484

1485

1486 1487

1488

1489

1490

1491

1492

1493

1494 1495

1496

1497

1498

1499 1500

1501

1502 1503

1504

1505

1506

1507

1508 1509

1510

vida boa, uma vida boa, gerou emprego para as pessoas, as pessoas que não precisam adquirir no tráfico, então (...) natureza. Então, é um grande aspecto positivo e importante, que eu acho que às vezes fica um pouco esquecido na discussão quando a gente fala em conservação. Qual é a necessidade de a gente, por exemplo, ter..., a gente saber muito da biologia daquela espécie? O aspecto, eu gostaria de fechar a minha fala com o aspecto da parte sanitária, que tem sido levado muito em consideração, que aí eu acho que a gente tem que ter um pouco de cuidado com esse aspecto sanitário, porque assim, se a gente for ver exatamente o aspecto sanitário, nenhuma espécie deveria ser..., nenhum cachorro, nem gato, a vida deveria (...). Então, se você fala que raiva é um problema, todo mamífero é (...) da raiva. (Intervenção inaudível), porque tem de bom da raiva (...) a pessoa. Se a gente vai falar que o papagaio tem (...), mas como não tem? É um animal doméstico. A calopsita, que é o maior, o maior contaminante de (...) que a gente tem no Brasil, a calopsita é doméstica, e está aí sendo comercializada em qualquer loginha do Brasil. Então, por que nós vamos (...) papagaio, arara, que nós temos aí em cada esquina tem. E os casos brasileiros, os casos brasileiros de (...) humana a maioria deles foi de calopsita, (...) e não foi da espécie exótica. Então, assim, a gente sabe super dimensionando alguns aspectos, sendo que a gente já tem aspectos domésticos. Então, eu acho que o parâmetro sanitário ele deveria ser aquilo que o doméstico, ou seja, uma ameaça maior é do doméstico, mas não colocar no doméstico, porque São Paulo que teve dois casos de raiva humana, por conta de raposa do campo no Nordeste, teve, pessoas foram mordidas por raposa selvagem (...) de criação, a raposa selvagem mordeu as pessoas e elas tiveram raiva. Então, não pode criar raposa, porque ela tem raiva de espécies, tem raiva, todos os mamíferos tem raiva, não é a prerrogativa da raposa, cachorro tem raiva. Então, nós vamos considerar a raiva da raposa registrada em 1980 com problema, eu acho que é isso. E eu acho que uma questão da unidade da lista, eu acho que você colocou muito bem, Olivaldi, que uma coisa é criação e outra coisa é posse. Então, assim, eu acho que se uma pessoa adquiriu aquilo legalmente e ela tem a posse legal daquilo, ela pode ir ara qualquer lugar, mesmo naquele Estado que não é permitida a criação daquele indivíduo, mas a posse, ele comprou, ele comprou legalmente, tem toda a documentação daquele bicho. Então, eu acho que a gente pode ter algumas particularidades das listas estaduais que venham a conservar o interesse do Estado. Eu acho que..., mas é lógico que a gente teria que ter uma lista nacional que fosse balizadora. Eu acho que é interessante uma lista balizadora. E aí eu vou só defender uma coisa que você fala, a lista negativa, eu não vou voltar nessa discussão, você falou: "vamos passar todas as espécie na lista negativa", é a mesma coisa da lista positiva, não adianta querer passar todas as espécies na lista positiva. A lista negativa ela tinha a intenção de dizer para aquelas espécies que realmente são problemas, a gente sabe que algumas são problemas, cobra venenosa, é perigosa, então, (...). Então, são na lista negativa, aquele que a gente não pode pegar. (...) a jararaca na lista positiva, a cascavel na lista positiva, a coral na lista positiva, passar. Então, a matriz, agora ela a matriz não tem problema. (...), porque aí você dá a oportunidade de essa ampla possibilidade da pessoa investir na fauna. Eu acho que isso é muito importante. Nós somos um

1512

1513

1514 1515

1516

1517 1518

1519

1520 1521

1522 1523

1524

1525

1526 1527

1528

1529

1530

1531

15321533

1534

1535

1536 1537

1538

1539

1540 1541

1542

1543

1544

1545 1546

1547

1548 1549

1550

1551

1552

1553

1554 1555

1556

País, como você bem disse, que tem uma das maiores biodiversidades do mundo e nós não fomos capazes até hoje de domesticar uma espécie, única espécie domesticada é (...), que não foi aqui, domesticaram fora e depois exportaram para a gente os domésticos, quer dizer, nós não somos capazes de fazer isso. E qual é o problema em fazer isso? Eu não vejo problema. Os japoneses domesticaram uma codorninha desse tamanho que não tem potencial absolutamente nenhum e mandaram para o mundo inteiro, e hoje a gente come ovo de codorna, venderam para o mundo inteiro. Por que aqui não pode ser verdade? E aí, eu acho que a gente tem espécies incríveis da nossa fauna e seriam pets maravilhosos, mas para que eles fossem isso alquém vai ter que botar a mão no bolso e investir em pesquisas com aquela espécie, em mecanismos de como criar, de como manter em cativeiro, de como manter (...). Eu gostaria de ter uma preguiça abraçada com você o dia inteiro, o abraço, (...). A gente não sabe, ninguém sabe criar preguiça, por quê? Porque ninguém pegou, centenas de preguiças chegam de apreensão todos os anos no Brasil e são ou soltas, ou mortas, e a gente não sabe o que elas necessitam, até o dia que alguém falar: "eu vou fazer isso aí", pega meia dúzia de (...), mas enfim. Por que não? Então, eu acho que essa tensão de a gente ter altruísmo, eu acho que a gente tem que olhar para fauna de uma maneira com cuidado, mas também (...) já que nós somos o País que muitos só falam (...). Desculpa a fala longa.

1578 1579 1580

1581

1582

1583

1584

1585

1586

1587

1588

1589

1590

1591 1592

1593

1594 1595

1558

1559

1560 1561

1562

1563

1564

1565

1566 1567

1568 1569

1570

1571

15721573

1574 1575

1576 1577

> A SRa. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) - Muito obrigada! Gostaria de falar, pela ordem dos próximos inscritos, nós temos o Maurício, da Ampara; o Selmi; o Alberto Vinicius pela Bahia; e a Márcia. Eu só gostaria de organizar aqui, só por causa de horário. Eu gostaria de sugerir a vocês que a gente dê aqui a fala ao Maurício e em seguida ao Olivaldi, que está inscrito, e ao Selmi, se a gente puder fazer assim, que foram os três que se inscreveram quase ao mesmo tempo, e depois a gente fazer o intervalo para o almoço, se puder, que a gente faz ali uma horinha cravada de almoço, a gente volta com a fila que está aqui o Alberto, que está inscrito, e depois a Márcia, e a gente segue aqui para os demais inscritos com a fila do jeito que estiver. Ok? Então, está ótimo. Então, a gente segue agora. Maurício, depois o Olivaldi, depois Selmi, aí a gente faz o break para o almoço e depois volta. Maurício, você tem a palavra. Deixa eu só aproveitar e pedir aqui para o meu vice-presidente assumir durante 5 minutinhos, eu preciso retornar uma ligação. Maurício, você tem aqui a palavra. O vice-presidente está tocando a reunião na minha ausência e volto em 2 segundos que eu retornar da ligação. Obrigada!

1596 1597 1598

1599

1600 1601

1602

1603

O SR. MAURÍCIO DA CRUZ FORLANI (Ampara Silvestre) – Obrigado! Maurício Forlani, Ampara Silvestre. Eu queria só fazer umas considerações. É muito importante essa questão das doenças que foram colocadas aí pelo professor Barbanti e a questão dos riscos de bio invasão. Eu acho que quando a gente fala de um universo que a gente conhece e tem o conhecimento, e a gente teria a segurança de dizer que as espécies não teriam novas doenças para disseminar, a

gente até poderia aceitar um discurso de que isso não seria um problema. Mas, eu não vejo dessa forma, até porque as piores doenças do mercado pet hoje que o Brasil tem vieram do comércio legalizado dentro de criadores. Aonde se tem a maior incidência de clamidiose? Em criadores legalizados. Então, a gente está falando aqui de dois aspectos sanitários interessantes aí, são doenças zoonoticas, que vão trazer problemas para nós humanos, como a clamidiose. E o fato de entrar uma espécie que a gente não domina ainda a Biologia e não tem muita certeza da relação com alguns patógenos, à gente pode introduzir alguma outra zoonose para o mercado, isso pode acontecer, porque tem espécies que estão sendo ponderadas que não se tem muito conhecimento. Agora um outro ponto importante é a gente pensar em bornavírus e circovírus, que são doenças que acometem a nossa fauna silvestre que não ocorriam no Brasil e foram oriundas do comércio legalizado. Então, sim, o comércio de animais pet tem um grande risco biológico referentes às suas doenças. Eu acho muito importante o CONAMA realmente pontuar como pontuou nas matrizes, essa foi uma discussão nos últimos..., todas as oportunidades que teve foi levado muito a sério. Eu acho que essa posição é muito importante, a gente tem que manter sim esse risco, esse padrão, porque caso a gente avaliei algo que possa trazer esse risco, não tem retorno, bornavírus e circovírus muito provavelmente a gente já introduziu no Brasil e não vai ter retorno, a gente não vai conseguir controlar mais isso. Então, o momento para se barrar ao máximo qualquer tipo de nocividade sanitária é agora, por isso sim é muito importante quanto mais critérios sanitários a gente colocar e avaliar, a gente não pode baixar aquarda para esse tipo de aspecto. Um outro ponto importante quando a gente fala da distribuição das espécies nos critérios. Isso é sim outro ponto muito relevante, por quê? Porque as espécies invasoras hoje estão entre as 5 maiores causas de extinção de espécies. Então, isso é muito importante à gente colocar, a gente não pode negligenciar a distribuição das espécies, não só isso, a capacidade de adaptação das espécies. Hoje o Brasil tem pelo menos 3, ou 4 espécies de primatas entre as 25 mais ameaçadas do mundo, pelo menos duas delas a questão de hibridização com espécies oriundas do comércio pet, são elas o sagui da serra escura e o (...), que eu esqueci o nome popular, eles tem um problema enorme com os (...) tufo preto, que vieram para o Sudeste por questão do comércio ilegal, que seja, mas é o mesmo comércio, é o mesmo mercado. Teve soltura, teve várias questões. Pode falar, professor. Pode falar, professor.

1639 1640 1641

1604

1605

1606 1607

1608

1609

1610

1611

1612 1613

1614 1615

1616

1617

1618 1619

1620

1621

1622 1623

1624 1625

1626

1627

1628

1629

1630

1631

1632

1633

1634

1635

1636

1637 1638

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Continue o seu ponto de vista, Maurício.

1642 1643 1644

1645

1646

1647

1648

1649

O SR. MAURÍCIO DA CRUZ FORLANI (Ampara Silvestre) – Então, assim, a gente sabe que essas populações estão sofrendo muito com a questão da hibridização, óbvio, não é o único fator que acomete essas espécies, o desmatamento e a perda de habitat é um fator importante, mas as espécies invasoras estão aqui tomando lugar e estão hibridizando. E os híbridos nesse caso geram descendentes. Então, assim, eu tenho muito medo da fala de a gente criar

híbridos, eu entendi o ponto do professor, do fato de a gente criar híbridos que sejam..., que não gerem descendentes férteis, mas a gente tem que entender o seguinte: quando a gente começa a comercializar e criar os animais, a gente não tem segurança de que eles não vão fugir, de que não vai dar um vendaval, quebrar as gaiolas e os animais vão fugir. Então, assim, existem vários (...) que podem proporcionar a fuga desses animais, assim como o Brasil vem recebendo várias espécies invasoras de diferentes fins. Então, a gente tem que tomar muito cuidado com isso, porque um híbrido ele pode não gerar descendentes férteis, mas ele pode competir com um macho fértil, que não é híbrido e vai perder uma geração de reprodução. Então, por exemplo, para psitacídeo é importante, porque se reproduz uma vez por ano, no máximo duas vezes ao ano. Então, assim, você perde uma temporada de reprodução de um casal como é que fica? E essa questão do tráfico, que é muito importante à gente falar, a gente não pode negligenciar isso, gente, a gente tem que avaliar e tem que olhar o que acontece no Brasil, o tráfico de fauna no Brasil ele é muito diferente de outros países. A gente é detentor de biodiversidade e a gente tem uma série de problemas que não cabe a esta Câmara resolver a questão do tráfico, porque é um problema muito complexo, mas assim como o professor colocou que o papagaio hoje é intensamente reproduzido no Brasil, se domina a reprodução dele, ele continua destoando entre as 5 mais espécies traficadas no Brasil. Então, assim, a gente tem que tomar muito cuidado, porque a oferta pura e simplesmente não resolve, e não resolveu a questão do tráfico no Brasil, por exemplo, para canário da terra, que você não precisa, você tem mais de 33 mil criadores SisPass, 49 mil criadores SisPass de canário da terra, por exemplo, e ainda assim é o animal mais traficado do Brasil. Então, a oferta não necessariamente vai representar no Brasil a redução no tráfico, porque a oferta sozinha não vai conseguir coibir esse sistema que existe no Brasil do tráfico de animais. Então, assim, a gente tem que realmente prezar por isso, eu achei muito bom que a matriz da ABEMA trouxe uma questão que na matriz de 2018 foi excluída, que é a questão da genotipagem para as espécies comercializadas. Isso sim seria uma ferramenta muito importante para trabalhar a questão da ilegalidade, onde a gente poderia realmente traçar geneticamente a origem desses animais. Então, isso é um avanço importante que essa Câmara tem condições de implementar contra o combate da ilegalidade, mas essas questões de bio invasão e segurança sanitária, a gente não pode abaixar a guarda, gente, porque depois que acontece o processo de resgate é muito sofrido, basta ver os exemplos que a gente tem aí não especificamente da questão do mercado pet, mas o mercado pet é só uma fonte, mais uma das fontes de entrada de espécies exóticas. Então, a gente tem que tomar muito cuidado com isso.

1650

1651

1652 1653

1654

1655

1656

1657

1658 1659

1660 1661

1662 1663

1664 1665

1666

1667

1668

1669

1670 1671

1672

1673

1674

1675

1676

1677

1678 1679

1680

1681

1682

1683 1684

1685

1686 1687

1688 1689

1690

1691

1692 1693 1694 A SRª. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Muito obrigada, Maurício! Já sai e já voltei. Está tudo certo. Eu passo agora a palavra para o próximo inscrito, o Olivaldi.

O SR. OLIVALDI ALVES BORGES AZEVEDO (Secretário Adjunto da Biodiversidade) - Olivaldi Azevedo, Ministério do Meio Ambiente. Eu estava sentindo falta já disso aqui, viu, dessas discussões técnicas acaloradas, mas muito bem fundamentada por todo mundo. Então, eu acho que como estamos fazendo com respeito ao pensamento do outro, a posição do outro, chega ao processo como vem chegando até hoje, eu sinceramente estava sentindo falta das discussões. Eu só queria fazer algumas observações em relação às falas, mesmo porque algumas vieram da minha primeira. Então, eu não vejo nenhuma dificuldade em o comerciante também fazer conservação, desde que a normativa admita a forma como conservação. Eu não consigo enxergar em separado. O comerciante pode ter conservação e ponto. É só eu regrar a forma de ele fazer a criação dele comercial que pode ser utilizado, inclusive para conservação. Então, eu não enxergo dificuldade nisso. E insisto novamente na questão dos criadores (...). Eu entendo o que o professor Barbanti disse e obviamente entendo o que o Maurício está defendendo. Só que a gente não pode..., a gente está a partir do princípio que nós vamos ter 50 milhões de criadouros criando várias espécies, eu pretendo que o mundo será só criações..., não se trata disso. Como existem hoje alguns criando, porque o Estado não vai permitir, como é ele que autoriza, não vai permitir que se crie, crie e crie, porque ele é detentor de entender a gestão da fauna no seu Estado, quer dizer, não aceito mais criações disso, por quê? Porque pode acontecer agora o que o professor Maurício citou, por exemplo. Então, não vamos confundir a criação, porque a gente já teve erros no passado, eu diria pouquíssimos erros até. Perdoem (...). Mas, não vamos confundir a criação com a posse, porque o indivíduo que vai ter um animal, o animal escapa, poderia até invadir, de passar doença, gente, é a mesma coisa de um cachorro escapar, "mas escapou 50", não, é óbvio, quando escapam 50 cachorros o problema é maior. Mas, a gente tem que de tal forma regular isso e que a gente enxergue essas possibilidades, e fala: "não, então, a partir de agora isso não". Conciliar isso. Só insistido não confundamos a criação com a posse. Eu, Olivaldi, tenho um animal, não quero, mas eu (...) animal; não me confunda com o indivíduo que cria esse animal para que eu possa comprar, adquirir, ou sei lá o que, não me confunda com essa pessoa, porque essa vai ter uma restrição, essa vai ter uma regulação pesada, essa os órgãos de fiscalização está muito preocupado com ele. E o Olivaldi? O indivíduo que vai adquirir é uma preocupação bem menor, porque eu já disse que ele poderia lá criar, vender, ou doar para o Olivaldi. A gente não pode tirar isso em média, quando eu falei em criação de pet, todos nós teremos 50 bichos cada um em casa, ele não vai ter isso, mesmo porque eu posso regular, inclusive isso, como, por exemplo, não podem ter dois. Eu estou dando exemplo, pelo amor de Deus, duas espécies, desculpe, dois indivíduos tem a mesma espécie em casa, de repente é importante à gente limitar por espécie, ou limitar por quantidade de bicho, enfim, a gente pode fazer isso para evitar esse tipo de problema. Eu acho que tem saída para tudo. Eu discordo um pouco do professor Barbanti quando ele diz que o CONAMA não tem que se preocupar com (...), ele é multidisciplinar, professor, estamos por isso. Aqui o setor produtivo está preocupado com o comércio, mas é óbvio que os mais conscientes também estão preocupados com a conservação e meio ambiente. Tem aqui alguém preocupado

1695

1696

1697 1698

1699

1700

1701

1702

1703 1704

1705 1706

1707

1708

1709 1710

1711

1712

1713

1714

1715 1716

1717

1718

1719

1720 1721

1722 1723

1724

1725

1726

1727

1728 1729

1730

17311732

1733

1734

1735

1736

17371738

1739

com apenas a questão social da coisa; tem alquém só preocupado com o meio ambiente. Mas, eu acho que esse monte de gente junto pensando, eu acho que leva ao consenso, é isso que leva a gente ter uma boa (...). Eu não penso só no aspecto biológico da história não, só o meio ambiente de (...) natural, eu penso realmente em algo que..., é por isso que o CONAMA tem tanta representatividade. Eu acho que a Tainan respondeu muito bem, ela falou sobre os outros Estados, então, eles se conversam, pode ficar tranquilo que o Mato Grosso, aliás, a Presidente da ABEMA é do Mato Grosso, exatamente, a Mauren. Professor Barbanti, a Lista PET ela tem a (...), mas eu concordo com o senhor e, aliás, isso foi, inclusive motivo de nossas discussões nessas Câmaras apartadas, que nós precisamos criar uma possibilidade de lista para outros fins, entendeu? Para outros fins. Eu concordo plenamente com o senhor que: "olha, mas e o indivíduo que cria para vender para conservação?"; é verdade, por que ele não pode criar para conservação? Vender para conservar, por quê? Concordo, só que isso não é pet. Entendeu? Mas, eu concordo com o senhor que nós deveríamos trazer isso para o CONAMA um dia e discutir essas situações. E outra, o pet envolve trânsito e a gente guer facilitar o trânsito, ou seja, aquilo que eu falei: guando eu tenho um pet, eu vou para lá e para cá da forma como eu quiser, é diferente de um animal de conservação que eles vão querer controlar isso, aonde você vai com esse animal, ele tem que pedir autorização para transportar esse animal para outro lugar? Tem, porque eu estou preocupado com esse animal; agora o pet eu não estaria preocupado com isso, como eu disse, ele vai entrar lá no sistema, me cadastrei, fiz o curso, se é que a gente vai chegar a essa conclusão, eu fiz o curso, eu posso ter e vou para onde eu quiser no País. Já outros fins, nós temos uma preocupação maior, é por isso que a gente tem que dividir essa coisa. Mas, eu concordo que nós devemos enfrentar também esse problema. Maurício, eu fui por 30 anos policial militar e 20 e poucos policial ambiental, do choque a polícia ambiental. Então, eu vivi um pouco a Polícia Militar em São Paulo e continuo com o poder público. Eu me aposentei..., eu entrei em 1989, me aposentei em 2019, 30 anos exatamente na polícia, então eu vim para cá. Então, há 2 anos (...), desde que começou o Governo eu estou aqui. Eu não consegui ainda, e olha que eu fiz mestrado conservação de fauna lá na Federal de São Carlos, com o (...), Pedro Galeti, e ele trabalha com isso. Eu ainda não consigo, eu até consigo, eu, eu sozinho, mas numa mesa dessas a gente discutir tráfico de fauna, eu vou dizer a verdade para você, poucos nesse País consequiriam fazer isso com muito brilhantismo, por mais que tenha se debruçado em cima disso. Eu vou dizer por que. Porque eu cometi todos os erros que o professor Barbanti citou aqui de soltar animal que não deveria ter soltado, enquanto o poder público não tinha o que fazer com aquilo. Mas, mais que isso, eu tratei como tráfico a mera criação sem autorização, isso é um perigo, o indivíduo que cria, ele está criando um canário da terra em casa sem licença do Estado e eu falo que isso é tráfico, não, isso é criação irregular. Então, eu tenho que tomar..., a gente precisa definir, aliás, não pode entrar nisso não. Bom, enfim, nós vamos tratar de um programa de combate ao tráfico na Secretaria, o Maurício, eu já conversei com ele sobre isso, nós vamos precisar da ajuda dele, nós vemos muito o que vocês já fizeram (...), enfim. Mas na construção de um plano maior, nós vamos precisar da ajuda de todo

1741

1742

1743 1744

1745

1746

1747

1748

1749 1750

1751 1752

1753

1754

17551756

1757

1758

1759

1760

1761 1762

1763

1764

1765

1766

1767

1768

1769

1770

1771

1772

1773

1774 1775

1776

1777

1778

1779

1780

1781

1782

1783 1784

1785

mundo, já dissemos isso lá atrás né, Beatriz, e reafirmo aqui nessa Câmara. E eu acho que um dos grandes temas de combate ao tráfico é o que é tráfico. O que é tráfico? Tráfico é quando..., veja, o maior erro da Academia, eu digo isso com a maior tranquilidade, o maior erro da Academia é pegar a quantidade de animal apreendido (...) e falar que aquilo é tráfico. Isso é o maior erro da Academia, está aqui gente do Estado que eu tenho certeza que está entendendo o que eu estou falando, eu cansei de apreender animais da fauna silvestre dizendo que aquilo é tráfico, eu não sei se aquilo é tráfico, aquilo pode ter vindo de todos os bichos que estavam ali e isso não é tráfico. Então, vamos tomar um cuidado com isso, mas um cuidado técnico mesmo de não sair dizendo por aí que aquele indivíduo que, eu vou dar o seguinte legal, irregular, ilegal, que cabe autuação administrativa e é crime. Ok? Um exemplo. Mas, o indivíduo que vai na casa do outro que está legalizado e que nasceram lá dois canários para mais um macho, ou fêmea, que aquele não poderia passar para esse, mas passou, e esse não poderia pegar, ele pegou e dali ele passa a criar isso ilegalmente, dito isso, crime autuação administrativa, e passa a criar isso. E aí eu, policial militar, vou lá depois de 5, 6 anos tem lá 15 canários da terra, eu vou dizer que isso é tráfico, não é tráfico, porque ele nasceu de uma criação legalizada, de um cidadão que agora é criminoso, passou a criar aquilo ilegalmente, mas isso não é tráfico, porque nasceu de uma criação na origem dele foi uma criação autorizada. Então, a gente tem muito, mas muito, e eu digo isso com tranquilidade, porque eu fui 24 anos polícia ambiental (...), o meu trabalho foi em cima de cassa e está lá para quem quiser, e está longe de (...) verdade sobre isso, eu não concordo com muita coisa do que eu fiz, porque precisava de mais tempo (...). Então, (...), eu fico preocupado, cria mais, porque trafica mais, ele não conseque... Aliás, a Academia (...), mas ela não faz parte por um estudante da Academia mandar um ofício para a Polícia de São Paulo: manda à lista de animais apreendidos, pronto, isso aqui é tráfico, é mais fácil. E não descobrir como eu fiz para pegar 8900 e poucos boletins de ocorrência, ler um por um e dali tirar o que era caça, o que era utilização, (...), que é quase humanamente impossível você ter acesso a quantidade desses documentos, ou talvez seja mais fácil pegar a quantidade de animal apreendida e falar que é tráfico. Mas, o que precisa, na verdade, é pegar documento por documento do que foi apreendido e dizer: o que é isso? Pegar do IBAMA, perguntar lá para o IBAMA: me dá todos os documentos que a apreensão autua; o analista ambiental vai escrever: "sem fiscalização na casa do fulano", e aí você inferir realmente se aquilo foi objeto de tráfico, ou não. Isso não é defesa de ter mais bicho, ou menos bicho. É só para servir de reflexão. Professor, eu não penso que a matriz seja engessada, tanto é que a gente está aqui discutindo, ela veio estabelecida pela Secretaria que aquela é a matriz está engessada para aquele momento, isso não quer dizer que não vai ocorrer de rever a lista a cada X anos, como se possa rever também a matriz, mas naquele momento que você decidiu ela engessada. Desculpe aí me alongar e às vezes me exceder nas emoções.

1787

1788

1789 1790

1791

1792

1793

1794

1795 1796

1797 1798

1799

1800

1801 1802

1803

1804

1805

1806

1807 1808

1809

1810

1811

1812

1813

1814 1815

1816

1817

1818

1819

1820 1821

1822

1823 1824

1825

1826

1827

1828 1829

1830 1831

A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Os temas ambientais sempre levantam assim essa paixão da gente, sem problema nenhum. Vamos aqui para o Selmi, que é o próximo inscrito.

1835 1836 1837

1838

1839

1840 1841

1842 1843

1844

1845

1846 1847

1848

1849

1850

1851

1852 1853

1854

1855

1856

1857

1858

1859

1860

1861

1862

1863

1864

1865 1866

1867

1868 1869

1870

1871

1872

1873

1874 1875

1876

1877

1832

1833

1834

O SR. JOSÉ EURICO SELMI (CSPET/MAPA) - José Selmi, CSPET, Câmara Setorial PET do MAPA. Bom, eu gueria fazer algumas breves colocações dando sequência aí aos comentários que eu recebi e as replicas. Em relação à definição de pet, então, Tainan e membros, a definição da Resolução 489 está ótima para a gente, pois companhia é definido no nosso dicionário língua portuguesa como presença, como estar perto de. Então, um animal pet, eu estou perto de um peixe em um aquário, na minha companhia eu estou perto de um pavão no meu jardim, eu gosto dele por companhia, eu estou perto de um passarinho cantando em uma gaiola e a definição de companhia é perfeita para o setor produtivo. Deixando claro para todos que em nenhum momento, apesar de estar escrito isso na Resolução, creio que todo mundo enxerga dessa forma. Eu vejo que várias vezes nesse fórum em outras discussões técnicas a definição de pet parece que depende de ser algum animal que a gente pega na mão, ou faz carinho, ou alisa. Então, voltando a definição do art. 3º da Resolução 489 do CONAMA, animal de estimação é aquele animal que vive em companhia do ser humano, sentir a presença dele perto dele. Está ótimo? Bom, eu queria rapidamente agradecer a participação de todo mundo, as colocações, como o Olivaldi falou e a Bia, são bem acaloradas e tal, mas com bastante carinho e respeito entre todos aqui, afinal de contas é um assunto que a gente vem discutindo nos últimos 14 anos, e eu queria citar isso e eu vou ser breve dizendo que isso é muito triste, porque o Brasil é o segundo maior mercado pet do mundo, e a gente vive, membros aqui do CONAMA, uma reserva de mercado ao contrário. Eu recentemente estive fora do Brasil e você entra num pet shop em alguns países nos Estados Unidos e Europa, e você vê as nossas espécies nativas sendo comercializada livremente e legalmente, inclusive através das Cites, que o Brasil é signatário, enquanto que aqui no Brasil a mesma atividade é proibida. Então, esse é o grande problema, essa é a nossa grande perplexidade como setor produtivo, como é que em um País mega biodiverso, nós fomos tolhidos do nosso direito de usufruir de maneira sustentável do nosso recurso natural que é a fauna definido claramente na política brasileira de biodiversidade, está na Lei, à política brasileira de biodiversidade estabelece claramente que o poder público deve estimular, e a palavra é estimular o uso sustentável da fauna e da flora. E, apesar de isso está definido claramente na Lei, nós estamos aqui 14 anos depois aguardando uma Lista PET, por quê? Porque infelizmente, por razões biológicas, tem muita gente que acha que não pode ter animal de estimação, que não é legal ter uma ave em uma gaiola, coitado do bicho na sua casa, da mesma maneira que tem gente que acha que é pecado ter um cachorro em um apartamento. E a gente está no momento da nossa vida e no mundo que a gente tem que respeitar as opiniões diversas, mas a gente não pode de forma nenhuma usar as opiniões diversas para impedir a vontade da maioria. Isso é a não democracia. Nós somos um País democrático, a imensa maioria dos brasileiros gosta de animais de estimação, é por isso que nós somos

o segundo maior mercado pet no mundo, isso não é uma coincidência, isso é uma característica do povo brasileiro, nós gostamos de animal de estimação, nós gostamos do convívio próximo, da presença dos animais de estimação. Então, eu gostaria de pedir a todos que nós estamos em um momento único dessa discussão da Lista PET, extremamente positivo que a gente dê prosseguimento rápido a isso e que realmente saia essa lista, porque o setor de criação de animais da fauna nativa brasileira está asfixiado, estagnado há mais de 14, porque não existe nenhum novo empreendimento licenciado por causa da não Lista PET, que não saiu até hoje, isso vem de 4 governos para trás. Então, nós estamos com uma chance única de fazer essa questão que é muito importante, existem milhões de brasileiros que são empregados diretos e indiretamente ao mercado PET, e a gente tem que desmistificar, que uma coisa que eu vejo, eu lido com isso há mais de 20 anos, está na nossa cultura, um cara ganha dinheiro, não é legal, como se ganhar dinheiro com alguma coisa não fosse lícito, todos nós aqui ganhamos dinheiro com algo, senão não estaríamos aqui, (...), os servidores públicos trabalham e são remunerados com um salário, então ganhar dinheiro não é pecado, ganhar dinheiro é um prêmio, é uma consequência de algo bem feito. A gente precisa mudar, parece que é uma coisa cultural, se você faz conservação ambiental, mas comercial não é legal, isso é ilegal, isso é um preconceito que nós precisamos acabar com ele. Acelerando, que eu estou me emocionando com o assunto né, está entrando na questão emocional. Eu gostaria de comentar rapidamente sobre a fala do Maurício. Realmente nós temos que tomar cuidado com a questão de zoonose, inclusive é uma exigência da Resolução CONAMA feita há 14 anos atrás, muito importante, mas realmente apoiando o que o professor Barbanti falou, nós temos que ter relevância, sermos coerentes, como ele falou e como todos nós sabemos a maior fonte de zoonose são os animais domésticos, são cães, gatos, galinhas e porco. Então, não é que nós não temos que relaxar em relação a isso, muito pelo contrário, Maurício, nós temos que tomar cuidado em dobro, sermos mais exigentes, mas temos que tratar os animais das espécies nativas pet com o mesmo carinho e com a mesma qualidade que tratamos animais de estimação, qual que é a incidência de raiva no Brasil hoje de cães e gatos? É irrelevante, apesar de ser uma patologia letal, por quê? Porque as pessoas têm conhecimento disso e tratam, existem centenas de milhares, se não milhões, de veterinários no Brasil licenciados e existe um mercado gigantesco de produtos, serviços e práticas que as pessoas sabem, porque a sociedade evolui e dessa maneira isso não é um problema, isso deixou de ser problema no Brasil há décadas, não tem relevância. Então, foi comentado aqui sobre clamídia, que é uma doença absolutamente tratável, apesar de haver uma letalidade, um risco de letalidade como tantas outras patologias, é facilmente tratável. Então, a gente deve olhar para isso com seriedade, com critério, mas não deve deixar como usar esse argumento como impedimento para que dezenas de espécies saiam da lista. porque ela insiste em potenciar o risco de eles terem essa doença, muito menos letal, por exemplo, do que a raiva. Então, devemos sim ser extremamente rigorosos com questões de patologia (...), mas usarmos a realidade da nossa vida atual. E eu gostaria de falar, o Olivaldi falou bastante disso, então encurtou a minha fala, e vocês obviamente vão ficar felizes com isso que eu falo menos. Mas,

1878

1879

1880 1881

1882

1883

1884

1885

1886 1887

1888 1889

1890

1891

1892 1893

1894

1895

1896

1897

1898 1899

1900

1901

1902

1903 1904

1905 1906

1907

1908

1909

1910

1911 1912

1913

1914 1915

1916

1917

1918

1919

1920 1921

1922

por favor, não misturar tráfico com atividade ilegal. O setor produtivo é absolutamente contrário ao tráfico e nos ofende, e não tem absolutamente nada a ver misturar rotinas de realidade com atividade ilegal com atividade legal de um setor extremamente bem constituído no nosso País. Por último, eu gostaria de comentar sobre a matriz, a gente super-respeita a ABEMA, somos colegas, nos damos extremamente bem, um grupo, que bom que tem a ABEMA, Tainan e companhia, a gente tem um relacionamento extremamente saudável, respeitoso, positivo, construtivo. Mas, eu gostaria de reiterar que o setor produtivo entende que a matriz que vale é a matriz do CONAMA, que vocês construíram junto com a gente, inclusive foram protagonistas da matriz, em todas Oficinas, houve uma grande reunião que foi feita em São Paulo na Secretaria do Meio Ambiente, na época. Então, a gente acredita que nós concordamos com a sua fala, Tainan, que a gente deva evoluir na discussão, a gente precisa melhorar e tal, mas a partir do que foi feito todo o trabalho do CONAMA, porque se não nós vamos pegar todo um trabalho super democrático, plural, todos os atores estiveram presentes, de mais de 1 ano inteiro, na minha opinião, divirjo da sua, com bastante apoio e especialistas, em cada oficina apareciam três, quatro especialistas novos, nós tivemos várias discussões na questão de patologia com veterinários e o membro da, como é que ela chama? (...) da Silva, que dá aula agui na UnB? A veterinária? A Cátia, a Dra. Cátia. Então, nós tivemos a visita e a participação de números especialistas acadêmicos, foram discutidas questões ambientais, questões de zoonoses, questões de patologias e tal, e o produto desse trabalho é o produto que nós estamos dando sequência. Então, eu gostaria de reperguntar e agradecer por essa oportunidade, e o setor produtivo super apoio a continuidade, e a conclusão desse processo novamente, conversando como sempre, dialogando, discutindo, mas evoluindo, porque como eu disse já algumas vezes aqui para vocês, são mais de 14 anos parados esperando. Então, precisa andar. Foi isso. Muito obrigado!

A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Muito obrigada, Selmi! Como a gente havia aqui combinado anteriormente.

O SR. ALBERTO VINICIUS DANTAS OLIVEIRA (Governo do Estado da Bahia) – Eu sei, está combinado, mas só que eu queria deixar um pensamento para depois do almoço.

A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Só um minutinho. Eu vou deixar aqui a palavra, mas só para lembrar aqui, principalmente para quem está aqui virtual. Então, o Alberto vai fazer aqui um..., vai dá aqui para a gente um insight aqui para a gente pensar durante essa horinha de almoço, depois a gente volta, aí sim o Alberto vai fazer aí a fala dele e depois a próxima inscrita é a Márcia Chame, que está participando virtualmente aqui conosco. Então, Alberto vai falar e aí a gente vai ter um *break* de uma hora para o almoço.

O SR. ALBERTO VINICIUS DANTAS OLIVEIRA (Governo do Estado da Bahia)

– Vinicius Dantas, Inema/Bahia. Na verdade, é só pelo seu último comentário. Eu acho que a ABEMA ela tem que ser considerada, porque foi a ânsia de trabalho de tadas as Estadas. Então foi considerada a regulação, o fiscalização e a regulação.

acno que a ABEMA ela tem que ser considerada, porque foi a ansia de trabalno de todos os Estados. Então, foi considerada a regulação, a fiscalização e a realidade . Então, assim, isso tem que ser levado também em consideração, eu acredito. E a questão não é..., vários Estados, com vários pensamentos e dificuldades diferentes de atuação de fauna, de gestão de fauna conseguiram chegar em um consenso a lista. Então, eu acho que isso tem que ser levado mesmo em consideração também. É só isso que eu quero deixar aí antes do almoço e depois eu continuo.

A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Muito obrigada! Então, são 12h30, 13h30 a gente volta. Eu acho que todo mundo conhece aqui. Para quem quiser tem um restaurante aqui no subsolo, também tem um restaurante no acesso do MAPA, tem *food truck* aqui na esquina, tem uma banca aqui na ponta. Fica todo mundo absolutamente à vontade. Nós vemos daqui uma hora. Quem quiser deixar os seus pertences não tem problema, eu vou pedir aqui para deixar a sala trancada. Está bom? Figuem à vontade.

(Intervalo para almoço).

A SRª. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – A gente está esperando uma pessoa se conectar a mais, um membro da CTBio se conectar a mais para a gente ter quórum. A gente precisa de no mínimo 6, a gente estava aqui contando, neste momento estamos com 5. A gente está aqui recontando. Então, eu só vou pedir aqui um pouquinho da paciência de vocês, porque a gente está aqui recontando para ver se a gente conseguiu quórum para poder voltar para a reunião. Mesmo com os suplentes? Pronto. Bingo. Conseguimentos aqui o nosso quórum para reiniciar a reunião. Agradeço a todos. Espero que todos tenham tido aí um bom almoço, para a gente voltar às discussões e agora a gente volta as discussões do momento em que a gente parou. Vinicius, você tem a palavra. Estava na sua hora de fazer, você fez aqui uma provocação para todos antes do almoço e agora é a sua hora de fala. Fique à vontade.

O SR. ALBERTO VINICIUS DANTAS OLIVEIRA (Governo do Estado da Bahia) – Obrigado! Só retomando o que eu falei mais cedo.

A SRª. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Só vou pedir de novo. É aquela coisa, logicamente eu te passei a palavra, te chamando o seu nome, mas só para a gente marcar qual o nome e a entidade.

201820192020

2021

2022

2023 2024

2025 2026

2027

2028

2029 2030

2031

2032

2033 2034

20352036

2037

2038

20392040

2041

2042

2043

2044

2045

2046

2047

2048 2049

2050

2051

2052

2053

2054 2055

2056

20572058

2059

2060

2015

2016

2017

O SR. ALBERTO VINICIUS DANTAS OLIVEIRA (Governo do Estado da Bahia) - Vinicius Dantas, Inema/Bahia. Eu fiz uma provocação mais cedo referente à lista que foi feita pela ABEMA. Então, assim, a lista ela foi uma reunião feita com diversas entidades, aliás, diversos entes públicos estaduais cada um pensando na sua realidade né, e essa realidade a gente realmente tem que levar em consideração, no Estado da Bahia, por exemplo, a gente tem três biomas, Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga com diferenciações absurdas entre eles. E mesmo assim, a gente conseguiu fechar uma lista. Então, essa lista ela é importante em relação para uma tomada de decisão, ajudar numa tomada de decisão, não é que a lista batia o martelo, a ideia é que se for..., foi feita uma revisão, (...) isso aqui já existe, e nessa revisão você vai ter a oportunidade com informações adicionais para cada espécie para que se ajude a tomar uma tomada de decisão, porque assim, a lista eu também acho que ela é inevitável, ela vai acontecer, ela tem que acontecer em algum momento, tem que ter essa experimentação, em algum momento ela tem que acontece, porque é uma realidade que a gente vai experimentar, porque ela já está acontecendo em diversos Estados. Então, é importante você ter uma lista única e nessa lista única os Estados possam trabalhar através dessa lista única. Claro que não é impeditivo que o Estado seja mais refletivo ainda do que a lista que foi proposta, é possível isso acontecer. Então, assim, se foram tantos animais, lá naquele Estado o Estado ainda pode ser mais restritivo mais com base na lista federal, mas é só realmente direcionando uma possibilidade, claro que o Estado entenda que aquela situação vai ferir alguma situação ecológica, alguma situação relacionada à sua biodiversidade interna e por aí vai. Mas, a gente tem que lembrar que o critério é importantíssimo para a tomada de decisão. A gente não pode simplesmente considerar uma espécie, e por que não essa espécie? Por que a gente não trabalha com cachorro do mato, por exemplo? Por que a gente não trabalha com..., por que não foi considerado o macaco prego, por exemplo? E por aí vai. Então, esse critério ele é importante de avaliação, de condução, de direcionamento para que a gente possa realmente salvaguardar aquela espécie e também salvaguardar a pessoa que conter aquele animal. Eu ouvi algumas doenças que foram ditas aqui, principalmente raiva, mas a gente já sabe muito há décadas, a ecologia da raiva em cães e gatos. Lá no Estado da Bahia cães e gatos são um dos principais direcionamentos de raiva lá para o Estado, é uma realidade diferente de outros Estados, por exemplo. A gente tem positividade para isso. Mas, a ecologia é conhecida, se tem vacina para aquele animal e por aí vai. Mas, também eu concordo que se a gente for considerar patologia dos animais silvestres, a gente teria que considerar também para os animais domésticos, se a gente considerar salmonela, porque o jabuti ele é transmissor de salmonela, mas cão tem salmonela, gato tem salmonela, galinha tem salmonela e por aí vai, mas o critério ele é importante nesse direcionamento, conhecer é importante, porque a

gente realmente vai colocar para as pessoas animais que já fizeram alguma expertise em alguma situação e outros que vai começar realmente essa atividade de trabalho, se está dando de forma silvestre, a gente tem que ter a maior cautela do mundo para fazer isso. Então, assim, o que eu gostaria de pedir? A gente fez uma avaliação mais recente, a ABEMA, se teve algum trabalho imenso em 2018, por que a gente não cria um grupo para avaliar essas novas situações, um grupo definitivo para a gente bater o martelo a essa lista e por aí vai, se a gente ficar trabalhando com uma lista sempre querendo bota isso, bota aquilo, bota isso e a lista nunca sair, lembrando que a lista ela não é engessada, todo mundo está falando isso, a lista não é engessada, mas a gente tem que experimentar ela antes, experimentar talvez com menos espécies e outras situações com outros estudos, outras avaliações pode adentrar, ou não aquela espécie em outra situação, com avaliação, inclusive, de mercado. Porque assim, tem que se levar em consideração isso também e a gente não pode deixar de pensar que quando os Estados entram para conversar com (...), eles também estavam pensando nas regulações estaduais e nas fiscalizações, a partir do momento em que esses animais eles adentrar, o corpo de atividades do trabalho ele não (...) no Estado. Só vai agregar ainda mais. O Maurício ele fala coisas bem interessantes, eu não sei se ele está. Mas, ele falou do circovírus, ele falou de algumas doenças importantes, principalmente virais. A gente tem que ter atenção nisso mesmo, à gente tem que se preocupar de doenças exóticas, doenças que comumente não acontecem na base do Brasil, elas não adentrem, mas isso é um trabalho, um esforco comum, é um esforco de todos, é muito mais fácil controlar uma doença dentro de criadouro comercial, do que de um criadouro ilegal, porque o criadouro comercial vai ter médico veterinário, vai ter que ter legalidade com o Conselho Regional de Medicina Veterinária, vai ter que ter um biólogo. Então, assim, vai ser mais fácil dentro desse aspecto referente à parte de doenças, porque obrigatoriamente vai ter que se ter norma de procedimentos para manter a sanidade daquele animal, daquele plantel. É o que (...) acontece. Mas, se não acontece, os órgãos reguladores vão fazer por conta deles; se você tem um problema de sanidade animal dentro do seu criadouro que você cria aves, ou você cria répteis, você tem um problema na regulação, na fiscalização e até no próprio Conselho de Medicina Veterinária. Então, assim, algo legal é bem mais fácil, é óbvio que (...) para que as coisas virem procedimentos, mas acredita, a lista ela não é inflexível. Eu acho que para a gente bater o martelo do que já foi feito, estudado com as novas informações que estão chegando e a gente bater o martelo em dar uma continuidade disso, de repente para uma criação desse grupo de avaliação, a gente poderia sair ganhando, porque sempre vai ter alguma informação vindo de um outro lado, por exemplo, sobre animal de companhia. Então, assim, eu não concordo em parte com o que você falou, mas concordo em parte com outras coisas que você anda falando, mas é isso que vai ser o nosso embate, a gente não vai conseguir ter um direcionamento 100% do que a gente acha que deve ser, mas ai na nossa flexibilização a gente vai consequir uma lista que finalmente, depois de 14 anos, ou depois de 15 anos, a gente sempre falava disso em 2003, são mais de 14 anos, a gente finalmente vai ter uma lista para que a gente possa experimentar de verdade como ela vai realmente adentrar nesses

2061

2062

2063 2064

2065

2066

2067 2068

2069 2070

2071 2072

2073

2074

2075 2076

2077

2078

2079

2080

2081 2082

2083

2084

2085

2086

2087

2088

2089 2090

2091

2092

2093

2094 2095

2096

2097

2098

2099

2100

2101

2102

21032104

2105

processos. Entendeu? Então, eu acho que é o momento para a gente avaliar essa situação. Era isso mais ou menos que eu queria colocar.

210921102111

2112

2113

2114

2115 2116

21172118

2107

2108

A SRª. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – A Márcia, sua suplente, quer complementar, ou não? É que eu vi ali a Márcia e achei que fosse a Márcia. A ABEMA quer complementar? Eu sei que vocês estão falando por Estados, mas só para a gente não interromper a ordem que a gente tinha acordado antes. Eu vou passar agora para a Márcia Chame, que está inscrita; em seguida o professor Luís Fábio já se inscreveu; e aí eu já coloco aqui a ABEMA como inscrita próxima. Pode ser assim? Então, Márcia Chame tem a palavra.

2119 2120

21212122

2123

A SRª. MÁRCIA CHAME (FUMDHAM) – Bom, boa tarde a todos. Enfim, na verdade, estamos aí na nossa primeira representação no CONAMA e nessa discussão.

212421252126

21272128

2129

A SRª. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Márcia, desculpa te interromper. Só para a gente manter, lógico eu estou te chamando pelo nome, mas eu pedi para todos que começam a falar, para colocar nome e a entidade só para ficar na transcrição, por favor.

213021312132

2133

2134

21352136

2137

2138

2139

2140 2141

2142

21432144

2145

2146 2147

2148

21492150

2151

2152

A SR^a. MÁRCIA CHAME (FUMDHAM) – Está ótimo. Márcia Chame, Fundação Museu do Homem Americano do Piauí. Boa tarde a todos. É a primeira vez que nós estamos participando do CONAMA e dessa discussão. E que nos chama muita atenção, em função da sua complexidade, das discussões anteriores das quais nós não participamos, mas eu queria chamar a atenção para algumas coisas que foram discutidas aqui, algumas questões em relação à planilha de..., matriz de avaliação, a própria lista. Bom, eu acho que a gente tem um processo bem característico do que da nossa própria espécie que se auto intitula como possuidora do poder de domesticar todas as outras e usar todas as outras do planeta da forma como que a gente bem entende, e felizmente a gente vem avançando nisso, especialmente com a questão da guarda responsável, bemestar, enfim. Eu espero que a gente um dia trate animais e plantas como eles merecem como nós. Mas, ao longo desse processo dessa discussão, eu vi algumas coisas que eu acho que talvez confundam a gente nessa discussão. Uma é a questão de como a gente trata e justifica a domesticação de cães e gatos, e outros animais de criação com esse novo processo de domesticação, que não é um processo de domesticação; uma coisa é uma aproximação milenar de animais que convivem com o homem e, portanto, fazem parte do seu processo de vida; a outra coisa é a gente imaginar que pegaram o bicho na natureza e fazê-lo reproduzir em cativeiro, é um processo de domesticação. Então, são coisas muito diferentes que devem ser tratadas de maneiras diferentes. Outra coisa que eu

acho que se confundem é a questão dos criadores científicos comerciais e particulares que tem finalidades distintas e formas de controle, que obviamente serão distintas, e a gente conhece muito bem qual é essa história no Brasil. A gente conhece a história dos javalis hoje que estão num processo complicado no País, a abelha africana, os saguis, enfim, com essa ideia de que as pessoas querem animais perto delas e obviamente quando eles não são mais desejáveis são soltos na natureza com os impactos que nós bem conhecemos. A outra coisa é se a ideia do comércio, que a gente imagina que nós vamos vender todos esses animais para todos os lugares do mundo, quando esses animais já estão nos outros lugares do mundo e a gente tem hoje criadores de animais silvestres brasileiros na Alemanha em todos os lugares, inclusive no comércio online, com várias outras certificações que nós temos aí várias dificuldades para fazer isso. Então, a gente tem que entender também a nossa baixa capacidade regulatória o monitoramento do Estado nessas situações, a gente usa isso, vai ter que ter um veterinário, vai ter que ter um biólogo, no entanto, a gente conhece que a gente não tem aí na nossa formação de graduação, precisam de especializações, pessoas com a capacitação de lidar com esses animais em cativeiros, especialmente com patógenos. E aí nesse universo, do risco à saúde animal, eu observo que a matriz ela não foi tratado da maneira adequada em relação aos riscos à saúde humana e, portanto, ela carece de uma atualização importante. Algumas aves colocadas como criador são hoje espécies sentinelas do vírus do Oeste do Nilo, que está já se espalhando no Brasil com impacto bastante forte sobre os equídeos. Isso é uma coisa que na vigilância, eu trabalho com emergência de zoonoses e, portanto, nós estamos muito ativos na vigilância de um vírus novo que entra no Brasil, do qual a gente se quer conhece o vetor e que nós já sabemos que espécies que vão ficar, indivíduos que vão ficar estacionários em criadouros até nas casas das pessoas, eles acabam sendo ponto alvo de circulação e dessas espécies que nós pouco conhecemos, especialmente de espécies que nós não conhecemos. Eu acho que corona vírus traz para nós aí um alerta bastante importante do tipo de risco que nós estamos correndo. Então, temos diversos coronas vírus em aves, diversas influenzas, outras bacterioses e psitacídeos que não foram consideradas. Eu acho que precisa, então, talvez num grupo menor, como colocado pelo Vinicius anteriormente, eu acho que essa lista ela precisa ser revista com especialistas à luz dos novos conhecimentos que temos de 2018 até agora. Não é só importante pensar sobre esse animal, mas como ele está exposto a vetores especialmente e a circulação de espécies de vida livre. Então, essa é uma questão que me parece muito importante nesse processo. A outra questão que me parece importante nessa discussão é que uma vez que a criação, a aquisição de um animal desse como pet, e eu acho que vale a pena retomar aqui algumas coisas que a gente tem, o Vinícius colocou e outras pessoas também, ecossistemas diferentes, circulações e formas de transmissão, e agravo em ecossistemas diferentes. Então, infelizmente eu acho que as pessoas não vêm acompanhando isso. A raiva é citada como uma questão irrelevante, ela é absolutamente relevante na Amazônia, no Mato Grosso, nós estamos acompanhando e vendo o número importante de crescimento de casos de raiva, especialmente com impacto das grandes fumaças, temos diversos outros

2153

2154

2155 2156

2157

2158 2159

2160

2161 2162

2163 2164

2165

2166

2167 2168

2169

2170

2171

2172

2173 2174

2175

2176

2177

2178

2179

2180

21812182

2183

2184

2185

2186 2187

2188

2189 2190

2191

2192 2193

2194

21952196

2197

exemplos a serem tomados como o vírus Nipah na Malásia a partir desses processos e tornando a enfatizar o quanto essas zoonoses, essas arboviroses não tem controle. Então, a gente não pode imaginar que dentro de uma área dessas a gente tem controle, porque a gente não tem controle de tudo. Além disso, não parece adequado imaginar que: bom, essas doenças têm tratamento, é verdade, algumas doenças têm tratamento, mas é fundamental que as pessoas que trabalham e as pessoas que compram esses animais, elas tenham clareza sobre os riscos que elas correm. Isso não é feito, ninguém quando compra um animal desses recebe um termo onde ele assina que ele é ciente desses riscos, e que esses riscos foram passados a ele com clareza como a gente tem nos termos livres e esclarecido dessa compra. Então, eu acho que esse é um mecanismo, instrumento legal fundamental que deve ser incluído nesse processo de modo que quem cria, se é que parece inevitável isso, que quem cria assuma o risco de vender um animal em condições e quem compra assuma o risco, que não é só o risco de doença, é o risco de um processo de comportamentos diferentes, de filhotes para adultos que entram no seu processo de maturação sexual e mudam o comportamento, e deixam de ser aquele animal bonitinho, aquele animal fofinho e passa a conviver com animal agressivo, que obviamente depende de condições que nem sempre são dadas a esse animal e muito menos são observadas. orientadas e verificadas pelo Estado Brasileiro. Então, eu acho que essa é uma questão muito importante, veja que todo esse processo ele é assumido pela saúde humana. Então, quando a pessoa resolve ser um criador de serpentes, por exemplo, e quando há um acidente quem paga o custo desse processo é o SUS. que não foi consultado sobre esse novo impacto. Da mesma forma, então, essas responsabilidades têm que ser assumidas. Tivemos há pouco tempo o caso de um acidente com uma cobra com uma serpente naja, da qual a gente não tinha soro adequado, quem assumiu isso? O Estado Brasileiro. Então, isso não me parece justo, as pessoas democracia isso, é a vontade da maioria com direitos e responsabilidades. Então, quem assume o risco, né, ele também assume a responsabilidade financeira do seu risco e do risco de terceiros. Eu acho que essa é uma excelente medida para que as pessoas consigam compreender claramente a responsabilidade e os riscos que o País assume. E aí outra questão fundamental é trazermos para este Conselho a responsabilidade das pessoas que vão aprovar uma lista dessas, ou como representantes dos diversos órgãos do Estado Brasileiro, ou de sociedades civis, ou de interesses, enfim, privados, o que seja. Então, assumimos, as pessoas que representam junto com esses setores assumem esse risco. Portanto, eles devem ser muito bem conhecidos. Então, para finalizar, eu gostaria de pedir que essa revisão em relação à atualização com risco da saúde humana fosse realizada. E que esses instrumentos legais de responsabilização de quem vende e de quem compra, quem cria, quem vende e quem compra sejam incluídos nesse processo. Muito obrigada!

2199

2200

2201 2202

2203

2204 2205

2206

2207 2208

2209 2210

2211

2212

2213 2214

2215

2216 2217

2218

2219 2220

2221

2222

2223

2224 2225

2226

2227 2228

2229

2230

2231

22322233

2234

2235 2236

2237

2238 2239

2240

2241
2242 **A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) –** Muito obrigada, Márcia! Seguimos aqui a ordem dos inscritos. Por favor, professor Luís Fábio.

2245224622472248

2249

2250 2251

2252

2253 2254

2255 2256

2257

2258

2259 2260

2261

2262 2263

2264

2265

2266

2267

2268

2269

2270 2271

2272 2273

2274

2275

2276

2277 2278

2279

2280

22812282

2283

2284

2285

2286

22872288

2289

2290

O SR. LUÍS FÁBIO SILVEIRA (MZUSP) - Boa tarde a todas e todos. Luís Silveira, Museu de Zoologia da UPS. Eu agradeço o convite para participar aqui dessa Reunião Plenária. E eu queria dizer que fico em uma posição muito confortável de fazer alguns comentários, na medida em que eu tive a sorte de ser chamado para compor o corpo técnico, eu faço questão de frisar que foi o corpo técnico de excelência nas duas listas, tanto na lista elaborada durante as oficinas de 2018 pelo Ministério, quanto pela lista, pela qual eu fui convidado via ABEMA. Então, a gente tem, eu fico muito confortável em saber que em algum momento a minha expertise, opinião foi considerada por essas duas entidades. Eu acho que vou fazer algumas poucas considerações, muito rápidas e eu sou muito... Outro ponto importante é que eu não participei da elaboração dos critérios da matriz em nenhum dos casos, eu participei apenas da análise das espécies e não participei dos resultados da matriz, a gente só foi informado dos resultados. Isso, de alguma forma, e é claro que a gente tem possíveis equívocos em todos os lados como, por exemplo, a presença do Jaborandi, que óbvio é uma (...), mas enfim, são coisas que a gente pode ajustar ao longo do caminho. Mas, eu fico muito confortável, porque nós participamos da análise das espécies, mas não da contagem dos pontos da matriz, logo a gente não soube como esse resultado final chegou. Eu acho que isso ele tem um ponto importante, porque não importa o número de espécies que podem ser criadas em cativeiros, número é irrelevante, ele poderia ser 10, ele poderia ser 100, o que importante são os critérios e o mais acima da importância dos critérios, que eu vou frisar, eu não fiz parte da elaboração dos mesmos, mais importante dos seus critérios é o respeito ao trabalho dos colegas; nós devemos aqui, a Tainan pode lembrar, dezenas de colegas na elaboração da lista da ABEMA, vamos chamar assim, e outras dezenas de colegas que participaram da discussão da lista de 2018. Então, a questão não é número, se tem muito, ou se tem pouco, isso é uma mera questão de opinião, o que importa na verdade é que essas espécies atenderam, passaram e foram analisados esses critérios. Então, assim, é muito importante a gente respeitar não só o trabalho dos colegas, mas respeitar essas decisões exaradas aí na lista de 2018 e na lista da ABEMA, essas listas precisam ser respeitadas. Eu me lembro, por exemplo, de várias questões sanitárias quando a gente estava na ABEMA terem sido levantadas de uma maneira muito calorosa, inclusive pela nossa colega Marina Bueno, da Fiocruz, e que foram analisadas e respeitadas no ano passado. Então, a lista é bastante recente, feita com gente muito boa nesses pontos. E eu acho que a lista é o primeiro passo, nós precisamos ter uma lista, o País precisa ter uma lista, há uma determinação para que o CONAMA produza uma lista há 14 anos. Então, esse trabalho está parado há tempo demais para que a gente postergue isso. Eu acho que vários pontos são muito importantes, por exemplo, o bem-estar animal é óbvio que é importante, mas esses pontos podem ser pensados e regulamentados posteriormente, e nós precisamos de fato chegar em um consenso sobre quais as espécies o Estado Brasileiro autoriza a criação comercial. Protocolos sanitários, enfim, tem vários pontos que são fundamentais e que tem que ser regulamentado, e eu acredito que os Estados e o próprio

Governo Federal tenha a competência legal para fazer isso, e tenha o apoio, eu vou frisar isso também, voluntário da Academia e de vários colegas para trabalhar nisso. São muitos colegas que talvez deixem o seu trabalho para voluntariamente tentar ajudar o Estado na regulamentação e na definição dessas questões. Então, eu acho que a gente precisa, na verdade, de fato trabalhar eventualmente, Tainan, o desfecho da lista, porque se a gente está sentado aqui discutindo a Lista PET é que a gente já sabe e todo mundo que está sentando aqui sabe disso, que nós teremos uma Lista PET, é uma determinação que o CONAMA tem que cumprir. Então, a gente pode trabalhar nos discensos, mas a gente já tem muito consenso. Os consensos são enormes e ela possui em todas as listas. E aí para finalizar, eu acho que a gente tem que começar a punir quem faz errado, mas só punir quem faz errado, a gente precisa ter regras claras, precisa ter segurança jurídica, precisa ter estabilidade para as pessoas trabalharem. O que eu vou dizer para vocês é que 14 anos depois que essa discussão se iniciou a única coisa que aconteceu até agora foi que todos os bichos nos empreendimentos ou ficaram mais velhos, ou morreram. Isso do ponto de vista ético é altamente condenado, não vamos nem falar das questões envolvidas como aprendizado de estudante, desempregos para biólogos, veterinários, pesquisas que podiam ter sido feitas, mas por falta da estabilidade e desse solo mais firme para aprendizado não aconteceram. A única coisa que aconteceu é que 14 anos depois todos os empreendimentos, outras pessoas que quiseram fazer e esses bichos estavam lá presentes, ou morreram, ou ficaram mais velhos. Então, eu acho que a gente precisa depois de 14 anos de conversa achar esse caminho do meio, achar esse bom senso. As listas passaram por critérios, eu não vejo mais nenhuma necessidade de rediscutir os critérios depois de tanto trabalho, de tanta gente envolvida e começar a trabalhar, realmente encaminhar essas listas, porque eu acho que os riscos e as responsabilidades sanitárias, ou ecológicas estão muito piores e muito mais danosos quando a gente tem um mercado ilegal operando como está operando hoje, o mercado ilegal opera livre e tranquilamente hoje, porque a gente não está dando o caminho para quem quer fazer a coisa direito. E por último, falando de um assunto que é o assunto que me é mais caro, de fato, eu vou fazer alusão a um artigo publicado, cuja dois autores são da BirdLife International, que é a entidade mais reconhecida para a proteção de aves, eu sou ornitólogo, então eu vou falar da minha área de experiência, onde nesse artigo a BirdLife International é quem entrega a lista primeira para a (...) publicar. Então, é uma entidade mundialmente conhecida, tem escritórios, enfim, para realizações no Brasil, e nesse artigo que eu posso compartilhar depois com os colegas aqui da Câmara, várias espécies são citadas para serem criadas comercialmente e é interessante que nesse artigo autorado pelo (...), ele coloca das quinze espécies do mundo cinco espécies para serem criadas comercialmente de aves, e as cinco espécies são ameacadas de extinção, nos mostrando a importância já reconhecida por essa entidade da criação em cativeiro nessa escala para conservação. Então, era isso, eu não vou me estender mais. E agradeço a atenção de vocês.

23352336

2291

2292

2293 2294

2295

2296

2297

2298

2299 2300

2301 2302

2303

2304

23052306

2307

2308 2309

2310

23112312

2313

2314

2315

2316

2317

2318 2319

2320

2321

2322

2323

2324

2325

2326

2327 2328

2329

2330

2331

2332

A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Muito obrigada, professor! Eu vejo aqui que a Márcia Chame pediu a palavra de novo, mas a gente vai seguir, eu só peço um pouquinho de paciência, a gente vai seguir aqui a ordem dos inscritos. Tainan, pela ABEMA, pode falar.

234123422343

2344

2345 2346

2347 2348

2349

2350

23512352

2353

2354

2355

2356

2357 2358

2359

2360

2361

2362

2363

2364

2365

2366

2367

2368

2369

2370 2371

2372

23732374

2375

2376

2377

2378

23792380

2381

2382

2337

2338

23392340

A SRª. TAINAN BEZERRA DE OLIVEIRA (Grupo de Trabalho de Fauna da ABEMA) - Tainan, ABEMA. Eu queria colocar só essa questão da nossa avaliação que foi feita na matriz relativo, como eu tinha falado, de algumas falhas que a gente encontrou na avaliação da matriz de 2018, uma delas era essa questão sanitária. Então, a gente buscou o meio que a gente pudesse embasar tanto o Ministério da Saúde, quanto o MAPA para avaliar as espécies. Eu tinha falado isso já, mas eu só quero complementar a sequinte questão. A raiva é uma doença que foi ponto de corte no sistema de 2018, ela foi ponto de corte, mas se a gente considerar o grau de avaliação de risco da raiva pelo Ministério da Saúde, o risco da raiva é de 2, e o risco mais alto é o 4. É importante, porque não é só que essa doença leva à morte, ou não leva a morte, a questão é ser mais transmissível, ser menos transmissível, a forma que ela é transmissível. Então, são várias avaliações para o Ministério da Saúde faz para poder colocar as doenças em risco. Então, a clamidiose é 3, então é um risco maior, porque ela é mais transmissível, não é porque ela leva as pessoas a morte. Então, a gente avaliou, dito isso, nós questionamos aos especialistas sobre as espécies e a resposta que a gente teve para praticamente todas as espécies, com exceção daquelas que tinham poucos estudos, é que todas se enquadram no risco 3. Então, todas as espécies como vocês falaram. Então, a gente fez uma avaliação das doenças conhecidas, é claro, nós temos as doenças que não são conhecidas, que é o caso do corona vírus e outras doenças que aparecem. Por isso a gente ter reservatório de patógenos dentro de espécies silvestres, muito maior do que vinda de espécies domesticadas. Mas, na avaliação das doenças conhecidas são por zoonoses; quanto doenças de comunicação obrigatórias ao MAPA, praticamente todas as espécies foram pontuadas da mesma forma. Então, nós fizemos a avaliação, todas as espécies ganharam a mesma pontuação (...) e esse não foi um fator de exclusão lá no final, porque se é um fator comum a todos, a gente fez a pontuação para todas, mas é um fator que não levou a exclusão de nenhuma espécie, especificamente em salas (...) na nossa avaliação. A gente pode disponibilizar para vocês, vocês não viram né, a gente falou qual era o ponto de corte, mas como eu disse, cada critério recebeu A1, mesmo peso e mesma pontuação, a gente disponibiliza para vocês a matriz, porque no relatório não tinha como a gente colocar, porque é muita coisa, o documento é muito grande, os arquivos é muito grande, os aspectos todas as rodadas para todos os critérios, mas não tem problema, a gente tem um arquivo digital, a gente disponibiliza o arquivo para vocês. A gente fez alguns ajustes, tanto que a gente tem a matriz especialista e a matriz da ABEMA, porque a gente teve alguns ajustes de erro, ou alguma bibliografia, ou uma referência que a gente não cumpriu depois, a gente conseguiu fazer o acerto disso. Também em razão a questão de doenças, (...) não está fácil. Então, assim, é claro que aves e répteis estão com doenças para nós,

mas a nossa maior preocupação é o de (...) é claro, são os mamíferos. E tanto na matriz de 2018, apesar de ter ficado algumas dispensas, algumas espécies como dispensas, o próprio (...) ficou como dispensa em 2018. Na nossa avaliação também foi ele ser repassado, mas de qualquer forma a gente teve as considerações de que ele não vai sair. Então, neste momento, eu acho que a..., e foi consenso inclusive em 2018 nas reuniões mesmo de que mamíferos não seria o momento de a gente está trabalhando isso, (...) nas avaliações que foram feitas. Então, a gente conseguiu um pouco mais de segurança nesse sentido. Pode aparecer uma doença eminente? Pode, a gente não tem como prever isso, de aves e de répteis não tem como prever, mas a gente tem uma avaliação da (...) que é conhecida e aí a gente tem isso nessa matriz, que a gente vai, pode mandar para vocês, a gente vai colocar a disposição de vocês, e os resultados também... E só para complementar. A gente insiste, então, eu acho que no encaminhamento. que eu acho que até o Luís falou, que é o encaminhamento o seguinte, de a gente fazer essa reunião desse Grupo de Trabalho para acertar essas discrepâncias, trabalhar só os termos finais, dentre outras questões que a gente poderia levantar. E eu acredito que passeriformes e mamíferos a gente já está mais ou menos encaminhado. A gente teria que discutir, então, répteis, psitacídeos e as outras aves.

2402 2403

2404

2405

2406

2383

2384

2385 2386

2387

2388

2389

2390

2391 2392

2393 2394

2395

2396

23972398

2399

2400 2401

A SRª. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Muito obrigada! Agora a gente tem aqui pela ordem aqui da lista, Márcia Chame, que pediu novamente a palavra, e em seguida Selmi está inscrito.

2407 2408 2409

2410

24112412

2413

2414

2415

2416 2417

2418

2419 2420

2421

2422

2423

2424

24252426

2427

2428

A SRª. MÁRCIA CHAME (FUMDHAM) - Eu queria chamar atenção para duas coisas que eu acho que me parecem importante. Eu acho que essa questão da atualização ela é fundamental, é claro que em relação às doenças conhecidas, o Grupo de Trabalho e tal, trabalhou, eu acho que a matriz ela é bem adequada, mas o mundo muda muito rapidamente nos últimos anos com capacidade diagnóstica bastante importante e, inclusive não centralizada em..., essa competência ela está distribuída entre laboratórios que hoje se trabalham com patógenos do ponto de vista muito particular. Então, eu acho que isso é uma coisa que precisa ser vista. A outra coisa que me chama muita atenção, que é uma coisa que nós não podemos deixar de considerar nesse processo é a questão das transmissões reversas, que hoje nós já estamos vivendo isso com o carona vírus. Então, a gente tem nesse processo o fluxo oposto, a gente sempre pensa nas zoonoses, transmissão animal-homem, e não como é esse processo no inverso. E se esse processo no inverso ocorre, como já temos casos na Bélgica do sacrifício lá de animais que são produzidos para fazer casacos de pele, enfim, essas coisas e já há diversos casos no Brasil dessa transmissão reversa de corona vírus, mas de outros patógenos. Para cães e gatos, e outras espécies, a gente cria uma situação absolutamente descontrolável para a vigilância e saúde, inclusive para a vigilância da economia, na área da pecuária. Então, eu acho que esses riscos têm que ser entendidos por todas as pessoas e para que eles sejam assumidos, não

estou..., eu acho que uma questão é assumir o risco, conhecer, a gente só pode assumir o risco quando a gente conhece, e existe obviamente o princípio da precaução quando a gente não tem condição de assumir esse risco. Então, eu queria chamar atenção para essas duas situações atualização e consideração desse painel que avança de uma maneira bastante importante, a gente poderia tratar aqui de diversas, dessas situações, eu acho que não vem ao caso, mas eu acho que não podemos deixar de considerar isso. Muito obrigada! Márcia Chame, Fundação do Museu Homem Americano.

A SRª. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Muito obrigada, Márcia. Bom, temos aqui uma lista agora que ficou extensa aqui. Os inscritos atualmente são agora: Selmi, Olivaldi, Maurício, professor Barbanti e agora o Roberto também pediu a palavra. Então, vamos seguir aqui na ordem que foi solicitada. Selmi, você tem a palavra.

O SR. JOSÉ EURICO SELMI (CSPET/MAPA) – José Selmi, Câmara Setorial PET do MAPA. É bem rápido. Eu gostaria também de acompanhar o Alberto e a Tainan, e pedir o encaminhamento. O setor produtivo recomenda, é favorável a criação do Grupo de Trabalho nos mesmos moldes do grupo que foi constituído em 2018 pelo CONAMA para cuidar da evolução da discussão desse assunto e da finalização, e fechar esse projeto da Lista PET. Obrigado!

A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Muito obrigada! Com a palavra Olivaldi.

O SR. OLIVALDI ALVES BORGES AZEVEDO (Secretário Adjunto da Biodiversidade) - Olivaldi Azevedo, Ministério do Meio Ambiente. Nesse sentido, eu também acabo por crer que eu acho que por óbvio a gente não vai conseguir fechar uma lista na Câmara Técnica, porque ela é muito mais técnica, como o próprio nome diz, e a gente precisa de profissionais para nos auxiliar a fechar essa lista. E aqui a gente..., nós temos profissionais que trabalham com isso, mas a composição da CTBio é muito mais para admitir o que foi feito pelo grupo mais especializado, ou não. Eu acho que também, Presidente, assunto talvez de encaminhamento, eu também opto como sugestão para esse Grupo de Trabalho que aí como objeto de trabalho pelo que eu percebi, eu até peço que se for esta a destinação o encaminhamento da reunião para esse Grupo de Trabalho, que a gente estabeleça objeto, que eu percebi pelas falas verificar a necessidade de conformação entre a matriz e ABEMA, e a matriz e (...), verificar a necessidade dessa conformação. Isso é o que eu tirei das falas, mas obviamente o Presidente e todos estão aí para contribuir. Se positivo reavaliar aquelas espécies, mas óbvio que muitas já estão consensuadas, eu acredito que tanto em uma matriz, quanto outra, isso não vai ser problema, e produzir a lista. Eu acho que talvez o grupo

seria isso: verificar essa conformação, se há a necessidade dessa conformação, mas é o grupo que avaliaria isso. E se o grupo depois montado técnico tenha a baliza da matriz de, até como a própria Dra. Márcia disse, de repente entrar um critério que não entrou, a gente precisa analisar isso, mas isso é muito rápido, porque todos nós já trabalhamos algum tempo com isso, com essas matrizes, então é fácil conformar, na minha opinião. Os consensos das duas matrizes também estão evidentes. Então, eu também não vejo problema nenhum em rever as espécies que foram rodadas, porque isso é fácil de se fazer. E aí na produção do grupo, se assim for decidido, Presidente, pelo grupo que seja como a própria Tainan falou, que a gente consequisse os especialistas dos psitacídeos para ajudar o grupo, répteis e outras aves, porque passeriformes e mamíferos, que é bom senso, não vai mudar nenhum, passeriformes é consenso tranquilo, no sentido de que já há muito tempo vem sendo já criado amadoristicamente. Então, os répteis realmente, os dissensos, as grandes discussões que aconteceram e acontecem são realmente os psitacídeos, os répteis e de outras aves. Então, essa é a sugestão que eu dou realmente para que o grupo analise.

249024912492

2493

2494

2495 2496

2475

2476

2477 2478

2479

2480

2481

2482

2483 2484

2485 2486

2487

2488

2489

A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Muito obrigada, Olivaldi. Seguimos aqui a ordem das solicitações. Maurício. Então, só para eu atualizar aqui. Então, agora na ordem, Maurício, em seguida o professor Barbanti, Roberto e Rodrigo. Maurício.

2497 2498 2499

2500

2501

2502

2503

2504

2505

2506

2507

2508 2509

2510

2511 2512

2513

25142515

2516

25172518

2519

2520

O SR. MAURÍCIO DA CRUZ FORLANI (Ampara Silvestre) - Maurício Forlani, Ampara Silvestre. Eu queria também me colocar aqui à disposição dessa contribuição com esse grupo técnico. Eu acho que, por mais que façam anos dessas discussões, eu acho que realmente é importante você ter um processo em que seja abrangente e que traga diferentes opiniões para que a gente tenha o menor prejuízo lá na frente. Eu queria só deixar um ponto claro também que eu acho que é importante, quando a gente fala da questão de bem-estar esta tem que ser uma prerrogativa primária na construção da matriz, ela não pode ser colocada para depois a gente avaliar, porque a hora que a gente permite que o animal entre dentro do sistema intensivo de criação, quem vai sofrer as condições de dificuldade de bem-estar são os animais. Então, o critério de quão complexo é você manter o bem-estar de determinadas espécies, ela tem que ser muito bem avaliada, infelizmente na matriz de 2018, esse critério, por mais que ele está lá, ele não foi muito bem trabalhado. Então, eu acho que uma das coisas que eu vejo nessa tentativa de trabalhar em uma melhor matriz, nessa construção de trabalhar numa melhor matriz, é conseguir enxergar também pontos frágeis nas matrizes para que a gente realmente traga uma amostragem mais sólida. Me pareceu um pouco mais estratégico a estratégia de pontuação que a ABEMA trouxe, do que às vezes o sim, ou o não, isso eu achei que foi um advendo bom para fazer as análises, muito embora é difícil, a gente nunca vai ter uma matriz boa, porque por mais que a matriz da ABEMA ela tentou se esforçar o máximo, passou uma espécie pela análise técnica que sabidamente não se enquadra. E por fim, eu

volto a falar da questão da definição do animal pet, porque se a gente for tratar qualquer animal que pode estar ao nosso lado, como foi citado aqui anteriormente, eu acho que é um pouco um equívoco, porque isso não define nada, na verdade, abrange a qualquer animal. Então, eu acho que a gente tem que pensar muito bem o que é um animal pet e aí eu acho que envolve muito bem todos esses critérios que a gente está falando, um animal que possa ser manuseado por qualquer pessoa, isso é importante, ou um animal que depende de uma experiência técnica, um animal que depende de um recinto. Eu acho que esses fatores fazem a diferença, porque a Lista PET ela vai permitir que eu quando estiver passeando no shopping com o meu filho, adquira um animal em um pet shop. É esse animal que a gente está guerendo trabalhar agui. Se tem um cidadão que quer ter um animal de maior complexidade, ele abre uma categoria. Hoje existem diversas categorias e o cara pode ter um mantenedouro, e ter esse animal de maior complexidade, mas a Lista PET ela foca majoritariamente na criação e na venda de grande escala, ou seja, qualquer cidadão, cidadão originário, cidadão comum vai vir pegar. Então, por isso que é importante a gente definir muito claro as necessidades dos animais, a questão do bem entra aí muito forte e não só na questão do momento de ser criado como ele é criado, mas como ele é mantido. Isso é importante, porque aí a gente vai liberar um monte de animal que vai ser colocado como? Em péssimas condições na casa das pessoas. Isso vai favorecer o quê? Isso favorece, por exemplo, o desenvolvimento de doenças, a gente sabe que quando o animal é submetido a piores condições, isso favorece o desenvolvimento de doenças. Isso é histórico, não sou eu, Maurício, que estou dizendo, a história das zoonoses no mundo mostra isso. Então, assim, o mundo hoje vive um processo de redução da exploração da vida silvestre. Então, eu acho que a gente tem que tomar um pouco de cuidado de querer trabalhar em uma expansão muito maior do que é necessária para suprir um mercado interno do Brasil, principalmente pelo papel que o Brasil tem na biodiversidade e pela falta de conhecimento que a gente tem sobre vários aspectos da Biologia, das relações dos parasitas e de doenças que a nossa fauna ainda está por surgir. Então, esses são os meus pontos aí. Obrigado!

2552 2553

2554

2555

2556

2521

2522

25232524

2525

2526

2527

2528

2529 2530

2531 2532

2533

2534

2535 2536

2537

2538

2539

2540

25412542

2543

2544

25452546

2547 2548

2549

2550

2551

A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Muito obrigada, Maurício! Eu passo agora a palavra para o Roberto Lorena, representante do MAPA.

2557 2558 2559

2560

2561

2562

25632564

2565

2566

O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTANA (MAPA) – Bom, a minha intervenção mais agora é mais no sentido de a gente começar a dar um encaminhamento para essa discussão. É lógico que a gente não pode tomar todas as decisões em conjunto de uma vez só, a gente tem fazer uma sequência de decisões. É lógico, a primeira decisão vai ser: vai haver lista? A lista é aberta? A lista é positiva? A lista é fechada, ou a lista é negativa? Então, precisaria, a partir das colaborações das pessoas, colocar quais são as preocupações apresentadas até o momento na forma de perguntas que vão caber à questão do voto em

seguida. Mas, a gente precisa começar tomando as decisões para dar encaminhamento aos trabalhos. De certo, algumas decisões que a gente tomar hoje poderão até ser revertidas em função do avanço das discussões, mas a gente tem que começar a tomar uma direção.

25712572

2573

2574

2575 2576

2577

2567

2568

2569 2570

A SRª. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Obrigada, Roberto. Passo a palavra para o Rodrigo. Ele tinha pedido a palavra. Mas, o professor Barbanti pode falar antes, não tem o menor problema. Rodrigo, eu te deixo aqui. O professor Barbanti tinha mesmo, desculpa, eu que passei a palavra errada, estava mesmo.

2578 2579 2580

2581 2582

2583 2584

2585

2586

2587 2588

2589

2590

25912592

25932594

2595

2596

2597

2598

2599

2600 2601

2602

2603

2604

2605

2606 2607

2608

2609 2610

2611

2612

O SR. JOSÉ MAURÍCIO BARBANTI DUARTE (Nupecce/UNESP) - Bom, eu queria só falar um pouquinho sobre essa parte de enfermidade, porque eu há muitos anos trabalho nessa linha de enfermidade, fauna, enfim, trabalho e sempre fui um crítico muito sério e muito forte de todos os procedimentos que fui voluntário, enfim, sempre fui um crítico ferrenho, sempre briguei muito com o IBAMA, briquei muito com Secretarias, briquei muito com a polícia ambiental. Eu sempre fui um crítico muito forte disso e hoje pode parecer que eu estou defendendo uma coisa diferente. Eu queria explicar a minha posição. Então, hoje nós temos dois aspectos da parte de enfermidade, um que é para fauna, qual a importância das enfermidades para a nossa fauna, da biodiversidade, e a outra das enfermidades dos seres humanos, as pessoas que vão está convivendo com esses animais. No caso da fauna, a gente tem que entender qual a interferência dos criadores na sanidade da (...), na sanidade da nossa fauna. Eu concordo que realmente, o Maurício tocou em dois vírus importantes, que é o bornavírus e o circovírus, eles primeiro são vírus exóticas, são de importação do exterior sem o devido cuidado, sem a devida, vamos dizer assim, procedimentos sanitários que deveriam ter sido feitos ontem. Agora é possível hoje nos criadores licenciados fazer o controle, nós consequimos fazer com que os criadores tenham o controle de bornavírus, tenha o controle de circovírus, nós precisamos fazer isso, isso é necessário, isso talvez seja uma coisa que o MAPA tenha que começar a olhar. porque é a parte de sanidade, inclusive a interferência com produção animal. Então, esse é um ponto que não é difícil de a gente colocar isso. Agora, e aí tem o animal, o animal que é pet, ele está lá na casa da pessoa. Qual é a importância desse bicho para a disseminação da enfermidade para a fauna? É zero. Por que é zero, gente? Porque a chance de um bicho que estava na casa de uma pessoa sobreviver a todo o processo de voltar para natureza e se adaptar, e transmitir enfermidade é uma coisa inimaginável, é praticamente impossível, se você pegar, por exemplo, papagaio, vamos usar o exemplo do papagaio, vai lá no pessoal do Mato Grosso discutir, que faz a reintrodução do papagaio lá, a reportação do papagaio e vai ver qual é o treinamento que eles têm que passar para os bichos que foram criados já para soltura, tem que passar para se adaptar e muitos morrem, acabam morrendo, 50%, imagina um bicho que sempre foi pet, que não foi treinado voltar para natureza, se adaptar e fazer a invasão biológica, fazer (...).

Então, esse bicho que está lá na casa da pessoa, é risória o risco que ela traz para a fauna. E aí onde está o grande risco? E aí a crítica, que sempre foi a minha crítica, é a soltura, a soltura dos bichos que chegam nos centros de triagem e uma coisa que a gente tem que deixar muito claramente é o que tráfico e o que é legal. Nós estamos falando de solturas de milhares de aves por ano no Brasil vindas do tráfico, que passam por centros de triagem muitos deles (...), onde esses bichos são agrupados e depois soltos. Então, não está no criador comercial legalizado esse problema, ele está lá em outro segmento e aí está aberta a discussão para esse fórum, eu acho que está inadequado, ele é inadequado, porque não é isso, eu brigo com isso, enfim, eu digo que brigo com isso há muitos anos, (...), quantas vezes eu não fui em reunião na Secretaria Estadual de (...), eles nem me chamam mais, porque eu critico pra caramba, eu falou mal e assim, soltou bicho, eu fico bravo. Então, assim, agora trazer essa discussão para o setor pet né, setor de criação, eu acho que é inadequado. Do ponto de vista para humanos, nós estamos falando de bichos que estão tendo convivência com a gente desde os (...) a centenas de anos, papagaios já estão aí convivendo com a gente há muitos anos. Tem problema? Tem problema. Não são tão absurdamente grandes assim e aí eu trago mais uma vez esse balanço entre os pets que são domésticos e o que a gente está falando aqui de espécies que são silvestres. Então, assim, se você tem um papagaio que é silvestre, você tem uma calopsita que é doméstica, se você tem um (...) que é selvagem, você tem um primo muito próximo, que é a galinha, que é a galinha da Angola, que é o faisão, que é doméstico. Isso eu escolhi (...) tem as mesmas enfermidade, do ponto de vista de transmissão de zoonose ao ser humano. Eu acho que esse ponto de proximidade de risco, eu acho que tem que ser levado em consideração, por exemplo, (...), é o único grupo que eu acho que realmente a gente tem um problema importante para lidar, inclusive existem trabalhos importantes nessa..., por quê? (...) traz o bicho com a proximidade sua genética imensa ao ser humano, que simplesmente ele absorve todas as doenças que um humano sofre e 1 ano provavelmente vai ter uma série de doenças que esses macacos. Então, assim, por mais que eu possa imaginar que haja um certo controle dentro dos criadouros, eu acho delicado a gente abordar primatas como pet, eu acho delicado do ponto de vista veterinário, falando como veterinário. Agora quando você pega um bicho geneticamente o oposto, como réptil, qual o risco de réptil para a saúde humana? Todo bicho tem, não é o jabuti, não é a tartaruga, não é a serpente que vai transmitir salmonela para ela, o ovo que a gente come todo dia, está cheio de salmonela lá. Então, assim, eu acho que hoje a gente precisa discutir realmente, eu acho que (...), mas eu acho que a gente precisa focar no sistema, eu acho que a gente tem realmente esses animais que estão aí pendentes e eu acho que a gente avança se a gente discutir o certo, se não a gente vai ficar em uma discussão mais filosófica. E aí só para terminar, falando um pouco de bem-estar, eu acho que o bem-estar dos bichos, o ponto (...) e o Olivaldi também tocou, é importante. Eu acho que a gente vai ter regras no futuro para as pessoas que não tenham. Agora se é bem-estar, se eu sou um milionário e eu tenho como dar bem-estar para uma onça na minha casa, eu vou fazer um recinto florestal de uma onça, fazer tudo, por que eu não posso ter? Do ponto de vista de bem-estar não tem problema nenhum para a onça. A maioria

2613

2614

2615 2616

2617

2618

2619

2620

2621 2622

2623 2624

2625

2626

2627 2628

2629

2630

26312632

26332634

2635

2636

2637

2638

2639

2640

2641 2642

2643

2644

2645

2646 2647

2648

2649 2650

2651

2652

2653

2654

26552656

2657

dos nossos bichos que são pets ficam alienados minimamente sem bem-estar, por quê? Porque bichos que estão mal, gente, morrem, bichos que estão mal duram pouco e o que a gente vê (...) deixar o bicho sozinho, os bichos vivem muito mais, longevidade (...), do que na natureza. A gente sabe muito bem disso. Então, em geral, e o criador que não maneja bem os seus bichos, não reproduz. Então, eu acho que o segmento de melhor manejo é o comercial, porque se não manejar bem, os bichos não caminham, ele não ganha dinheiro. Então, e aí o zoológico não, o zoológico (...), põe lá 10 papagaios, vamos criar; 10 araras (...), vamos criar. Agora você quer criar? Tem que juntar casal, os viveiros e tal. E agora você colocar 10 papagaios juntos é bem-estar? Eu acho que é melhor um casalzinho junto no cativeiro. Então, se você quer, se você está reproduzindo os animais, a maioria das espécies é o sinal de bem-estar e na casa das pessoas eu acho que é uma questão de maneja a gente começar a colocar um novo desafio para as pessoas que querem ter, se ela quer ter um macaco, ela tem que ter determinadas condições; se ela guer ter uma arara, determinadas condições. Agora eu também não concordo com algumas coisas que algumas pessoas vêm falando de bemestar, que passarinhos na gaiola ficam tristes, (...), eu tenho feito trabalhos nessa linha. Os bichos na natureza são níveis de (...) muito mais alto do que os bichos de cativeiros. É claro e é lógico que os bichos em cativeiros estão bem, tem comida (...). Então, assim, eu tenho trabalho publicado em duas revistas que podem ver. Então, eu acho que a gente está levando as discussões para pontos que eu acho que são pontos que a gente pode discutir depois essa lista, por quê? Porque aí depois as regras... Passando a lista a gente vai entender o que a gente errou na lista, ou o que a gente acertou. Mas, eu tenho um pouco de medo de bichos que não entrarem na lista, se um dia vão ter a oportunidade de entrar e isso eu acho que é uma aflição segmento de criadouros, se não puser jiboia agora, nunca mais vai entrar, se não puder jabuti agora, nunca mais vai entrar. Então, são coisas que o pessoal tem um pouco de medo, então a gente tem que cuidar também desse aspecto, ter licenciamento para esses criadouros, a gente tem que levar em consideração esses licenciamentos e tentar incluí-los na lista, e assim a gente vai tentando isso nos próximos anos. Obrigado!

268926902691

2692

2693

2694

2695

2659

2660

2661 2662

2663

2664

2665

2666

2667 2668

2669 2670

2671

2672

2673 2674

2675

2676

2677 2678

2679 2680

2681

2682

2683

2684

2685

2686

2687

2688

A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Muito obrigada, professor Barbanti! Eu vou seguir aqui pela ordem. Agora quem tem a palavra é o Rodrigo, em seguida pediu a palavra o Vinicius, e em seguida pediu a palavra novamente Maurício.

2696 2697 2698

2699

2700

2701

2702

2703

2704

O SR. RODRIGO ALEXANDRE AZEVEDO ARAÚJO (IMADEA) – Boa tarde. Rodrigo Araújo, Imadea. Bom, eu quero já adiantar o posicionamento do Imadea em relação a se discutir, que a gente é a favor desse licenciamento dessa matéria no Grupo de Trabalho, mas que esse trabalho seja breve e que ele não demande meses, até porque nós temos uma Plenária já marcada para dezembro. Eu concordo que a gente precisa ter pressa, a gente já está com 14 anos nessa matéria. Então, assim, que ele tivesse no máximo 14 dias de duração, entendeu?

Um grupo sucinto, a gente coloca o Imadea a disposição para compor esse Grupo de Trabalho, dentro do quadro do Imadea tem engenheiro agrônomo, vários veterinários, zootecnistas, especialistas em aves, em sapos, peixes, répteis. Então, o Regimento nos permite inclusive trazer pessoas que não são Conselheiros para poder colaborar, corroborar com essas discussões, entendeu? É permitido, o Ministério ele é bem aberto a essa discussão, as entidades podem trazer especialistas, mais técnicos ainda do que aqueles que já compuseram os grupos anteriores. Então, essa é uma posição que eu quero estar expondo, porque eu acho que a gente tem que ter um encaminho para poder conseguir tomar proveito da situação, antes que se expressem, todas as entidades já explanaram a que vieram, o que pensam, que a gente tem que ter celeridade com o trabalho. Obrigado, Presidente!

A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Muito obrigada, Rodrigo! Passo agora a palavra ao Vinicius.

O SR. ALBERTO VINICIUS DANTAS OLIVEIRA (Governo do Estado da Bahia) – Eu, na verdade, queria pedir o encaminhamento. Mas, antes de pedir o encaminhamento, eu queria só frisar que o bem-estar animal ele tem que ser considerado e eu tenho certeza que é isso que o professor Barbanti está falando, ele tem que ser considerado dentro das nossas informações, estudos, verificações, porque sem o bem-estar animal não vai ter nenhum produto, ele tem que ser considerado importante. E o encaminhamento é sobre as espécies ameaçadas, para que o ICMBio ele passe o cenário, a gente vai discutir os (...) e répteis para que o ICMBio se manifeste.

A SRª. TAINAN BEZERRA DE OLIVEIRA (Grupo de Trabalho de Fauna da ABEMA) – Deixa eu só poder complementar a fala aqui. Essa questão do ICMBio. Tainan, ABEMA, Espírito Santo. A questão do ICMBio é que a gente gostaria que assim, como a gente até hoje não teve essa resposta do ICMBio, eu não sei se vocês não colocaram, eu acho que também estava lá no site, eu não vi, que fosse feito o direcionamento para tentar ser mais ágil diretamente para os centros e não para o ICMBio direto, porque se passar para o centro, talvez a gente tenha uma resposta mais rápida quanto para o CEMHAR, quanto para a RAM, que como a gente vai tratar só de aves e répteis, se a gente conseguisse passar para ter essa resposta ainda há tempo de a gente..., ainda há tempo antes de a gente fechar as discussões aqui da Câmara Técnica. Eu não sei se todos concordam, porque isso já foi questionado pelo ICMBio na reunião passada, na Câmara Técnica anterior e também quando a gente estava aqui na discussão de janeiro foi feita essa..., foi levantado os pontos que seriam questionados o ICMBio novamente para se manifestar quanto as espécies ameaçadas.

A SRª. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Obrigado! Então, agora pela ordem de inscrição Maurício, depois o Selmi está inscrito, o Olivaldi e aí vamos ver como é que a gente caminha aqui nas discussões, se eu posso depois dar o encaminhamento, ou se a gente encerra as discussões. Maurício, você tem a palavra.

275627572758

2759 2760

2761 2762

2763

2764

27652766

2767

2768 2769

2770

27712772

2773

2774

2775

2776

2777

2778

2779

2780

2781

2782

2783

2784 2785

2786

2787

2788

2789

2790 2791

2792

27932794

2795

2796

2751

2752

27532754

2755

O SR. MAURÍCIO DA CRUZ FORLANI (Ampara Silvestre) - Maurício Forlani, Ampara Silvestre. Eu até..., o meu pedido de fala era até justamente para falar das ameaçadas, que eu acho que uma das maiores diferenças e discrepâncias entre os resultados, ela está em cima de um volume grande de espécies ameacadas que acabaram sendo aprovadas pela análise da ABEMA. Então, eu acho que seria muito importante realmente essa avaliação e essa solicitação junto aos órgãos competentes aí do ICMBio, como a própria Tainan colocou, eu acho que isso realmente faz muito sentido. A gente não pode incentivar o comércio de uma espécie que talvez possa ter sua conservação afetada até mesmo pela procura por esses animais. E por que é importante a gente pensar nisso? Por mais que a gente queira trabalhar tráfico, ou comércio ilegal da discussão da Lista PET, o tráfico de animais é o comércio e a Lista PET é o comércio, a diferenca é que um é via legal e o outro é via ilegal. Mas os dados todos mostram, reforço aqui, existe uma relação entre eles. Eu não estou dizendo aqui que o animal que é legalizado ele vai ser traficado, não é isso que eu estou dizendo, mas hoje no Brasil existe uma relação, as espécies mais ameaçadas coincidentemente são as mesmas das mais traficadas, por isso é muito importante uma avaliação bem criteriosa das espécies ameaçadas para que a gente não coloque espécies ameaçadas sob exploração da atividade ilegal. Uma vez que você começa a colocar animais na vitrine, você começa a ter mais pessoas olhando para elas, mais pessoas querendo ter elas e ainda assim, por mais que a gente amplie, estoure criador comercial no Brasil, a demanda nunca vai ser suprida por uma questão de valor, o tráfico vende animais há muito baixo custo, porque o cara vai lá e tira por 20 reais um filhote da natureza. Então, assim, é muito importante a gente sempre pensar nisso, porque são assuntos que não estão desassociados, principalmente na gestão, como que a gente vai fiscalizar e tudo mais, tanto é que têm critérios claros em ambas as matrizes sobre formas de marcação, sobre questões de fiscalização. Então, a gente não pode ser utópico e achar que esses assuntos não tem uma inter-relação entre eles, é muito importante a gente pensar isso com carinho, porque isso é muito fácil de acontecer, há de se ver o número de papagaios que são retirados da natureza todos os anos. Eu estou dando um exemplo simples, bem emblemático, que tem muito criador de papagaio no Brasil, uma das espécies que mais número de criadores tem e mesmo assim o volume de animais traficados é enorme. Aí vão falar: "mas, poderia ter mais criadores", está bom, a gente fala de canário da terra que tem 30 milhões de criadores, ainda assim é um animal muito traficado. Então, é muito importante quando a gente avalia as espécies ameaçadas e essa inter-relação com o comércio ilegal. A questão do bem-estar animal não é sobreviver, se você for avaliar o que é o bemestar animal, não é a espécie sobreviver, a espécie sobreviver não significa que

ela está em bem-estar animal, basta a gente olhar várias práticas de criação e aí transponha a criação silvestre, doméstico, qualquer um e você vai ver práticas extremamente cruéis em relação ao bem-estar animais, os animais se reproduzem e sobrevivem. Então, a sobrevivência de um animal não reflete que esse animal tem condições de bem-estar animal. Se a gente for avaliar o que os zoológicos, que em teoria seriam locais que priorizam para a questão de bem-estar animal, preconizam para se manter araras e papagaios é infinitamente maior o que a legislação coloca, do que um criador coloca esses animais em condições de cativeiro. Então, assim, o criador ele vai ter obviamente otimizar a questão do espaço e volume para que o negócio dele prevaleça. Então, a gente tem que ter..., é muito importante o bem-estar entrar logo no processo, não adianta a gente jogar isso para depois, a gente tem aves, aves voam, você pode pegar aí um monte de espécies de aves, por exemplo, uma sábia, ela não consegue bater a asa, "mas ela canta, ela está feliz, ela sobrevive", será que ela não tem dor crônica, porque ela não consegue movimentar as asas? Então, tem muitas questões de bem-estar, que eu nem vou ficar entrando muito em detalhes, porque isso gerou muita discussão nos últimos 3 anos de discussão sobre esse assunto. Mas a gente não pode nunca esquecer que são a vida desses animais que a gente está colocando em risco, o nosso bem-estar ele está sempre garantido, mas os animais que vão ser colocados dentro de um sistema de criação, e pior ainda, depois que vão ser vendidos para sabe se lá quem e vão ser mantidos sabe se lá como, que aí sim começa as questões piores para esses animais. Então, assim, é imprescindível a gente criar critérios muitos claros para quem adquire os animais e, principalmente na avaliação da matriz ter muito claro as questões de bem-estar animal.

2821 2822 2823

2824

2797

2798

2799 2800

2801

2802

2803

2804

2805 2806

2807 2808

2809

2810

2811 2812

2813

2814

2815

2816

2817 2818

2819

2820

A SRª. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Obrigada, Maurício! Eu passo a palavra aqui ao Selmi.

2825 2826 2827

2828

2829

2830 2831

2832

2833

2834

2835

2836

2837

2838

2839 2840

2841

2842

O SR. JOSÉ EURICO SELMI (CSPET/MAPA) – José Selmi, Câmara Setorial PET do MAPA. Eu vou começar rapidamente, minha última participação. Não, eu acho que a gente já repetiu essa situação muito tempo, vamos concluir e encaminhar até para ter mais objetividade a reunião e tal. O setor produtivo é extremamente favorável ao desenvolvimento de regras desses temas de bem-estar animal. Na Câmara Setorial existe um Grupo de Trabalho, existe um trabalho que (...) há anos nisso. Nós só achamos extremamente oportuno, ideológico essa exigência agora, que não faz parte da Resolução CONAMA, em que, na nossa opinião, uma questão ideológica que várias entidades que são contrárias a animais de espécies nativas como pet, a constante renovação de problemas e empecilhos, e coisas que tem que ser conferidas, não é atoa que nós estamos, como eu já disse aqui várias vezes, 14 anos para fazer essa lista que não saiu até hoje. Então, nós somos extremamente favoráveis ao desenvolvimento de regras bem-estar animal, mas temos que levar em consideração, como já foi dito aqui hoje e formalizado, o licenciamento, a finalização da Lista PET após a sua publicação vai possibilitar que os Estados comecem a criar as regras de licenciamento e o período de

licenciamento mínimo do nosso país nessa questão durante o período em que vigorou..., que vigoraram as instruções normativas que organizavam os criadores comerciais nunca se licenciaram um criador por menos de 3 anos. Então, nós estamos em uma rotina melhor das hipóteses, a gente sendo assim muito otimista e nem sabe hoje do trabalho que é feito em todas as autarquias ambientais, sejam elas estaduais, ou federais, existem um acúmulo de processos, a gente estava comentando hoje na hora do almoço no nosso Estado, que é um dos Estados que eu acho que tem mais equipe no meio ambiente, do número das centenas de processos que estão parados para serem avaliados por falta de gente. Então, sendo bem prático, existem pelo menos aí 4 anos, vamos ser muito otimistas, 3 anos depois da publicação, eu (...) da Lista PET, até que os primeiros empreendimentos possam ser licenciados, tem tempo demais aí para a gente junto com calma desenvolver essa questão de bem-estar. Nós podemos até, o setor produtivo é até favorável a definir recomendação, que pode ser vinda do CONAMA, que o início das atividades de comercialização dependem da publicação do bem-estar, a gente só é contrário a criar uma exigência de bemestar antes da publicação da lista, que no nosso entendimento é mais um mecanismo protelatório para que essa lista não saia, de novo, estamos há 14 anos esperando. A cada vez que chega pouco de sair à lista, cria-se um novo empecilho, um novo problema, uma nova questão extremamente urgente e a lista não sai. Então, deixando claro, somos extremamente favoráveis à questão, a questão do bem-estar é uma questão fundamental para o setor, queremos está na frente desse assunto com regras e controles, e recomendações adequadas para as espécies que são ser licenciadas, mas não queremos de forma nenhuma condicionar a lista a esse trabalho que é um trabalho que vai sair em uma semana, se nós estamos a 14 anos discutindo a Lista PET, nós vamos discutir em duas semanas o bem-estar animal? Então, somos a favor, como eu disse aqui muito desse assunto, mas não com condicionante, pois entendemos que essa condicionante é especialmente protelatória. Em relação às espécies ameaçadas, em relação às espécies ameaçadas, eu gostaria de repetir o que já foi falado hoje aqui, que a Cites, que é a principal organização mundial sobre o comércio de espécies ameaçadas, que o Brasil é signatário e a grande maioria dos países recomendam claramente a criação comercial das espécies ameaçadas. Foi falado aqui há uma hora atrás pelo professor Luís Fábio, que está convidado aqui, e na fala dele deixou claro o trabalho recente da BirdLife International recomendando a criação comercial das espécies ameaçadas. A gente sabe que no nosso País existe uma falta crônica de recursos para o meio ambiente... Não existe nenhum criadouro no Brasil licenciado que produza um filhote de (...). Então, é uma tentativa de inverter a causa e a consequência. O tráfico não é a causa, o tráfico é a consequência do desejo das pessoas de terem animais de espécies nativas. Esse desejo é milenar, esse desejo não surgiu, porque existe um mercado e as pessoas chegam lá hoje e fala: "olha eu nunca imaginei, nunca pensei na minha vida que existisse um papagaio", não, existe uma cultura milenar ocidental e oriental aonde as pessoas têm o hábito de conviver com animais de estimação, dezenas de espécies foram domesticadas de animais e de plantas, porque é da nossa natureza humana conviver em proximidade com

2843

2844

2845 2846

2847

2848 2849

2850

2851 2852

2853 2854

2855

2856

2857 2858

2859

2860

2861

2862

2863 2864

2865

2866

2867

2868

2869

2870

2871 2872

2873

2874

2875

2876 2877

2878

2879 2880

2881

2882

2883

2884

2885 2886

2887

os animais, o cachorro, o gato, o pato brasileiro, que o Barbanti comentou que foi domesticar fora, são exemplos claros disso. Então, a demanda para o papagaio existe que o tráfico continua infelizmente, porque justamente nessa época agora em setembro começa, porque existe uma demanda gigantesca por papagaios e uma oferta de Minuta, vale lembrar que nos últimos 14 anos nenhum criadouro (...) foi licenciado na República Federativa do Brasil, nenhum, e as poucas dezenas de criadouros licenciados, a cada ano que passa, vêm parando, vem diminuindo, por quê? Porque existe uma autuação sistemática no meio ambiente, eu não quero sair do foco dessa conversa, contrária a atividade ideológica. É óbvio que é uma questão de oferta e demanda básica, a gente não precisa discutir a veracidade de oferta de demanda. Na hora que você tem um grande número de empreendimentos produzindo um bem, a tendência para o valor desse bem é reduzir. Na hora que você tem um bem altamente desejável no caso um papagaio. por exemplo, e você tem uma oferta ajustada, pois o número eu considero muito longe, vamos citar a Cites, existe um comércio legal oficializado pela Cites, só estão oficializados nas Cites as espécies que geralmente mudam de continente, porque na comunidade europeia as espécies transitam de um País para o outro livremente. Existe um comércio declarado, qualquer um pode entrar no site das Cites e ver centenas, se não, milhares de jandaia sol e jandaia verdadeira, espécies brasileiras todos os anos na África do Sul, por quê? Porque existe uma demanda mundial por essas espécies que nós infelizmente aqui não podemos suprir. E qual é a produção de filhotes de jandaia sol e verdadeira no Brasil? Mínima, pequeníssima, por quê? Porque existe um número de (...) de criadores, por quê? Porque há 14 anos é proibido qualquer um novo. Então, na verdade, estão tentado inverter a causa e a consequência. Muito do tráfico que existe no Brasil independe da nossa reunião, independe do nosso ponto de vista, independe da nossa moralização, da nossa vontade de organizar. Nós temos que entender que esse período de não definição desse trabalho ele atrasa o nosso País e condena o nosso País a um sério problema ambiental, centenas de milhares de animais que são mortos, que são coletados, (...) que sofrem. Então, na hora que você legaliza uma atividade, você dá chance para todos os envolvidos, não só para os empreendimentos, para as entidades de meio ambiente, para as entidades regulatórias de evoluir. E nós temos que, finalizando agui, nós temos que entender o seguinte, o mundo é para frente, o mundo não é trás, a maioria das pessoas, eu tenho certeza disso, a maioria das pessoas querem evoluir, quer um País mais justo, quer um País mais sério e a gente vê isso, eu já estou com 55 anos, é triste vê quanto tempo essa evolução demora, mas ela existe, se nós olharmos 30 anos atrás, nós estamos nessa questão de manejo ambiental muito mais na frente. A relação que as pessoas têm com os animais de estimação hoje, eu vi aqui duas vezes hoje falar sobre exploração animal, eu não conheço animais de estimação mais bem tratados que os nossos pets, são melhores tratados que muitas pessoas, nós temos um problema seriíssimo no Brasil hoje de gente que não tem onde morar, não tem onde comer, não tem condição mínima de vida, hoje a qualidade dos nossos animais de estimação é muito boa, a relação que nós temos cada vez mais se intensifica e melhora. Então, a sociedade é para frente, não é para trás, a gente não vai parar e não podemos reproduzir essa espécie

2889

2890

2891 2892

2893

2894

2895

2896

2897 2898

2899 2900

2901

2902

2903 2904

2905

2906

2907

2908

2909 2910

2911

2912

2913 2914

2915

2916

2917 2918

2919

2920

2921

2922 2923

2924

2925 2926

2927

2928 2929

2930

29312932

2933

ameaçada, porque ela pode gerar o desejo de alguém querer ter ela, então, é tráfico, é o contrário, vamos produzir de maneira legal, ética, correta, sustentável e com bem-estar espécies que vão poder ser pet daquela pessoa e que também vão poder melhorar a nossa evolução na relação com o nosso planeta. É isso. Muito obrigado!

2940 2941 2942

2943 2944

2945 2946

2947

2948

2949 2950

2951

2952

2953

2954

2955 2956

2957

2958

2959 2960

2961

2962

2963

2964

2965

2966

2967

2968 2969

2970

2971 2972

2973

2974 2975

2976

2977 2978

2979

2980

2935

2936

2937

2938 2939

> A SRa. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) - Muito obrigada, Selmi! Olivaldi, você estava inscrito? Quer se manifestar? Não? Retira a palavra. Então, está bom. Maurício, eu vejo aqui que você está com a mão levantada, mas eu vou aqui pedir tempo, eu vou fazer o seguinte, gente, eu acho essa discussão absolutamente salutar, eu fico muito feliz em ver a Câmara Técnica de Biodiversidade voltar a se reunir, voltar a discutir de uma forma absolutamente saudável, democrática, respeitosa. Então, eu fico muito feliz. Maurício, eu vou te pedir licença. Eu vou caminhar para os encaminhamentos, porque a gente já está aqui todos, eu acho que assim: todos que quiseram falar já falaram, já falaram novamente. E eu acho que qualquer manifestação agora, a gente vai chegar um pouquinho mais do mesmo. A minha vó sempre diz uma frase, se não me engano é do (...), que fala: "não tenhamos pressa, mas não percamos tempo". Então, já estão 14 anos de discussão, não é que a gente quer encerrar o trabalho de um dia para o outro, de jeito nenhum, eu acho que o trabalho técnico é extremamente importante para a que a gente chegue a um bom resultado, porém a gente precisa realmente caminhar. Eu só gostaria de lembrar, antes de eu fazer aqui o encaminhamento, eu queria fazer só alguns pontos. Eu achei importante a gente lembrar que o primeiro ponto do porque existe essa Câmara Técnica é para discutir proteção e uso sustentável da biodiversidade, para vir um povo signatário, para a convenção da diversidade biológica, fala muito sobre o uso sustentável e o uso sustentável está sempre ligado à conservação. A CDB ela não proíbe, não demonida, ela nem menciona direito a questão de comercialização. Então, eu entendo se a CDB quisesse se manifestar sobre comercialização lá estaria na convenção que é ratificada pelo País. Lembrando também que como foi aqui (...) por diversos representantes. O Brasil, se ela não fizesse comercialização, estaria aí de uma forma proibitiva, não pode comercialização em relação a uso sustentável, (...), seja lá o que for. O Brasil também é signatário, como foi colocado, e a gente fez aqui umas (...) internas com o Ministério antes de entrar e a gente viu o Estado gigantesco de comercialização de pet, então comercializadas e vendidas internacionalmente por outros países com o ok do Brasil, criadas em outros países e comercializadas para ainda terceiros. Então, quer dizer, existe isso e a gente tem que olhar, a gente tem que discutir qual é a decisão que vai se chegar, isso é uma decisão que eu proponho aqui a criação de um Grupo de Trabalho oficial da Câmara Técnica para discutir esse ponto, não será um Grupo de Trabalho ad eternum, a gente estava até aqui vendo as regras, o Grupo de Trabalho tem prazo máximo de 90 dias para se resolver, se for antes, se antes já tiver uma decisão ali no Grupo de Trabalho, eu acho ótimo, mas eu acho que ouvindo as falas de todos os representantes, eu vejo que há um consenso nesse desejo por um Grupo de Trabalho. Então, esse eu

acho que é um ponto extremamente importante. Lógico, o que a gente quer e o que a gente tem da (...), inclusive pela LC 140, é a responsabilidade. Eu já vou falar das regras para participação do Grupo de Trabalho. O que a gente tem aqui dentro do Ministério, dentro do meio ambiente é prezar pelo nosso meio ambiente. Então, esse é o ponto máximo. Tendo que prezar pelo meio ambiente, a gente já falou, o Olivaldi até fez aqui na primeira colocação dele a importância, inclusive também preconizada pela CDB, da conservação ex situ. Então, eu acho que isso também tem que ser avaliada, a conservação ex situ é extremamente importante, tem a sua importância, inclusive colocada pela CDB. Antes de eu chegar aqui nos detalhes de Grupo de Trabalho, eu só queria pedir aos que serão os membros do Grupo de Trabalho e aí eu vou falar aqui como é que são as regras de acordo com o Regimento Interno do CONAMA, eu só queria, gostaria de trazer aqui a luz para que fique a reflexão para que a gente veja, a gente como Grupo de Trabalho e depois Câmara Técnica muito responsável em avaliar, especialmente aquelas espécies que já tem criadores no Brasil, por quê? Em um caso diferente, porque não era um animal de companhia e nem nada disso, mas no caso absolutamente diferente, a gente viu o que aconteceu com os javalis, os javalis eram produzidos, eles poderiam ser produzidos, eles eram permitidos serem criados, a partir do momento já não houve mais essa permissão e aí o que aconteceu? Abriram-se as porteiras e a gente tem ali uma grande invasora que causou, que causa um problema até hoje. Então, eu só queria realmente muita atenção de todos que forem participar do Grupo de Trabalho para esse ponto em relação, principalmente, as espécies que já têm criador consolidado, que já tem criador no Brasil, o que vai ser..., se for o caso de alguma espécie com criador, eu não sei qual vai ser a decisão do Grupo de Trabalho, o encaminhamento do Grupo de Trabalho, mas vamos ter muito cuidado com isso, porque a gente não quer piorar alguma coisa, gente, a gente quer melhorar, a gente está aqui todo mundo dedicando tempo para melhorar. Então, o meu encaminhamento é aqui a proposição de um Grupo de Trabalho, de um Grupo de Trabalho ligado aqui a CTBio. O Grupo de Trabalho tem até 90 dias para ser concluído. O que eu acredito que a gente tenha que discutir dentro desse Grupo de Trabalho? O Grupo de Trabalho, eu entendo que tenha que discutir internamente: tem que rever a matriz, ou não? Eu acho que o trabalho que foi realizado, gente, em 2018, eu particularmente como profissional e eu não estava aqui naquela época, mas eu me sentiria muito mal de jogar fora um trabalho de profissionais absolutamente qualificados. Então, o que eu acredito é que a gente deveria ter esse Grupo de Trabalho a partir desse trabalho que foi realizado em 2018 e aí sim discutir: matriz tem que ser revista, não tem que ser revista? A gente vai trabalhar pela conformação das matrizes, não vai trabalhar? O Grupo de Trabalho. Como é que a gente vai fazer em relação à reavaliação de espécies? Existem as espécies que não foram avaliadas, são várias hiper espécies e espécies de importância que não foram avaliadas. Então, eu imagino que seria mais interessante a gente começar pelas não avaliadas e depois avalia-se se vai precisar fazer uma reavaliação naquelas espécies que já estão avaliadas. E trabalhar em uma produção de lista. A lista produzida pelo Grupo de Trabalho de uma forma absolutamente técnica, aí a gente volta agui para a Câmara Técnica, discute esse lista e avalia se a gente

2981

2982

2983 2984

2985

2986

2987 2988

2989 2990

2991 2992

2993

2994

2995 2996

2997

2998

2999

3000

3001 3002

3003

3004

3005

3006

3007

3008

3009

3010

3011

3012

3013

3014 3015

3016

3017 3018

3019

3020

3021

3022

3023 3024

3025

vai ter que rever o texto. O texto que está aqui em discussão, eu acredito que a depender da lista que a gente vai chegar, a gente vai ter que reavaliar, mas eu acho que tem que ter aquele negócio de trabalho de faculdade até, a introdução e a conclusão são as últimas coisas que a gente realmente seque. Então, vamos trabalhar realmente no (...), na lista, aí depois a gente verifica a necessidade de volta ao texto. Eu vou pegar aqui as regras para a formação do Grupo de Trabalho. O Grupo de Trabalho ele é: os representantes do Grupo de Trabalho. dos membros do Grupo de Trabalho são indicados pelos Conselheiros do CONAMA. Então, os Conselheiros do CONAMA, se assim for, assim a gente seguir, eu entendo assim, os Conselheiros do CONAMA terão que indicar representantes para fazer parte desse Grupo de Trabalho, cada bloco de representante, como é que chama? Cada entidade pode ter até 4 representantes no Grupo de Trabalho. O que eu acho interessante, que daí eu estou falando aqui como presidente, mas é uma proposta aqui para..., e cada Conselheiro vai aí decidir quem é que vai indicar para se representar. A participação de técnicos e da Academia. Eu acho que o trabalho da Academia é muito importante. 4 segmentos, Governo. 4 segmentos. 4 indicados por Governo Federal, 4 indicados por Governos Estaduais por região, 4 indicados por Governos Municipais, 4 indicados pelas entidades empresariais, e 4 indicados pelas entidades ambientalistas de âmbito nacional. Lembrando que esses indicados foram indicados pelos Conselheiros do CONAMA. Então, é esse aqui o meu encaminhamento, é a minha proposta como Presidente. E eu gostaria de saber se a gente pode seguir dessa forma. Professor Luís.

O SR. LUÍS FÁBIO SILVEIRA (MZUSP) – Luís Silveira, Museu de Zoologia da USP. Só uma, na verdade, um esclarecimento, que eu acho que a gente estava conversando aqui e estava caminhando para um outro ponto. Eu só queria saber se vai ficar claro para mim. O Grupo de Trabalho vai se reunir para discutir répteis e psitacídeos basicamente, já que a gente teve consenso nas outras? O trabalho que eu (...). Ok. Então, porque a gente fecha melhor o que vai ser discutido, inclusive para que os colegas do CONAMA possam indicar os melhores representantes.

A SRª. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Exatamente, professor. Répteis, psitacídeos, répteis e outras aves seriam ali o principal, depois avaliar se tem que reavaliar algumas daquelas espécies que ficaram ali da matriz 2018. Então, sim, o principal seria isso, mas não é exclusivo. Roberto, você pediu a palavra?

O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTANA (MAPA) – Só um minuto. Eu vejo, então, dois tópicos para esse Grupo de Trabalho abordar, um é a matriz propriamente dita, que é uma parte mais técnica e o outro é o texto, uma proposta de texto para a Resolução? Não, né? Então, pode esclarecer, por favor.

A SRª. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Bom, seria a matriz né, que teríamos que rever a matriz e tudo; a reavaliação das espécies e aí por isso que a gente acabou de falar que prioritariamente psitacídeos, répteis e outras aves que estiveram ali, que não foram ali a finalização da avaliação e eventual reavaliação do que já tem ali um (...) de 2018; e a produção da lista. O texto será discutido após a produção da lista na Câmara Técnica, não pelo Grupo de Trabalho. O texto será discutido aqui na Câmara Técnica após o trabalho do Grupo de Trabalho, com base na lista.

O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTANA (MAPA) – Uma dificuldade. Como o Regimento manda que os, como se diz, os Conselheiros façam a indicação, nem todos que estão à mesa representando os Ministérios e etc., são..., eu, por exemplo, hoje não sou o Conselheiro titular. Então, nesse momento a gente não vai poder formar o Grupo de Trabalho. Depois da reunião o pessoal do CONAMA vai ter que articular com os setores para formar esse grupo. É isso mesmo?

A SRª. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – É isso. O DConama que trata do CONAMA aqui dentro do Ministério irá enviar um Ofício aos Conselheiros do CONAMA solicitando, dando um prazo para que eles possam indicar os representantes.

 O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTANA (MAPA) – Mas, será que paralelamente nós não poderíamos formar um grupo para ir formando texto da Resolução?

A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Na verdade, esse grupo para ir formando o texto..., o texto ele já está pré-formado, aquele que já foi discutido anteriormente aqui dentro da Câmara Técnica. Eu acho que o que a gente precisa evoluir agora, pelo menos o que foi aqui os comentários consensuados é na lista. Da lista a gente traz e o texto a gente discute aqui dentro da Câmara Técnica, porque o texto, inclusive está aqui no site do CONAMA com todas as correções e a parte que ele está agora de revisão, ele já está teoricamente pronto e bem encaminhado. A gente vai ter que reavaliar o texto no escopo da lista para ver se a gente seguirá com o mesmo texto e retrabalhando naquele tema que a gente tem aqui de Câmara Técnica, abre o texto e vai discutindo se for o caso item a item. Eu vou passar aqui a palavra para...

3118	O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTANA (MAPA) - Só cond	luindo.
	Fuck and the suid out of the survey of the s	

Embora seja evidente das pessoas com direito a voto eles estão à mesa por

serem favoráveis à edição do material, porque até hoje não havia nenhuma

decisão: vamos fazer. E pelo andar dessa reunião fica evidente que a grande

maioria é favorável. Mas, era bom registrar isso, de que há uma decisão dessa

Câmara de que, sim, vai haver uma lista.

A SRa. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) - Na verdade, eu acredito que essa seja a indicação que vem vindo dentro das discussões da Câmara Técnica ao longo dos anos, tanto que já existe, inclusive, uma discussão sobre Minutas de Resolução. Então, eu acredito que não é necessário reenfatizar essa decisão, uma vez que a gente está lindando com o andamento na reunião 18 essa Minuta foi amplamente agui discutida e a gente tem, então, uma Minuta (...).

- O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTANA (MAPA) Ok.

A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) -Maurício, eu vou te passar aqui a palavra e em seguido eu vou passar a palavra

para o Rodrigo, que é o nosso membro.

O SR. MAURÍCIO DA CRUZ FORLANI (Ampara Silvestre) - Presidente, eu retiro a minha palavra.

A SRa. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) - Ok. Muito obrigada! Rodrigo.

O SR. RODRIGO ALEXANDRE AZEVEDO ARAÚJO (IMADEA) - Rodrigo Araújo, Imadea. Presidente, em relação à questão das indicações dos membros, cada entidade tem direito a indicar 2 representantes, 4?

A SRa. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) - Não é por entidade, é por segmento. Então, assim, o segmento de entidade ambientalista de âmbito nacional, que é o seu segmento no caso, pode ao todo indicar até 4 representantes e aí o segmento vai ter que se conversar, e verificar como é que vai fazer, 2 e 2, se só 1, se alquém tem mais conhecimento.

O SR. RODRIGO ALEXANDRE AZEVEDO ARAÚJO (IMADEA) – No caso existem duas vagas dentro dessa Câmara Técnica. Ali como proporção, ou seja, já propor que...

A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Dentro do segmento, porque está fora do Regimento, está fora do nosso poder.

O SR. RODRIGO ALEXANDRE AZEVEDO ARAÚJO (IMADEA) – Então, a gente vai ter quantos dias de prazo para fazer a indicação?

A SRa. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) - A gente vai discutir agora os dias de prazo. Eu não gostaria de levar muito tempo, mas eu também entendo que todo mundo que está aqui precisa levar aos Conselheiros correlatos o que foi discutido aqui. O meu ideal, hoje é terça-feira, e aí eu não sei se teve (...), eu até queria ouvir aqui a colocação de vocês. O meu ideal seria que tivesse uma indicação até o final do dia de sexta-feira para na segunda-feira a gente já poder chamar a primeira reunião do Grupo de Trabalho, porque a gente vai precisar de um prazo aí de 15 dias, porque tem que ter autorização de viagens, agenda e tudo isso. Para a gente pôde já chamar na segunda. Mas, tudo bem. Então, a gente dá na terça-feira, uma semana, então, para os Conselheiros se assim for e aí na quarta-feira à gente já pode chamar para dali 15 dias. Porque, inclusive, e aí eu não sei como é que vai ser o ritmo de trabalho, de novo, o Grupo de Trabalho tem até 90 dias para concluir os seus trabalhos, pode ser que conclua antes, pode ser que não conclua. Só para a gente fica aqui sem saber o tempo que vai conseguir fechar esse tema esse ano, ou não, mas o que importa é ter um trabalho bem feito técnico, bem embasado para que a gente possa trazer para cá e depois a Plenária.

O SR. RODRIGO ALEXANDRE AZEVEDO ARAÚJO (IMADEA) – Esse Grupo de Trabalho ele necessariamente não precisa ser presencial, ele pode ser virtual, vai ser híbrido, como que vai ser?

A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Eu acho que pode ser híbrido.

O SR. RODRIGO ALEXANDRE AZEVEDO ARAÚJO (IMADEA) – Para indicar pessoas que são técnicas, talvez não tem tempo hábil de vir aqui. Então, eu poderia inclusive levar isso para saber os técnicos que vão estar fazendo a indicação que vai ser só virtual. Então, para ter essa noção. Eu gostaria de ao final

a gente ter essas deliberações para a gente saber como trazer essa resposta mais rápida possível.

A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – O Grupo de Trabalho pode seguir a mesma forma que a gente está trabalhando na Plenária do CONAMA e aqui na Plenária da Câmara Técnica, que é de forma híbrida. Quem puder vir presencialmente, venha presencialmente; quem não puder, ou preferir participar virtualmente, pode participar virtualmente. Então, vai ser o Grupo Técnico os trabalhos vão ser de forma híbrida.

 O SR. MAURÍCIO DA CRUZ FORLANI (Ampara Silvestre) – Presidente, quem que vai coordenar esse grupo?

 A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – O nome é presidente, ou é coordenador? Relator. Eu indico aqui, como Presidente, indico o relator do Grupo de Trabalho, o meu suplente adjunto Olivaldi. Olivaldi, está tudo bem você ser o relator? Que bom, ele concordou.

O SR. MAURÍCIO DA CRUZ FORLANI (Ampara Silvestre) – Ganhou de presente essa, Olivaldi.

A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Então, o relator será o Olivaldi. ABEMA.

O SR. MAURÍCIO DA CRUZ FORLANI (Ampara Silvestre) - Obrigado!

A SRª. TAINAN BEZERRA DE OLIVEIRA (Grupo de Trabalho de Fauna da ABEMA) – Tainan, ABEMA, Espírito Santo. Eu queria levantar um ponto, por exemplo, as entidades ambientalistas, o Governo Federal, todos os Conselheiros, mas a maioria não são os Conselheiros. Quem está aqui na Câmara Técnica não são os Conselheiros. Talvez isso dificulte um pouco a gente conseguir a indicação dos nomes, porque, por exemplo, a gente tem no caso dos Estados são 5 representantes do Nordeste e tal, aí pelo menos a gente tem a ABEMA onde a gente consegue conversar. Mas, assim, eu não sei como é que é no caso das entidades ambientalistas, no caso tem a Anamma para os municípios, mas os municípios não estão aqui. Então, assim, eu acho que a gente vai precisar de um tempo para ter essa resposta aí de todo mundo, porque são vários Conselheiros e órgãos de entidades diferentes para a gente conseguir ter a indicação por pessoa.

Entendeu? Então, eu acho que talvez tenha..., alguns grupos tenham uma certa dificuldade de consequir essas indicações rápido pelo menos.

O SR. OLIVALDI ALVES BORGES AZEVEDO (Secretário Adjunto da **Biodiversidade) –** Olivaldi Azevedo, MMA. Tainan, eu acredito que a dificuldade seria realmente com os Estados, mas existe a ABEMA, e com os municípios já existe a ANAMMA. Então, não, mas eles estão aqui, eles são Conselheiros. Então, está fácil. Entendeu? Eles são Conselheiros, eu estou com a lista aqui. Então, para as entidades ambientalistas, enfim, entidades ambientalistas que é o segmento, eles já estão em Conselheiros, eles podem se acertar e indicar os 4. O Governo Federal a mesma coisa, a gente se conversa. Vocês da ABEMA se conversa. Eu acho que terca-feira da semana que vem, que foi o que a Beatriz solicitou, uma semana, eu acho que vai ser suficiente para a gente acertar isso; se não a gente vai demorar muito, até 15 dias depois até a próxima reunião para aqueles que queiram vir presencialmente por conta de passagens para os Estados e municípios, a reunião em 15 dias antes. Eu tenho 30 dias para fazer a primeira reunião, sou relator agora, eu estou olhando aqui e tem que fazer o plano de trabalho também antes dessa primeira reunião. Vai ser um negócio longo para a gente se encaminhar pelo menos para a indicação dos nomes, a gente consiga indicar 4 nomes em uma semana (...). Eu acho que a Beatriz nesse sentido, eu acho que eu concordo com ela, em uma semana a gente já parte para o grupo.

A SRª. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Então, vamos partir aqui. Ana Carolina.

A SRª. ANA CAROLINA DALLA VECCHIA (Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente/São Paulo) – Ana Carolina, ABEMA/São Paulo. Eu só queria um esclarecimento na questão do segmento. Em algum momento você comentou alguma coisa de ser por região nos Estados, ou eu entendi errado? São todos os Estados mesmo.

A SRª. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Não, os Conselhos do CONAMA são governos estaduais e por região. Governo Estadual da Região Centro-Oeste, quem é o Conselheiro? Mato Grosso. Conselho, Conselheiro pela Região Nordeste, quem é o Conselheiro? Pernambuco. Região Norte, Amazonas. Região Sudeste, São Paulo. Região Sul, Paraná.

A SR^a. ANA CAROLINA DALLA VECCHIA (Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente/São Paulo) – São 5 Conselheiros, então.

A SR^a. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Isso.
Ao todo tem 4 vagas para esses 5 Conselheiros conversarem e indicarem ao todo
4 vagas.

A SR^a. ANA CAROLINA DALLA VECCHIA (Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente/São Paulo) – Obrigada por ajudar na matemática.

A SRa. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) - E olha o Governo Estadual está bem, só que o Governo Federal tem um bando de gente, a gente também só vai poder indicar 4 vagas, a gente também vai ter que conversar aqui internamente. Então, aqui como encaminhamento, eu gostaria de pedir para quem tem algum ponto contrário a esse encaminhamento de grupo técnico dessa forma aqui discutido, que se manifeste, por favor. Quem é favorável como membro aqui, os membros que são favoráveis que se mantenham como estão. Então, está aprovado aqui o encaminhamento com a formação do grupo técnico. Lembrando que os Conselheiros e aí seria bom, porque os que estão aqui, os membros que estão aqui, alguns de uma certa forma representando os Conselheiros, de forma direta os próprios Conselheiros por vezes, de forma indireta, por outras vezes, seria bom, então, só ressaltar que entrem em contato e também que conversem ali com os seus grupos de que fazem parte. Então, eu gostaria de agradecer mais uma vez a presença de todos agui. Eu acho que é muito positivo para o País e para o meio ambiente a gente voltar a ter essas reuniões, essas discussões absolutamente saudáveis, ouvindo todos os pontos, dando espaço para todo mundo e agora eu fico feliz assim com o encaminhamento de um Grupo de Trabalho para que a gente possa partir para essa discussão de forma técnica embasada, que aí através desse Grupo de Trabalho os resultados. Tem alguém aí com o microfone aberto. Caminha, você quer fazer algum comentário?

O SR. MARCO ANTONIO RAMOS CAMINHA (CNS) – Não, Bia. Está tudo ok aí. Foi sem querer que abriu o microfone. Está ok? Obrigado!

A SRª. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET (Presidente do CTBio) – Então, está joia, gente. Muitíssimo obrigada! Todo mundo reservou 2 dias na agenda, a gente acabou com um dia e meio. Mas, eu acredito que isso será muito benéfico na próxima etapa que a gente voltar a se encontrar. Então, eu queria agradecer de verdade a presença de todos, todos que participaram virtualmente, todos que estão aqui presencialmente, foi uma ótima reunião. E que a gente tenha aí bons resultados. Obrigada, gente!

Todos: Obrigado!